

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



ANO LIX

RIO DE JANEIRO — BRASIL
MARÇO-ABRIL 1956



ELDORADO, um dos reprodutores da Fazenda São Geraldo e um grupo de vacas Nelores, também reprodutoras.

MÁRIO DE ALMEIDA FRANCO

CRIADOR DAS RAÇAS NELORE, GIR, GUZERAT E INDUBRASIL, EM SUAS DIVERSAS FAZENDAS

ESCRITÓRIOS :

**NO RIO : RUA SENADOR DANTAS, 20-6.º - s/601/3
TELEFONE : 22-3903**

**EM UBERABA : — AVENIDA LEOPOLDINA DE OLIVEIRA, 395 - s/1
TELEFONE : 1832**



BOTAFOGO, vice-campeão da raça Nelore e um grupo de vacas campeãs em Exposições realizadas em Uberaba — Minas Gerais.



Uma solução à produção de vegetais frescos em áreas onde a terra fértil é limitada, é o uso hidropônico na agricultura. Estas mulheres japonesas plantam sementes em solos de cascalhos numa fazenda hidropônica dirigida pelo Exército dos Estados Unidos em Chofu, Honshu, Japão. As sementes são colocadas e em seguida, alisa-se o solo e cobre-se com água preparada com substâncias nutrientes.

SUMÁRIO

	Pág.
FORMAÇÃO DE SERINGAIS MODELO NO LITORAL PAULISTA — Prof. Arthur Torres Filho	3
NOTÍCIAS E INFORMAÇÕES	4
IMPORTANTES TEMAS DEBATIDOS PELA CLASSE RURAL — Eng. Agron. Geraldo Goulart da Silveira	6
COMO TRABALHAR COM AS ABELHAS — Pedro Luiz van Tol Filho	16
A SAFRA DE CEREAIS DO PARANÁ	17
A INFLUÊNCIA DAS FLORESTAS SOBRE A TEMPERATURA DO AR E SOBRE AS GEADAS	19
SERVIÇO SOCIAL RURAL	22
TRIGO NACIONAL	23
CONSULTAS	25
O SERVIÇO SOCIAL RURAL — Luiz Marques Poliano	26
FORMAÇÃO DE ESPECIALISTA EM RECURSOS NATURAIS	29
CULTURA DO PESSEGUEIRO	30
CRÉDITO AGRÍCOLA — Eng. Agron. Itagiba Barçante	31
CENTRO DE GENÉTICA VEGETAL APLICADA E INVESTIGAÇÃO AGRONÔMICA EM GERAL — Eng. Agron. Geraldo Goulart da Silveira	33
LIVROS E PUBLICAÇÕES	37
A CLASSE RURAL — TEMAS E SUGESTÕES — Arruda Câmara	39
SUGESTÕES PARA A CAMPANHA DO TRIGO DE 1956-1957	41
ASSOCIATIVISMO RURAL	43
POSSIBILIDADES DA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA SERINGUEIRA EM SÃO PAULO	44
POPULAÇÃO DO BRASIL EM 1955	46
SERVIÇOS SOCIAIS NA AGRICULTURA — Ben-Hur Raposo	47
AINDA O PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE COOPERATIVA — Fábio Luz Filho	48
O COMPOSTO BIOHUMUS	50

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE
DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educa o e Cultura** (Ministério das Rela oes Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplica oes dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associa oes Americanas de Comércio e Produ ao** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Rela oes Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LIX

MARÇO-ABRIL — 1956

FORMAÇÃO DE SERINGAIS MODELOS NO LITORAL PAULISTA

PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Os problema da terra são aquêles de cujas soluções dependem o destino do Brasil, portanto, são os que devem estar em primeiro lugar nas nossas cogitações neste grave momento de grande depressão econômico-financeira. É que da *produtividade agrícola*, com uma produção agro-pecuária de elevado rendimento e de baixo custo, dependerá o bem-estar geral e a estabilidade das nossas instituições. Quero referir-me muito particularmente à obra benemérita que o *Instituto Agrônomo de Campinas*, com sua notável equipe de técnicos, vem de há muito realizando no domínio da pesquisa agrônômica, à margem dos diversos setores de suas atividades, promovendo o melhoramento, em bases técnicas, de nossas principais culturas econômicas (café, algodão, cereais, grãos leguminosos, tubérculos, cana de açúcar, cêras e óleos vegetais, etc., e, agora, com grande sucesso, a formação de *seringais-modêlos* no litoral paulista, mediante sementes híbridas de alto valor genético. Na realização desse notável cometimento, que é fundamntal para a nossa indústria pesada de artefatos de borracha, o *Instituto Agrônomo de Campinas* que, para a estabilidade de seus notáveis trabalhos científicos, dispõe do *Fundo de Pesquisas*, tem procurado contar com a colaboração das empresas industriais, salientando-se a que vem prestando a *Firestone* (Indústria de Pneumáticos Fire-Stone), que é uma das maiores fábricas do seu gênero em nosso país.

Destacamos, nesta oportunidade, a iniciativa do *Instituto Agrônomo* no que diz respeito a seringueira no litoral paulista, não só pelo seu valor econômico como estratégico, face da insuficiência da matéria-prima proveniente dos seringais nativos da Amazônia, tributários que ficamos dos suprimentos, em grande parte, da Indonésia, com dispêndio de divisas.

Registra-se, como acontecimento auspicioso, a entrega dos primeiros pneumáticos, fabricados pela *Firestone* de seringueiras plantadas pelo *Instituto Agrônomo de Campinas* (Diário da Manhã, de São Paulo, de 21 de outubro de 1954). E é graças às diretrizes experimentais do *Instituto Agrônomo* que

se estão formando verdadeiros *seringais-modêlos* no litoral paulista onde não se verifica o "mal da folhas".

Como o mundo gira hoje sobre borracha, êsse triunfo da ciência agrônômica nacional representa acontecimento auspicioso, que aqui deixamos registrado.

O Instituto Agrônômico de Campinas, (a antiga Estação Agrônômica de 1887, criada pelo largo descortínio de Dom Pedro II, sendo ministro da Agricultura o conselheiro Antonio Prado), correspondeu às suas finalidades e tem prestado inestimáveis serviços à defesa e ao progresso da agricultura brasileira.

Notícias e Informações

Centro dos Estudantes dos Cursos Agro-Técnicos

Ê a seguinte a diretoria que dirigirá o Centro dos Estudantes dos Cursos Agro-Técnicos de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul, no período 1955-1956:

Presidente — João Lena
Vice-Presidente — Giovanni Borges

1.º Secretário — Laurindo Ziulkoski

2.º Secretário — Enio Carvalho

1.º Tesoureiro — José Pedro Monteiro

2.º Tesoureiro — Cesar Santiago.

Telegrama recebido pelo Presidente do S. N. A.

O Presidente da S. N. A. recebeu do ministro Eduardo Catalão o seguinte telegrama: "muito agradeço eminentemente professor votos êxito minha gestão frente Ministério Agricultura formulados

em seu nome e no da Sociedade Nacional de Agricultura. Desejo pessoalmente retribuir-lhe os cumprimentos. Assinado: Eduardo Catalão.

Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz"

Foi empossada a seguinte diretoria que dirigirá o Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz", da Universidade de S. Paulo, no período de 1955-1956:

Presidente — Edson Rodrigues de Bastos

Vice-Presidente — Otavio Nakano

1.º Secretário — Ronaldo A. Guedes Pereira

2.º Secretário — Elliot Kitajima

Tesoureiro — Wilson Mosca

Orador — Sergio Bicudo Paranho.

Centro Acadêmico de Agronomia

Foi a seguinte a nova diretoria eleita e empossada para dirigir o Centro Acadêmico de Agronomia da Escola Superior de Agricultura de Lavras, no período 1955-1956:

Presidente de Honra — Casal Dr. Marcello Otton Penido

Presidente Efetivo — Haroldo Dantas Bertolucci

Vice-Presidente — Nilson de Matos Sabino

Secretário Geral — Antonio Siécola Moreira

1.º Secretário — José Aurelio Vilela

2.º Secretário — José Ludovico dos Reis

Tesoureiro — Ivo Ferreira Vieira

1.º Procurador — Ubaldo Lima de A. Barrios

2.º Procurador — Claudio Dessimoni Pinto

Bibliotecário — Getúlio de Souza Rodrigues

Crítico — Dr. Jair Ribeiro Guaracy

Orador — Guarim Garcia Ghelli.

Feira Internacional de Bruxelas

Terá lugar, no período de 28 de Abril a 13 de maio de 1956, nos Palácios e Parques do Centenário, em Bruxelas, a 30.ª manifestação da "Foire Internationale de Bruxelles".

VI Festa Nacional do Trigo

Realizar-se-á em Outubro do corrente ano na cidade de Cachoeiro do Sul, a VI Festa Nacional do Trigo.

Exposição Nacional de Animais

Realizar-se-á em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a

(Continua na pág. 52)

Biohumus

Se você dispõe na sua fazenda ou sítio de resíduos vegetais, lixos, etc., com este produto Você poderá obter o adubo orgânico de que necessita.

Lembre-se que a matéria orgânica é a vida do solo...



É MAIS LUCRATIVO MULTIPLICAR A PRODUÇÃO DE 1 ALQUEIRE COM BOM ADUBO, QUE PLANTAR, TRATAR E COLHER 3 ALQUEIRES- POIS SÓ A ECONOMIA DE BRAÇOS COMPENSA FARTAMENTE O SALITRE DO CHILE É UM ADUBO NATURAL QUE REFORÇA A PRODUTIVIDADE DO SOLO EXPERIMENTE-O!

SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE.



"CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE

PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPIRITO SANTO

RUA MÉXICO, 111-12.º AND. (SEDE PRÓPRIA)

CAIXA POSTAL 875 — TELS. 22-2509 e 22-1722

IMPORTANTES TEMAS DEBATIDOS PELA CLASSE RURAL

O que foi a IV Conferência Rural Brasileira reunida em Fortaleza, Estado do Ceará, no período de 19 a 25 de Fevereiro de 1956 — Seguras e oportunas recomendações da classe

Especial para "A Lavoura", pelo Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

GENERALIDADES

Com a presença de mais de duas centenas de ruralistas, agrônomos, economistas e outros estudiosos dos problemas rurais brasileiros reuniu-se em Fortaleza, no período de 15 a 26 de Fevereiro de 1956, a IV Conferência Rural Brasileira, a cargo da Federação das Associações Rurais do Ceará, sob os auspícios da Confederação Rural Brasileira.

Durante o conclave, que

despertou o mais vivo interesse, a classe rural, com entusiasmo, elevados propósitos e conhecimento de causa, debateu importantes temas relacionados com a vida e as atividades do campo, como sejam a Reforma Agrária, o Serviço Social Rural, a Reforma Bancária, o Crédito Rural e Assuntos Gerais.

TRABALHOS APRESENTADOS

Foram apresentados e am-

plamente estudados nas Comissões Especializadas, quarenta trabalhos sobre os assuntos do temário da Conferência, que, conjuntamente com os debates havidos serviram de base para o preparo dos relatórios finais de cada um dos quatro Grupos de Trabalho.

INSCRIÇÕES

Inscreveram-se na IV Conferência Rural Brasileira 205 congressistas representando as Federações de Associações Rurais de 18 Estados, além dos representantes dos Territórios do Amapá e do Rio Branco.

Enviaram delegações, as Federações de Associações Rurais dos seguintes Estados: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal.

DELEGAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A delegação da Sociedade Nacional de Agricultura foi assim constituída:

Chefe — Geraldo Goulart da Silveira

Membros — Itagiba Barçante, Luiz Marques Poliano, Enio Luiz Leitão e Alberto Ravache.

Os componentes da delegação da S. N. A. atuaram ativamente durante os trabalhos. O Prof. Geraldo Goulart da Silveira foi o relator do 1.º Grupo de Trabalho que teve a seu cargo o estudo dos problemas relacionados com a chamada reforma agrária (diretrizes fundamentais, processo de ação e estatuto do trabalho rural); o Sr. Luiz Marques Poliano teve atuação destacada junto a bancada de imprensa; o



Aspecto do desembarque em Fortaleza da delegação da Sociedade Nacional de Agricultura à IV Conferência Rural Brasileira.



Mesa que presidiu a instalação da IV Conferência Rural Brasileira, quando falava o Vice-Governador do Estado do Ceará.

Snr. Itagiba Barçante foi designado membro da 2.^a Comissão (Crédito Agrícola), do 3.^o Grupo de Trabalho; o Snr. Enio Leitão foi o relator da 2.^a Comissão (política cambial), do 4.^o Grupo de Trabalho, e o Snr. Alberto Ravache atuou como secretário da Comissão Executiva da Conferência.

REPRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES RURAIS

Estiveram presentes delegações das entidades rurais de 18 Estados e de 2 Territórios, conforme relação a seguir:

a — *Estados*: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Estado do Rio, S. Paulo, Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal.

b — *Territórios* — Amapá e Rio Branco.

OUTRAS REPRESENTAÇÕES

Tomaram parte nos trabalhos, representantes dos Go-

vernos Estaduais, de Serviços do Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, I. A. P. I., de Assembléias Legislativas, etc.

DELEGADOS VOTANTES

De acôrdo com as disposições regimentais, somente tiveram voto no plenário os delegados votantes das Federações das Associações Rurais. O número de votantes de cada entidade foi o seguinte:

6 votantes — Estado de S. Paulo.

5 votantes — Ceará e Minas Gerais

4 votantes — D. Federal, Rio Grande do Sul, Maranhão e Pernambuco.

3 votantes — Piauí, Bahia, Estado do Rio, Goiás, Mato Grosso e Paraná.

2 votantes — Paraíba, Pará e Espírito Santo.

1 votante — Amapá.

Biohumus

é uma cultura selecionada e concentrada de bactérias específicas para a decomposição de toda a espécie de resíduos vegetais

Procure. Agricultor. conhecer o Biohumus...

"FOSFATO OU ESCÓRIA THOMÁS"

ADUBO UNIVERSALMENTE CONHECIDO

Agentes em S. Paulo e Rio :

ARTHUR VIANNA CIA. DE MATERIAIS AGRÍCOLAS

Caixa Postal, 3572 — Endereço Telegráfico: "SALITRE" — RIO DE JANEIRO

RECOMENDAÇÕES DO 1.º GRUPO DE ESTUDOS

O 1.º Grupo de Trabalho, que se ocupou dos problemas relacionados com a chamada Reforma Agrária, teve como Presidente o Deputado Evaldo Saramago Pinheiro, delegado do Estado do Rio, e como Relator Geral o Professor Geraldo Goulart da Silveira, delegado da Sociedade Nacional de Agricultura.

Foram as seguintes as conclusões do referido Grupo de Trabalho aprovadas pelo plenário com 3 emendas adicionais:

DIRETRIZES FUNDAMENTAIS DA REFORMA AGRÁRIA

1.º — Acha que uma lei agrária obedecendo, como deve, às peculiaridades do nosso país, constitui uma necessidade para imprimir diretrizes seguras a uma estrutura agrária em bases tais que favoreça o desenvolvimento da agricultura, criando igualmente, melhores condições de incentivo à exploração da terra e valorização do homem do campo.

2.º — A lei agrária deverá ter finalidade plurilateral, abrangendo, simultaneamente, não só a correção de algumas anomalias de nossa estrutura fundiária, como também a instituição de medidas efetivas de justiça social, de proteção aos recursos naturais, de técnicas de produção e outras, com a consequente elevação da capacidade produtiva da agricultura e melhoria das condições de vida e de trabalho no meio rural.

3.º — A lei agrária não deve basear-se apenas na divisão da propriedade rural.

4.º — Nela deverão ser consideradas a valorização do homem, a defesa e restauração do solo, as adequadas condições de trabalho que constituem, também, seus pontos fundamentais.

5.º — Estabelece o princípio de que em casos excepcionais pode ser admitido o partilhamento de terras, desde que para fins de colonização e execução de uma sábia política de fixação do homem a terra.

6.º — Os partilhamentos, quando necessários, deverão incidir sobre terras inexploradas, sub-desenvolvidas ou abandonadas, cujos titulares, por absenteísmo ou qualquer outro fator, deixarem de as utilizar, quando lhes sejam asseguradas condições favoráveis que permitam o seu racional aproveitamento.

7.º — Tendo-se em vista as particularidades demográficas, territoriais e ecológicas do país, medidas desta natureza deverão ser oficialmente dirigidas de preferência no sentido do aproveitamento de áreas favoráveis à exploração agro-pecuária ainda não utilizadas, podendo também entender-se para a atual faixa cultivada onde, esporadicamente, se fizer sentir a necessidade da desapropriação por interesse social, respeitados sempre os princípios constitucionais vigentes.

8.º — A orientação da lei agrária deve disciplinar também as migrações internas superando-se, através de colonização intensiva, a escassez demográfica observada em certas regiões do país.

9.º — Intensificar a colonização nas áreas despovoadas ou onde fizer necessária, tendo-se em vista o elemento estrangeiro selecionado;

10.º — Firma o princípio de que a renovação agrária deve processar-se por etapa;

11.º — Que as diretrizes e objetivos fundamentais da lei agrária se articulem harmoniosamente com o recém-criado SERVIÇO SOCIAL RURAL, com a nova política de colonização e com a legislação social a ser instituída.

Feitas estas considerações preliminares, entende o 1.º

Grupo de trabalho da IV CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA que a lei agrária, disciplinando as relações agro-pastoris nas suas implicações jurídicas, sociais, agro-técnicas, e político-econômicas deve importar em:

a) — legislação sobre serviços sociais rurais, tendo-se em vista o imperativo de uma imediata assistência médico-social, educativa e jurídica às populações rurais em bases amplas;

b) — instituição de uma adequada legislação fixando os direitos e deveres dos que trabalham no campo, observando-se, naturalmente as peculiaridades da vida rural;

c) — regulamentação do dispositivo constitucional sobre desapropriação por interesse social;

d) — integração da legislação cooperativista nos objetivos de emulação produtiva e de valorização do homem, implícitos na lei agrária;

e) — necessidade de legislação estadual subsidiária disciplinando o aproveitamento de terras devolutas;

f) — partilhamento, devendo obedecer estritamente aos preceitos constitucionais;

g) — providências imediatas no sentido de evitar-se a burla do preceito constitucional que limita em DEZ MIL HECTARES o máximo para concessões ou alienações de terras públicas;

h) — estabelecimento de medidas eficientes que conduzam à expansão creditária à base de bancos especializados ou alargamento operativo das carteiras de crédito agrícola de estabelecimentos já existentes, dando-se ênfase às necessidades do pequeno lavrador; i) necessidade de uma legislação que impeça qualquer prática envolvendo danos às áreas irrigadas ou obras de importância social e econômica;

j) — necessidade de reforma de dispositivos do Código

Civil que dificultem a execução da lei agrária.

k) — modificação da legislação nacional de sucessão hereditária, de modo a assegurar-se limitação da área mínima de partilha de próprios agrícolas segundo estrito critério agro-pecuário.

l) — elaboração de lei federal que impeça o loteamento de característicos urbanos na zona rural.

m) — elaboração pela bancada nordestina no Congresso Nacional de projeto de lei de Irrigação no Polígono das Sêcas.

n) — proteção, na legislação agrária, ao índio brasileiro.

PROCESSO DE AÇÃO

1 — Que o Serviço Social Rural promova no campo, uma ação eficiente de assistência:

a) *Sanitária*: médico-farmacêutica e dentária;

b) *Educacional*: elementar, profissional e higiênica;

c) *Econômica*: creditícia e cooperativista;

d) *Social*: jurídica, previdencial, religiosa e recreativa.

2 — Necessidade de crédito fácil e imediato com taxas e prazos compatíveis com a sua aplicação.

3 — Conveniência da extensão da padronização a todos os produtos agrícolas.

4 — Medidas visando o escoamento fácil e barato dos produtos agrícolas.

5 — Difusão de sistemas de conservação dos produtos agrícolas, particularmente rédes de armazéns e silos.

6 — Ação eficiente dos órgãos competentes na manutenção do preço justo em cada zona de produção.

7 — Política de fixação do homem à terra, com:

a) treinamento, por espaço de dois anos dos pretendentes à aquisição de lotes rurais que não tenham capacidade provada;

b) venda dos lotes nas condições fixadas para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização;

c) financiamento de investimentos de melhoria, especialmente cercas e residências.

8 — seja dado sentido de funcionalidade para a propriedade agrícola de modo que a grande, média e pequena área subsistam à base de sua produtividade.



O Presidente da F.A.R.E.C., Deputado Guilherme Gouveia, discursando na sessão da instalação da IV Conferência Rural Brasileira.

9 — Preservação enérgica e imediata das reservas florestais existentes e incentivo ao reflorestamento que atenda as condições mesológicas, com essências indígenas e alienígenas de aproveitamento econômico.

10 — Criação de estações meteorológico-agrárias e laboratórios de análise sumária de terras.

11 — Emprêgo de patrulhas moto-mecanizadas (pesadas, médias e leves) para o desbravamento e preparo do solo em regime de empreitada.

12 — Organização das oficinas de manutenção e reparos das máquinas agrícolas a preços módicos.

13 — Facilidade para o suprimento das Cooperativas Agrícolas e Associações Rurais, com materiais e drogas para defesa sanitária, vegetal e animal.

14 — Dotar o meio rural de

assistência técnica, exercida através de profissionais competentes localizados no próprio ambiente de trabalho.

15 — Organização do cadastro imobiliário rural.

16 — Manifestar aos Estados e Municípios a necessidade de legislação subsidiária sobre tapumes, visando a proteção das lavouras.

17 — Indicação ao Governo Federal sobre a conveniência de imediato entendimento com os Governos Estaduais, no sentido de ampla aceitação dos dispositivos legais que regem a vida das cooperativas, especialmente, no que se refere à parte fiscal.

ESTATUTO DO TRABALHO RURAL

1 — Que sejam aceitos os princípios gerais esposados no trabalho da Confederação

Biolumus

transforma em 6 a 8 semanas todos os resíduos vegetais, cascas, folhagens, resíduos de destilaria, etc., em ótimo adubo orgânico.

Não queime nem jogue fora os resíduos da sua fazenda. Transforme-os em ADUBO ORGANICO.

Rural Brasileira em torno do Estatuto do Trabalho Rural, que deverá disciplinar os aspectos contratuais e sociais de trabalho no campo.

2 — Que aprovando em tese as sugestões no referido trabalho formula ainda os seguintes reparos:

a) admissão do contrato individual ou coletivo do trabalho, segundo as condições peculiares às diferentes zonas do país;

b) adoção do regime de oito horas de trabalho, assegurada, porém, a necessária flexibilidade para o atendimento desse horário;

c) aceitação, em princípio, da estabilidade dos trabalhadores rurais, matéria que deverá ser enquadrada em legislação especial, observadas as particularidades e as características das atividades econômicas do campo.

3 — No que tange a instituição de previdência social para o campo, e tendo-se em vista o projeto em curso no Congresso (Projeto n.º 4.264 de 1954) que confia essa atribuição ao Instituto dos Industriários a classe deseja, preliminarmente, sobrestar a tramitação do referido projeto, até que, à base do prévio estudo, se consolide a sua orientação em torno da matéria.

Feitas essas considerações sobre os assuntos afetos ao 1.º Grupo de Trabalho, formula mesmo as seguintes recomendações finais:

1.º — Que a Confederação Rural Brasileira em face das conclusões contidas no presente Relatório, se empenhe junto ao Congresso para elas sejam consideradas nos Projetos em curso de reforma

agrária e outros relacionados com a vida rural.

2.º — Que a base dessas mesmas conclusões formule a Confederação Rural Brasileira ante-projetos de leis necessários à complementação da legislação agrária.

Aprovado por unanimidade.
Evaldo Saramago Pinheiro
— Presidente.

Geraldo Goulart da Silveira — Relator.

EMENDAS ADITIVAS:

1.º) Que a Carteira de Colonização do Banco do Brasil recentemente criada, entre em efetivo funcionamento seguindo diretrizes que deverão ser enviadas pela Confederação Rural Brasileira.

2.º) Do mesmo modo que é, para efeito de cálculo do imposto de renda deduzível desta, donativo feito a órgão de beneficência, seja também dela abatido, para tal efeito, o montante dos investimentos feitos no exercício pelo contribuinte em realizações agrárias de caráter eminentemente produtivo e permanente, pois vale isso como um donativo feito à terra pátria.

3.º) Toda a área doada ou vendida pelo Poder Público, com objetivo de partilhamento territorial, só poderá ser adquirida por quem não a possua em qualquer porção do Brasil e este, por sua vez, só poderá legitimamente transmitir sua propriedade a outrem que se encontra na mesma situação e assim sucessivamente, sob pena de nulidade do ato.

RECOMENDAÇÕES DO 2.º GRUPO DE ESTUDOS

Foram as seguintes as con-

clusões do 2.º Grupo de Estudos presidida pelo Sr. Walker Correia de Araujo, da Bahia, que teve como relator o Dr. Raul Cardoso Melo, de S. Paulo, e que cuidou dos problemas sobre Serviço Social Rural:

I — Considera a Confederação Rural Brasileira que o Serviço Social Rural deve ter como base a comunidade rural e a família rurícola.

II — Como decorrência mesmo do princípio anterior, o S. S. R. deve ter um caráter eminentemente educativo, procurando assentar suas bases de trabalho no propósito de preparar as populações rurais para que possam agir e atuar por si próprias, sempre com o objetivo de ser estimulada a formação de uma base econômica sólida nas comunidades rurais.

III — Os serviços a serem prestados, apontados no artigo 3.º, da lei, devem ser conduzidos em cada região ou município, com preferência para os mais vivamente reclamados pelo meio, como por exemplo, a saúde e a educação sanitária, a educação de base, a habilitação, a difusão das técnicas de trabalho e a melhoria dos padrões de vida rural para homens e mulheres e crianças.

IV — Os trabalhos a serem realizados devem visar a obter uma colaboração intensa com as populações locais, colaboração essa que resulta de uma coordenação de esforços e de recursos, de que participem pessoas, grupos e instituições da própria comunidade. Assim os serviços terão um caráter estritamente local. Para que possa intensificar esse espírito de cooperação é conveniente que as Juntas Municipais promovam meios que permitam recrutar elementos representativos das classes sociais da comunidade para que, com seu espírito público, conhecimento do meio e influência social, contribuam para a efetiva realização e execução dos serviços.

V — A esse esforço de colaboração integrando todos os membros da comunidade; serão convidados a cooperar as entidades políticas e particulares cuja experiência no campo do desenvolvimento econômico e social, demonstrem possuírem capacidade técnica, idoneidade moral e sen-

so de responsabilidade; com estas entidades serão estabelecidos convênios ou acordos, de maneira que possam elas incumbir-se da realização de tarefas técnicas ou executivas em cooperação com o S. S. R., na maneira e forma que se julgue mais adequada ao respectivo meio de atuação.

VI — Para que se fortaleça, no meio rural, uma estrutura econômica sólida, julga-se indispensável a organização de instituições correspondentes às necessidades características do meio, e das quais participem esforços e recursos dos membros da comunidade. Tais instituições podem ter formas diversas — associações, cooperativas, centros sociais, etc. — desde que a estrutura escolhida corresponda às necessidades peculiares do meio, devendo com a sua constituição, dela emanarem as atividades construtivas dos diversos aspectos econômicos e sociais da comunidade.

VII — Compreende-se co-

mo fundamental ao bom êxito do S. S. R. que suas atividades ou tarefas não se encontrem nas sedes municipais descentralizando-se ao máximo possível a sua ação de modo que, flexível às peculiaridades de formação econômica e social da área de ação, a prestação de serviços atinja às populações dos distritos, povoados, sítios etc., não localizados no meio urbano da sede municipal.

VIII — Tendo em vista a desigualdade econômica e social das diversas regiões brasileiras, bem como as condições culturais e geográficas que essas regiões apresentam, reconhece-se a necessidade de ser o S. S. R. implantado de maneira gradual e progressiva, em todo o país, a proporção que sejam previamente conhecidas as condições das diversas áreas através de um minucioso levantamento. Assim os serviços deverão ser executados em bases municipais e locais, dentro, porém das linhas gerais do planejamento nacional e

regional, por meio do qual os programas de trabalho traduzam as reais necessidades das comunidades a serem beneficiadas.

IX — Sem prejuízo da unidade de orientação técnica e da centralização do controle orçamentário cabíveis ao órgão central, os serviços técnicos de execução devem gozar de um regime de autonomia condizente com a natureza da tarefa: dentro dos planos nacionais cabe aos órgãos locais a adaptação necessária das idéias e diretrizes gerais às peculiaridades do respectivo meio.

X — Tendo em vista a conveniência de manter-se o Serviço Social Rural num nível, elevado, julgam-se fundamentais no completo êxito de seus trabalhos as seguintes medidas que deverão ser adotadas pela direção superior e por esta recomendadas às direções regionais e locais:

a) recrutamento de pessoal, de preferência entre elementos locais, junto a profissionais de qualificação cor-



Reunião do 1.º Grupo de Estudos, quando falava o relator, Prof. Geraldo Goulart da Silveira, delegado da Sociedade Nacional de Agricultura.

responderem às funções a desempenhar, devendo os escolhidos apresentar experiência no meio rural, possuir aptidões especiais para o trabalho de campo, idoneidade moral e, em certos casos, ter sua admissão condicionada a curso prévio de treinamento;

b) aprendizagem e aperfeiçoamento das técnicas de trabalhos adequadas ao meio rural, que traduzam a realidade econômica da região onde vão ser aplicadas, evitando-se, o mais possível, o ensino meramente teórico;

c) orientação dos trabalhos do S. S. R. em todos os planos, como uma instituição particular;

PRIMEIRA COMISSÃO— REFORMA BANCÁRIA

1 — A Comissão reafirma a premente necessidade da criação do Banco Central. Aconselha igualmente a criação do Banco Rural, como evolução final de ampla autonomia a ser concedida à CREAL, a exemplo do que já ocorre com as Carteiras de Câmbio, Redescuento e CACEX, com descentralização dos seus serviços, para possibilitar maior e mais rápida disseminação do crédito especializado.

2 — Considerando a necessidade de se obter fundos monetários para as diferentes

qualquer iniciativa, pública ou privada, consubstanciada na organização de novas instituições de crédito, que visem, principalmente, a sua aplicação no meio rural;

2 — Dentro desse princípio, apoiar a idéia da formação e criação do BANCO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO BRASIL S. A., autorizando a sua constituição e conferindo à Diretoria da CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA, os poderes de promover a sua imediata incorporação, de conformidade com as condições propostas pela FARERJ, devendo, para seu desenvolvimento, aproveitar, por convênio, a rede bancária nacional e, antes de ser iniciados os trabalhos de incorporação, a INCORPORAÇÃO DORA — CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA — promoverá os estudos definitivos de estruturação e o dos estatutos projetados, juntamente com os Presidentes das Federações das Associações Rurais.

3 — Influir, junto aos organismos competentes, para que a rede bancária nacional seja aproveitada, no máximo possível, permitindo uma maior distribuição do crédito nas zonas rurais do país; ampliando-a, com a colaboração, das próprias associações rurais;

4 — Reafirmar que o sistema cooperativo é um dos melhores meios para ampliar a difusão do crédito agrícola, propondo:

a) — a colaboração para o aprimoramento da atual rede de cooperativas agrícolas existentes no país;

b) — sua participação no movimento para a instalação de novas unidades cooperativas no interior brasileiro, mormente em municípios que ainda não possuam esses estabelecimentos de crédito;

c) — solicitar de todos os Governos Estaduais e dos Territórios a sua cooperação no sentido de prover os Departamentos de Assistência ao Cooperativismo de suas zonas, de todo o aparelhamento necessário ao cumprimento de suas finalidades e, principalmente, munir aqueles órgãos de número suficiente de técnicos, economistas-contadores, que possam dar uma assistência profícua às cooperativas e proceder à



Aspecto de uma reunião da comissão que estudou a reforma cambial, vendo-se o seu relator, Dr. Enio Leitão, Delegado da Sociedade Nacional de Agricultura.

d) manter o S. S. R. com absoluta autonomia em face das organizações político-partidárias, evitando-se a deturpação de seus objetivos com qualquer participação que venha a destruir esse princípio.

Presidentes do 2.º Grupo: Walker Correia de Araújo.
Relator: Raul Cardoso Melo.

RECOMENDAÇÕES DO 3.º GRUPO DE ESTUDOS

O 3.º Grupo de Estudos, que cuidou da Reforma Cambial e do Crédito Agrícola, teve como presidente o Coronel Francisco de Paula Soares Neto e como relator o Dr. J. M. Fonseca Lima, apresentou as seguintes recomendações:

operações, sem os quais não será possível atender satisfatoriamente às necessidades de crédito agrícola em volume, realmente impossível de se conseguir, sem a reorganização do nosso mercado monetário, resolve aceitar em princípio, a indicação contida em a GLEBA de janeiro de 1956, número especial.

3 — Seja apressada pela CREAL a instalação dos Escritórios previstos no seu Regulamento, para maior capilaridade do crédito ao pequeno agricultor.

SEGUNDA COMISSÃO — CRÉDITO RURAL

1 — A Confederação Rural Brasileira deverá emprestar o seu integral apoio a toda e

fiscalizações periódicas que possibilitem uma maior e melhor consolidação das entidades.

5 — Sugerir a criação de um Fundo de Crédito Rural, formado por verbas consignadas no Orçamento Anual da República.

6 — Recomendar que esse Fundo de Crédito Rural seja distribuído pelos Institutos de Crédito especializado já existentes, bem como, os que venham a se constituir.

J. M. Fonsêca — RELATOR

EMENDAS APROVADAS

O plenário aprovou as recomendações do 3.º Grupo de Estudos com as seguintes emendas:

1) Suprimindo o período "até que seja" e substituindo-o pelo seguinte "até que seja feita a criação de novos órgãos de crédito especializado que os substituem de forma definitiva".

2) Substituindo o item 2, por: "dentro desse princípio, recomenda-se à diretoria da C. R. B. a idéia da formação e criação do Banco das Associações Rurais S. A. e sugerindo-se o estudo pelos seus órgãos técnicos do projeto apresentado pelo ilustre conferencista Dr. Walter Peixoto, e o imediato encaminhamento do mesmo às suas filiais.

RECOMENDAÇÕES DO 4.º GRUPO DE ESTUDOS

O 4.º Grupo de Estudos teve a seu cargo o exame da Política de Preços, Política Cambial e Questões Regionais, foi presidido Dr. Napoleão Fontenelle e teve como relator o Dr. Humberto de Andrade.

Foram as seguintes as conclusões do Grupo de Estudos:

Com relação à política de preços:

1.ª — A continuação pelo Governo da política de fixação de preços.

2.ª — O estudo, pela Comissão de Financiamento da Produção da divisão do Brasil em zonas geo-econômicas bem caracterizadas, sendo-lhes os preços fixados em épocas oportunas, de acordo com o disposto na Lei n.º . . . 1506, verificada a possibilida-

de de manter-se uma data fixa para cada região.

3.ª — Que a Comissão de Financiamento da Produção estude a possibilidade de incluir, entre os produtos de fixação obrigatória, outros gêneros alimentícios, especialmente a batata inglesa, cuja extensão cultural e importância econômica são bastante acentuadas no Centro e Sul do País, bem como outros produtos agrícolas de finalidade nitidamente alimentar, visando ao incremento de sua produção nas zonas geo-econômicas adequadas.

4.ª — Que a Comissão de Financiamento da Produção exclua de seus trabalhos os produtos já amparados por legislação específica, ou que possuam órgãos coordenadores de produção e financiamento.

5.ª — Que o critério de fixação de preços, além dos elementos comprovantes da produção, seja também estudado, à base das médias dos anos anteriores, corrigido por um percentual variável, calculado no critério do acréscimo do custo de vida.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO MINEIRA

Sede Social : SABARÁ — Minas Gerais

Usinas Siderúrgicas em Sabará e
João Monlevade

—:::—

ESCRITÓRIO CENTRAL :

Av. Afonso Pena, 981-3.º andar

Telefone: 4-0220

End. Tel. : BELGOMINAS

BELO HORIZONTE

—:::—

ESCRITÓRIO CENTRAL DE VENDAS :

Av. Nilo Peçanha, 26-4.º andar

Telefone : 22-1970

End. Tel. : BELGOMINAS

RIO DE JANEIRO

—:::—

AGÊNCIA EM SÃO PAULO :

Rua Boa Vista, 136-8.º andar — Tel. : 33-2151

End. Tel. : BELGOMINAS

SÃO PAULO

—:::—

L A M I N A D O S

T R E F I L A D O S

T U B O S G A L V A N I Z A D O S

—:::—

Laminados de todos os tipos. — Arames lisos, recozidos e galvanizados. — Arame farpado e grampos. — Arames especiais para molas, eletrodos e cabos de aço.

6.^a — Que a Comissão de Financiamento da Produção, ao fixar o preço mínimo, busque sempre atender com justo preço ao agricultor, uma vez que esta fixação é base para operações comerciais, determinando, quando é baixo, um deságio que atinge unicamente o produto.

7.^a — Que, no sentido de propiciar um melhor funcionamento da Comissão de Financiamento da Produção, estude o Ministério da Fazenda a possibilidade de conceder à dita Comissão maior autonomia de ação, libertando-a de entraves burocráticos e possibilitando-lhe uma atuação constante e oportuna aos interesses da produção agrícola nacional.

8.^a — Que seja incluído nos Anais da IV Conferência Rural Brasileira o excelente estudo dos Srs. Rubens Araújo Dias e Constantino Carneiro Fraga intitulado: "Necessidade de Garantia de Preços para a Agricultura" publicado em "GLEBA", edição de dezembro de 1955.

Com relação à política cambial:

1.^o — O governo reajustará a nossa moeda em bases que melhor atendam as conveniências nacionais e tanto quanto possível pelo seu justo valor no mercado internacional ou livre, fixando o prazo ou data para colocar a medida em vigor, cobrindo as diferenças de valor da moeda, decorrentes de reajustamento e seus reflexos, quer internos quer externos estabelecendo uma taxa de exportação para todos os produtos exportáveis, taxa esta calculada ou baseada no valor médio mínimo de cada produto no mercado internacional no trimestre anterior;

2.^o — Em nenhuma hipótese a taxa de exportação fixada pelo governo poderá ser maior que a decorrente da atual diferença cambial e será sempre reajustada, a fim de permitir a mais ampla liberdade de comércio;

3.^o — As divisas provenientes desta medida pertencerão ao exportador, que delas poderá dispor livremente, devendo o governo suprir-se no mercado livre para as suas necessidades.

Com relação às questões regionais:

1 — Modificação da taxa cambial de exportação do algodão, aproximando-a quanto possível da taxa do câmbio livre.

2 — Suspensão imediata dos tabelamentos e controles sobre subprodutos do algodão, como torta e óleo.

3 — Providências de longo alcance, que visam ao aprimoramento da qualidade do produto nacional, para que tenhamos uma fibra superior à dos Estados Unidos:

a) maiores dotações em verbas e pessoal para as estações experimentais do Nordeste, para produção de melhores linhagens do Moco;

b) colaboração entre os Governos Federal e Estaduais e firmas interessadas na distribuição de sementes selecionadas aos lavradores;

c) promover os estudos e as providências efetivas do combate à broca do algodoeiro no Nordeste;

d) incrementar a produção de algodão de fibra média somente com fibra superior a uma polegada do comércio internacional;

e) recomendar o plantio em separado de cada variedade, a fim de evitar-se a hibridação;

f) auxiliar e promover a imediata distribuição de sementes selecionadas de fibra longa;

g) melhor cooperação entre os Governos Federal e Estaduais, Associações Rurais e entidades idôneas interessadas na ampla divulgação das boas práticas agrícolas, a fim de elevar a produtividade do algodoeiro, tanto em média por área como *per capita*.

4 — Aprovação pela CRB do tipo de trabalho de cooperação para produção de sementes entre o lavrador, Estado e máquinas de descaroçamento, recomendando que esse tipo de cooperação se estenda aos outros Estados, onde o lavrador não conta com a semente fornecida por estabelecimentos oficiais especializados.

5 — Recomendar ao Ministério da Agricultura o aumento de verbas destinadas ao Fomento Agrícola de Goiás em virtude do excelente trabalho da equipe de agrônomos sediados ali.

6 — Recomendar ao Governo Federal liberação comple-

ta de controles sobre farelo de algodão, a fim de que o lavrador goiano e de outras regiões do País possam adquirir não só 50%, mas para a totalidade de suas necessidades sem os entraves de interferências políticas e administrativas.

7 — A mais ampla divulgação, através dos agrônomos regionais e entidades agrícolas dos resultados obtidos pelos Institutos Agronômicos e Estações Experimentais em problemas de adubação e recuperação do solo.

8 — Dados comparativos entre nossas leguminosas atuais para produção de matéria orgânica e fixação de azoto, em cada tipo de solo.

9 — Introdução de novas variedades de leguminosas.

10 — Estudo das gramíneas relativamente à recuperação do solo.

11 — Ampliação do sistema de análise do solo, com possível ramificação pelas estações experimentais e postos regionais.

12 — Estabelecimento da correlação para cada tipo de solo, entre análises de solo e os resultados de adubação, a fim de facilitar a recomendação de adubação ao lavrador.

13 — Ampla divulgação dos resultados obtidos com calagem.

14 — Continuação e ampliação dos trabalhos sobre conservação do solo e planejamento da propriedade agrícola. Ampla divulgação dos resultados obtidos.

15 — Experiências sobre vantagens e limitações da cobertura do solo com capim nos cafeeiros e em outras culturas, principalmente nas zonas de estio seco e quente.

16 — Apoio e ampla divulgação dos resultados obtidos pela iniciativa particular na recuperação da produtividade do solo.

17 — Libertação do agrônomo regional de serviços burocráticos, para que ele possa visitar os pequenos lavradores e auxiliá-los no planejamento conservacionista de sua propriedade.

18 — Promover, através dos órgãos de classe agrícola, reuniões com industriais e comerciantes no sentido de interessá-los nas pesquisas agrícolas, fomentando, assim, as iniciativas particulares;

19 — Desenvolver os serviços informativos, social e educativo, nas Federações Rurais e suas filiadas.

20 — Promover, por intermédio das Federações e Associações Rurais, a criação de cooperativas de compra e venda;

21 — Difundir, através dos órgãos de classe, o clube dos 4H, tipo americano ou semelhante, e

22 — Estimular o intercâmbio entre as associações de classe do Brasil e Estados Unidos.

23 — Revisão de todo o sistema nacional de estradas, de modo que as principais vias de comunicação sejam ferroviárias, dando-se ao transporte rodoviário função meramente supletiva.

24 — O traçado das principais vias de comunicação servidas por ferrovias levará na devida conta e aproveitará, racionalmente, as vias de transporte interiores representadas pelos rios navegáveis, pelos que possam ser navegados mediante correções do curso dos leitos e, ainda, por sistema de canais.

25 — As ferrovias deverão ser uniformizadas quanto à bitola e eletrificação.

26 — Uma legislação previdente deverá fomentar a iniciativa privada pela inversão de capitais nacionais e estrangeiros, tanto para o aumento da produção hidroelétrica como para a extensão da rede ferroviária planejada. Tanto quanto possível, o Poder Público abrirá mão das empresas de estradas de ferro, confiando-se ao particular, dando quanto necessário, garantia de juros aos capitais efetivamente investidos.

27 — As tarifas ferroviárias serão fiscalizadas pelo Poder Público, não devendo ir além do necessário para assegurar a justa remuneração dos capitais. De qualquer forma, a Administração Pública estudará e aplicará normas que estimulem a concorrência, entre as ferrovias, quanto à qualidade do serviço e quanto aos preços das tarifas.

28 — O imposto sobre o combustível mineral para o transporte rodoviário será tal que permita à Administração Pública construir e manter a rede rodoviária sem recorrer aos tributos gerais, e, ainda, forneça recursos com que



Aspecto do Churrasco oferecido aos participantes da IV Conferência Rural Brasileira, vendo-se o Sr. Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura.

atender o mais possível aos reclamos da garantia de juros às empresas de estradas de ferro. O imposto único servirá como regulador da concorrência entre as empresas de estradas de ferro e as de rodagem, pela graduação do custo do transporte rodoviário e, portanto, pelo consequente congestionamento das classes e volumes de mercadoria que procurem esta espécie de transporte.

29 — Interferência junto ao D. N. E. R. para construção de diversas estradas de rodagem. Nada temos a opor sobre semelhante pedido. Assim, propomos que a Confederação oficie ao D. N. E. R. solicitando amparo para o que pleiteia o Presidente da referida Associação

30 — Pedê também a construção de um açude, alegando que os atuais já não atendem às necessidades locais. É um outro problema que a Confederação pode intervir na solução, entendendo-se com o D. N. O. C. S.

31 — Solicita a isenção de impostos e de licença de importação para máquinas e produtos agrícolas, gado vacum, cavalos, suínos etc., criação de uma cooperativa agrícola, construção de silos bem como seja oficiado ao Banco do Nordeste do Brasil S. A., no sentido de autorizar a Agência do referido Banco em Nova Russas a realizar operações, com maior amplitude, com agricultores.

32 — Que a IV Conferência Rural Brasileira faça sentir ao Exmo. Senhor Presidente da República a necessidade premente de financiamento, pela União, para a realização da Rede Nacional de Armazéns e Silos;

33 — que a C. R. B. pleiteie, através da C. E. R. N. A. S. (Comissão Executiva da Rede Nacional de Armazéns e Silos) a imediata execução de unidades armazenadoras suficientes nas regiões de altos índices de produção, estabelecendo, assim, um critério justo de prioridades;

EMENDAS

Foram aprovadas pelo plenário as seguintes emendas:

1 — Suprimindo todo o item sobre política de preços.

2 — Fica a C. R. B. autorizada a enviar à Comissão de Financiamento da Produção Agrícola do Ministério da Fazenda o trabalho publicado em "Gleba" de Dezembro de 1955 páginas 3 a 38, como contribuição ao estudo do estabelecimento de um novo sistema de garantia de preços no Brasil.

3 — Com relação à política cambial:

a — ratificando o pensamento da classe manifestado na III Conferência Rural Brasileira;

b — que as teses apresentadas sobre o assunto sejam remetidas à C. R. B. para apreciação de seus órgãos técnicos, como subsídio ao estudo de uma solução para

COMO TRABALHAR COM AS ABELHAS

PEDRO LUIZ VAN TOL FILHO

Apesar de muito popular, é falsa a lenda que diz que as abelhas se habituam com o seu dono.

Na realidade, é o apicultor quem se habitua com as abelhas. O bom apicultor é sempre mais ou menos bem sucedido, quando lida com as abelhas, sejam suas ou sejam de outras pessoas.

Qualquer pessoa pode se tornar bom apicultor, desde que não tenha medo de abelhas. É bem compreensível que nas primeiras vezes em que alguém abra uma colmeia, seja acentuado o receio de ser agredido pelas suas ocupantes; mas com o decorrer do tempo, o apicultor, geralmente, vai perdendo esse receio e vai sentindo amizade pelas suas fazedoras de mel. Essa substituição do medo pelo amor é a primeira condição para ser bem sucedido, porque gera um sentimento de compreensão que induz à calma enquanto trabalha; e trabalhar com calma é um fator muito importante em apicultura.

Nas primeiras vezes em que se mete com as abelhas, deverá o apicultor proteger-se com o véu, também chamado erroneamente "máscara"; mas desde a primeira vez, deve ir se habituando a trabalhar sem luvas. Se acontecer alguma ou várias abelhas picarem a mão, o apicultor deverá suportar com estoicismo, sem dar tapas nem largar o que está segurando e sair correndo. Os movimentos deverão ser sempre lentos, porque os movimentos bruscos irritam as abelhas, tanto as que estão na colmeia observando atentamente os movimentos externos, como as que estão voando ao redor da colmeia, procurando o motivo de alarme que foi dado quando no seu interior se abriu a colmeia.

Algumas vezes a abelha ataca o apicultor com a resolução firme de picá-lo; então, dificilmente se consegue fazê-la desistir de seu intento; se ela atinge a mão ou a roupa, geralmente deixa ali cravado o agulhão; sendo a

mão a parte atingida, deve-se providenciar a retirada do agulhão antes que a carne absorva todo o veneno.

Quando a abelha pousa sobre a mão, ou qualquer outra parte, sem ferrear, deve ser deixada em paz, porque se lhe der um tapa, ela ou cravará imediatamente o agulhão ou, se fôr atirada, voltará furiosa, para não perdoar o seu agressor.

são essenciais, o apicultor deverá não se esquecer de alguns outros, que muito contribuirão para facilitar os serviços, principalmente evitando ou diminuindo a agressividade das abelhas. Isto se consegue evitando o que as abelhas não gostam. Por exemplo:

1) as abelhas não gostam de cheiros ativos, como perfumes, loções, falta de asseio, etc.; portanto, o apicultor que tenha cheiros, agradáveis ou desagradáveis, mesmo fracos, irrita as abelhas, tornando-as agressivas;

Biohumus

O "esterco artificial" obtido com o Biohumus é rico em matéria orgânica e o seu teor de ozoto, fósforo e potássio é superior ao melhor esterco de curral.

Experimente...

Quando as abelhas mostram-se agressivas, geralmente umas baforadas de fumaça fria serão suficientes para acalmá-las, desde que outros fatores não estejam contribuindo para essa agressividade. Se as condições forem normais e as abelhas mantiverem-se agressivas mesmo com o uso da fumaça, trata-se então de uma família naturalmente muito agressiva. Havendo necessidade premente de se lidar com essa colmeia, o apicultor poderá lançar mão de um pulverizador cheio de água, que não tenha sido anteriormente utilizado com inseticida. O chuveiro provocado molhará as abelhas que se acalmarão e se recolherão para o interior de sua habitação. Se a água usada no pulverizador fôr adoçada com um pouco de açúcar, dará melhor resultado porque as abelhas procurarão se lambeir umas às outras, deixando de atacar o apicultor.

Além desses cuidados, que

2) as cores preta e marron irritam as abelhas, enquanto as azul claro e branca geralmente acalmam-nas; é por isso que os apicultores geralmente usam um guarda pó claro quando trabalham com as abelhas;

3) os dias frios, principalmente quando venta, resfriam as crias, prejudicando-as; as abelhas sabem disso e se irritam quando o apicultor abre uma colmeia em tais ocasiões;

4) as abelhas campeiras, que são as mais velhas, são as mais agressivas da família; não se deve mexer nas colmeias nem muito cedo, quando ainda não saíram as campeiras, nem muito tarde, quando já se recolheram;

5) as abelhas depois de tomarem conhecimento da localização de sua colmeia, atiram-se para fora dela ou de retorno a ela, contando sempre com os obstáculos observados em seus primeiros vôos de localização; se o apicultor

(Continua na pág. 52)

A SAFRA DE CEREAIS DO PARANÁ

O transporte dos cereais, no Norte do Paraná, durante a época de safra, não pode ser resolvido de forma ordinária, normal.

O rodoviário é caro, embora grande trecho — Iporã-Londrina-Apucarana — 87 km — já esteja pavimentado. Continua a não ser a verdadeira solução.

Acontece, porém, que a Rêde Viação Paraná-Santa Catarina não está em condições de atender o escoamento rápido das safras dessa região, onde a armazenagem é ainda mais precária do que a própria estrada.

As razões são estas:

a) debilidade da via permanente que não permite composições de grande porte;

b) escassez de locomotivas e material rodante que não permite grande multiplicidade de composições para compensar a impossibilidade de composições grandes;

c) desnivelamento social do pessoal que não permite à es-

trada atividade intensa durante 24 horas ininterruptas.

Os dois primeiros itens são conhecidos apesar de muitas melhorias terem sido introduzidas ultimamente. Mas essas melhorias nada representam em relação às necessidades de uma boa safra como é o caso presente.

A situação do pessoal é outro fator negativo de graves conseqüências. O trecho do Norte do Paraná representa apenas 10 % das linhas da R. V.P.S.C. as quais abrangem outras regiões de configuração diversa e economia próprias. São estas regiões que determinam os padrões de salários vigorantes na estrada.

Como a região Norte do Paraná é fundamentalmente diferente das demais com os padrões de salários mais altos do país dado o *rush* econômico que ali se verifica, ocorre então um grave desnivelamento entre o que ganham os trabalhadores da Rêde e os de todas as demais

atividades. Isso determina que a estrada não conte com horas extraordinárias de seu pessoal que prefere aproveitá-las em atividades estranhas à mesma e onde, em poucas horas, ganha consideravelmente mais do que nas oito horas de serviço profissional.

A deficiência que esse fenômeno provoca nos serviços ferroviários é catastrófica, agravando em todos os sentidos as suas deficiências materiais.

A missão Klein & Sacks analisou a fundo essa situação e as soluções a que chegou ou são de longo alcance, ou não podem ser por nós encampadas. É que, as primeiras giram principalmente em torno da construção de armazéns e silos, que é solução remota, embora premente. As outras se concentram sobretudo na transferência do trecho de Cornélio Procópio a Maringá, da Rêde para a Sorocabana.

Ora, esta providência é chocante para os paranaenses, que não se conformariam nunca com tamanha afronta



ITA O MELHOR
SAL DE
COZINHA E PARA
SALGA DE MANTEIGA

SAL DE MACAU

TODOS OS TIPOS PARA TODOS OS FINS



CONDOR
FINÍSSIMO SAL
— PARA MESA —



Henrique Lage Comércio e Indústria S. A.

Avenida Marechal Câmara, 350-3.º — Sala 301 — Telefone: 32-7557

Telegramas: Lage — RIO DE JANEIRO — CAIXA POSTAL, 1032

à autonomia estadual, que é no que constituiria, em última análise, a extraterritorialidade a ser concedida a uma estrada de propriedade do governo de um outro Estado.

Outra sugestão que se tem discutido é a da autonomia ou da federalização do referido trecho, a qual, em verdade, não chega a ser atentatória ao espírito autonomista dos paranaenses. Mas, tal como a construção da rede regional de armazéns e silos, é solução de longo alcance, que demanda tempo. E o problema submetido à nossa consideração é de solução imediata, para providências a serem adaptadas dentro de dois meses, no máximo, em face da grande safra de milho e feijão que se espera, em consequência da calamidade que liquidou os cafésais norte-paranaenses.

Nessas condições, com a experiência que temos do problema e tendo em vista as causas objetivas da crise de transportes da região, o que nos parece necessário fazer, de imediato e antes de mais nada, é conservar no trecho Cornélio Procopio-Maringá, a maior quantidade possível de locomotivas, vagões e pessoal.

Para se conseguir esse objetivo, no devido tempo, é claro que a Rede não dispõe dos elementos necessários. É preciso ir buscá-los onde for possível e isso é possível. Apenas, as medidas para a sua obtenção não podem ser tomadas pelas autoridades estaduais e muito menos pela própria Rede.

É um caso típico de coordenação e como se trata de providências que envolvem os governos de dois Estados, essa coordenação só pode ser levada a efeito pelo Governo Federal ou, melhor dito, pelo Ministério da Viação, ou pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços que são os órgãos próprios.

É, pois, ao Ministério da Viação que devem ser dirigidas estas sugestões, pois é a ele, através do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, que compete essa responsabilidade de coordenar os elementos que devem atuar no escoamento daquela safra cerealífera.

Biohumus

Agricultor...

No seu próprio interesse investigue nesta seção Agrícola o que é este produto... e interessando-lhe dirija-se aos fabricantes ou seus distribuidores que será prontamente atendido.

A mesma responsabilidade cabe à COFAP no controle dos embarques e da armazenagem nos centros de consumo, bem como à Comissão de Financiamento da Produção, na defesa dos produtores.

Nessas condições, deve-se organizar uma comissão, integrada por um representante dos três órgãos citados, para tomar as medidas que se fizerem necessárias, tais como as seguintes e que nos parecem fundamentalmente essenciais:

a) acordo entre a Rede e Sorocabana, para tráfego mútuo, se é que não está em vigor o de 1951, a fim de que as composições da primeira viagem diretamente até São Paulo e, as da segunda, até Maringá.

b) coleta de locomotivas e vagões, para empréstimo por três meses, entre outras estradas que deles dispuserem e cujas bitolas sejam idênticas, como a Sorocabana, a Araraquense, a Nordeste e a Central.

c) acordo com a Central, para que receba em Barra Funda e carregue imediatamente para o Rio os cereais que a ele se destinarem e onde não haverá dificuldade de armazenagem;

d) acordo com a Santos-Jundiaí, para o transporte rápido, de Barra Funda a Santos, dos cereais destinados ao consumo local e à cabotagem, uma vez que em Santos também não haverá maior dificuldade de armazenagem;

e) adaptação de vagões fechados para o transporte a granel destinado este a todos

os estabelecimentos comerciais ou industriais que dispuserem de silos;

f) acordo com os embarcadores para que custeiem os extraordinários em horas e feriados em bases capazes de interessar o pessoal e desde que a Rede não possa fazer por sua conta;

g) distribuição de vagões pela própria Comissão cobrando pesada multa pela praça morta ou não havendo má fé por parte do embarcador entrega imediata do vagão desistido a outro embarcador em condições de utilizá-lo prontamente;

h) acordo com os sindicatos de atacadistas de cereais de São Paulo Rio e Santos, para que seus associados armazenem ou distribuam todas as quantidades de cereais que lhes forem remetidas além das suas compras normais;

i) se for o caso, obter do Banco do Brasil financiamento aos atacadistas, mediante penhora dos estoques em poder destes, a fim de permitir que cada um possa fazer estoques acima da respectiva capacidade financeira, pelo tempo necessário;

j) na hipótese de que a Comissão de Financiamento da Produção possa ela mesma adquirir toda a produção e que o Exército possa, a sua vez, fazer de uma só vez a aquisição de todas as suas necessidades, os itens anteriores — h e i — perderão muito sua razão de ser ou ficarão bastante limitados em seu alcance, desde que o referido órgão entre em acordo

(Continua na pág. 52)

A INFLUÊNCIA DAS FLORESTAS SÔBRE A TEMPERATURA DO AR E SÔBRE AS GEADAS

A influência das florestas sobre a temperatura do ar fóra já assinalada por Humboldt, Boussingault, Nordlinger, Becquerel, Krutzsch e outros; mas só a partir do século XIX foi ela estudada com rigor científico. Os trabalhos mais importantes a este respeito e que elucidaram definitivamente a questão foram os de Mathieu, na Escola Florestal de Nancy, e os de Ebermayer, nas Estações Florestais da Baviera.

A existência de grandes áreas de matas tem influência apreciável sobre a temperatura do ar, sobretudo dentro dessas áreas, quando comparada com a de outras despidas de vegetação. De um modo geral, pode estabelecer-se que a temperatura média anual é menor dentro das matas do que a obtida fora delas. Essa diferença não é, porém, tão sensível

como muitos querem fazê-la: as observações feitas na Europa, em grande número de estações e postos, mostram que a 50° de latitude norte, ela é apenas de 0,6°, a 1,50 m do solo, comparada com a temperatura, à mesma altura, em terreno descoberto, um pouco mais nas regiões montanhosas, um pouco menos nas planícies.

Em Nancy, a média dessa diferença foi de 0,45° para os anos de 1869 a 1888, isto é, num período de 20 anos de observações consecutivas. No Departamento de Oise, de 1874 a 1878, Fautrat notou uma diminuição de 0,5° na temperatura média anual devido à influência das florestas, em Halattle, e de 0,9°, em Ermenonville. Uma das maiores diferenças observadas foi de 1,05°, em Melkerei, na Baixa-Alsácia, no período de 1875 a 1895. Convém notar que es-

tas observações foram feitas em diferentes altitudes e em florestas de essências diversas;

Em Nancy — a 340 m numa floresta de faias.

Em Halattle — a 120 m numa floresta de carvalhos e carpas.

Em Ermenonville — a 100 metros numa floresta de pinheiros.

Em Melkerei — a 930 m numa floresta de faias.

Esta diferença, para menos, segundo os dados das Estações Florestais da Baviera, não se encontrou repartida com igualdade por todo o ano: foi máxima no verão, mínima no inverno, intermediária na primavera e no outono, como se verifica pelas médias correspondentes às quatro estações, considerando só as temperaturas diurnas:

Primavera	1,02°
Verão	1,68°
Outono	0,45°
Inverno	quasi nula

Na Suíça, o abaixamento da temperatura, devido à

o Caruncho pode roubar até 75% de sua colheita

Evite esse prejuizo com polvilhamentos de

Gesarol 33

Uma única aplicação garante a proteção eficiente e econômica dos grãos armazenados — milho, feijão, arroz, etc. — contra o ataque de carunchos, gorgulhos e traças (mariposinhas, borboletinhas).

- AÇÃO SEGURA
- CONSERVAÇÃO PERFEITA
- INOFENSIVO AO HOMEM E AOS ANIMAIS
- NÃO DEIXA CHEIRO NOS PRODUTOS TRATADOS

CUIDADO COM AS IMITAÇÕES! GESAROL 33 encontra-se à venda somente em embalagens originais. Recusem embalagens abertas ou pacotes que não trouxerem impressa a marca registrada de GESAROL 33.

Solicitem folhetos e amostras!

GEIGY DO BRASIL S. A.
Produtos Químicos

Matriz
RIO DE JANEIRO
C. P. 1329



Filial
SÃO PAULO
C. P. 2544



ação da floresta, foi de 1,51°, no verão, e de 0,51°, no inverno; no Württemberg, respectivamente, 1,70°, e 0,30°; em Nancy, no mês de julho, a média foi inferior de 1,14° e, Ermenonville, de 2,2°.

Na Suécia, segundo as observações de 1878 a 1883, a diferença foi de 0,60° em junho, 0,55° em julho e 0,60° em agosto, enquanto que, em novembro, dezembro e janeiro, a média foi superior, na floresta, respectivamente 0,15°, 0,30° e 0,25°.

De quanto fica exposto se conclui que, nas matas, a média anual da temperatura é, em geral, inferior de cerca de meio grau à do campo descoberto e que a ação refrigêrante das florestas é muito mais sensível no verão do que no inverno.

Tem-se observado que, durante os dias mais quentes do ano, a temperatura máxima registada dentro das matas está sempre muito abaixo da registada fora e, pelo contrário, nos dias mais frios do ano, a mínima observada nas matas nunca é tão baixa como a obtida fora, principalmente nas que são constituídas por essências de folhas persistentes.

Esta influência da floresta tem grande importância sob o ponto de vista agrícola, evitando o efeito desastroso das geadas extemporâneas: tardias na primavera, precoces no outono. A proteção das árvores pode evitar o resfriamento brusco da temperatura na primavera, depois de começado o período de vegetação ativa.

As geadas tardias são menos frequentes e menos rigorosas nas matas do que nos campos despidos de vegetação, como o provam as observações feitas, nas estações florestais alemãs de Carlsberg, Eberswalde e Hagenau.

Estudos feitos nas mesmas estações mostram que as geadas tardias ocorrem, durante um período muito mais longo no campo e são, portanto, mais nocivas do que na floresta.

Para se conhecer, tão exatamente quanto possível, a influência das florestas sobre a temperatura do ar das regiões circunvizinhas, estabeleceram-se estações radiais de observação, isto é, numa série de pontos que começa

no centro de um considerável maciço e que se vai afastando gradualmente até uma distância considerável da mata. Verificou-se que a ação das florestas sobre a temperatura do ar das regiões adjacentes, despidas de vegetação, é muito limitada.

O que parece poder concluir-se é que o papel das florestas sobre a temperatura da atmosfera, é bem semelhante ao do mar: atuam como regulador. A temperatura na floresta sobe menos durante o dia e desce menos durante a noite do que nos campos sem árvores; este fato provoca as brisas que de dia sopram da floresta, menos aquecida, para os terrenos circunvizinhos, e de noite sopram em direção oposta.

As florestas, muito embora produzam uma pequena di-

minuição na média anual, corrigem os grandes extremos da temperatura de cada estação, de cada mês, de cada dia.

A influência das matas sobre a temperatura do ar é devida ao coberto das árvores, *copa* ou *folhagem*, que intercepta a passagem dos raios solares, evitando que o solo se aqueça rapidamente durante o dia, e que impede ou diminui a irradiação noturna; a transpiração das folhas que lançam grandes quantidades de vapor d'água, roubando um certo calor; e a camada humifera, *manta* ou *folhedo*, que, sendo má condutora do calor, abriga o solo, diminuindo a sua irradiação.

(Extraído do livro "Utilidade das Florestas", de Navarro de Andrade).

HOMENAGEM



Os diretores da Fruehauf Trailer S. A. homenagearam com um coquetel no Salão Portinari do Hotel Comodoro, o Sr. Alexander S. Aranyos, Diretor das Operações Estrangeiras da Fruehauf Trailer Co. de Detroit, Michigan. No clichê vêm-se da esquerda para a direita: Sr. Francisco Vieira, Sr. Louis J. Servizio, Diretor Tesoureiro da Fruehauf Trailer S. A. Ind. e Comercio, Sr. Attilio Porre-

ca, da Bramasa S. A., Sr. Alberto Moreira, Diretor Superintendente da C. M. T. C. Dr. Ary F. Torres, Diretor Presidente da Fruehauf Trailer.

Seja um
assinante de
"A Lavoura"

Sr. Criador :

Peça ao seu fornecedor das 4 VACINAS
MANGUINHOS (manqueira, anticarbunculosa,
pneumo-enterite dos bezerros e dos porcos)

a

PENICILINA VETERINARIA
MANGUINHOS

1.000.000 de unidades

aplicação de 24 em 24 horas

e seringas veterinárias P.V.M. de 10 c.c. e de 25 c.c.

Serviço social rural

Foi nomeado Presidente do Serviço Social Rural o Dr. Rubens Farrula, que de há muito está ligado à vida rural brasileira como ex-Secretário da Agricultura do Estado do Rio, organizador da Cooperativa Central dos Produtores do Leite, Vice-Presidente da Confederação Rural Brasileira, membro da Comissão Nacional de Política Agrária e de outras entidades.

Em Fortaleza, durante a IV Conferência Rural Brasileira, o Dr. Rubens Farrula teve ocasião de pronunciar o seguinte discurso:

"Ao ensejo dos trabalhos da IV Conferência Rural Brasileira muito focalizado e muito debatido foi o tema do Serviço Social Rural, que constituiu, aliás, o objetivo específico do 2.º Grupo de Trabalho. O ardor com que ilustres Congressistas se empenharam no exame do problema demonstra a saciedade inegável relevância com que o mesmo avulta na conjuntura social e econômica da vida rural brasileira.

O Serviço Social Rural foi há muito uma reivindicação da Classe e é hoje, felizmente, uma vitória, que veio galardoar esforços ingentes da Confederação Rural Brasileira e de ilustres Parlamentares identificados com as causas da agricultura nacional.

Na qualidade de presidente do S. S. R., posto a que fui conduzido pela confiança da Classe e do Governo, julguei oportuno trazer a meus companheiros alguns esclarecimentos sobre o momentoso problema, para que esta IV Conferência conheça de perto a realidade dos fatos e as providências iniciais por nós adotadas para a instalação e funcionamento da autarquia criada pela Lei n. 2.613.

Empossado que fui na presidência do órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, entrei logo em entendimentos com o titular da Pasta, que se revelou perfeito conhecedor do assunto e sobremaneira desejoso de envidar conosco todos os esforços para o êxito do grande empre-

endimento em prol do alevantamento dos homens do campo.

Após as primeiras conversações chegamos com facilidade ao reconhecimento de que a providência básica seria a regulamentação da Lei, sem a qual nada se poderia concretizar e com presteza acedemos ao pedido de S. Exa no sentido de apresentar algumas sugestões sobre a matéria.

Com a colaboração da Confederação, constituímos um pequeno grupo de trabalho e, dentro de poucos dias, pudemos submeter a apreciação do Sr. Ministro da Agricultura um ante-projeto de Regulamento. Releva esclarecer aqui que esta lei adjetiva se ateve apenas aos aspectos administrativos do S. S. R. Pareceu-me — e também aos meus colegas da direção da CONFERUBRA — não ser conveniente que o Regulamento cuidasse da própria estrutura do S. S. R., convindo que se limitasse a fixar normas interpretativas do texto legal, notadamente no que concerne as disposições dos arts. 4, 6, e 14, que tratam dos processos de composição dos Conselhos e das Juntas, e do aparelhamento financeiro para instalação do novo órgão.

De fato, pareceu-nos de toda conveniência que nada de fundamental fosse realizado sem que estivesse completo o Conselho Nacional, com a eleição dos quatro representantes da Classe e dos representantes de Ministérios.

Essa diretriz pareceu-me a mais acertada e a que melhor correspondia aos interesses da Classe, agora convocada pelos Poderes Públicos para uma colaboração direta na disseminação dos serviços sociais nas regiões rurais. Assim, o Regulamento não focalizará pormenores da organização do Conselho Nacional e de seus órgãos regionais, os Conselhos Estaduais e Juntas Municipais. Esse encargo se efetivará, através do Conselho Nacional, que complementará, com o seu Regulamento Interno, os aspectos

básicos de funcionamento e o do próprio quadro do pessoal do S. S. R. No ante-projeto do Regulamento, ficaram apenas expressas as atribuições dos Conselhos e da Presidência, bem como, em disposições transitórias, a autorização para movimentar a dotação especial para a instalação da Autarquia e o atendimento às despesas iniciais indispensáveis para o funcionamento do S. S. R.

A Lei n. 2.613 e o seu Regulamento serão os elementos básicos com que o Conselho Nacional, constituído após a assembléia geral extraordinária a ser convocada pela Confederação Rural Brasileira, contará para elaborar o Regulamento Interno, que dará organicidade ao S. S. R. Após essa fase, a racionalização técnica e administrativa ficará assegurada pelas Instruções, destinadas a solucionar casos omissos ou fixar diretrizes exigidas pela experiência.

Eis, Srs. Conferencistas, quanto me cabe esclarecer sobre o Serviço Social Rural e confio em que vossos cinco representantes — porque o Presidente tem a honra de representar também a Classe Agrícola — darão à nova autarquia toda a colaboração, para que possamos, com o apoio do governo, realizar a alta missão de assistir aos agrários do país, alevantando e mesmo dignificando seus precários e lamentáveis índices de saúde, de habitação, de alimentação e de educação.

Para tão nobre quão árdua e espinhosa tarefa convoco a Classe Rural e, ao lado da Confederação Rural Brasileira, iremos a todos os sacrifícios para que os agricultores se libertem do marginalismo em que vivem dentro da nossa civilização e possam, com menos sofrimento, continuar a trabalhar mais e melhor para o engrandecimento do Brasil!"

Seja um
assinante de
"A Lavoura"

TRIGO NACIONAL

Em verdade, cada ano que passa mais grave se apresenta o grave problema de escoamento das safras tritícolas nacionais. É o que poderíamos chamar de cruz da morte: enquanto os transportes minham, aumenta a produção. Nem se compreende como, nessa ascensão contínua de dificuldade, a produção aumenta.

As conseqüências são de todos conhecidas e aí estão elas a clamar, como um anatema, contra a nossa capacidade realizadora.

As vezes ocorrem certas circunstâncias que, de tanto somarem-se a si mesmos, os fatores negativos acabam formando tal contextura que a solução se impõe de forma

itinerante, está exatamente no arbítrio concedido aos moinhos para a aquisição do trigo diretamente ao produtor. Ninguém pode ser culpado disso, nem os moinhos. O mal está no regime, no sistema adotado.

Como os produtores são dezenas de milhares, dispersos pela vasta região que compreende os três Estados Meridionais e, os moinhos, cerca de uma centena, a transação direta entre uns e outros adquire uma complexidade que dificilmente poderá ser normalizada aumentando, ao contrário, à medida que no-

existe um exemplo que deve ser levado na maior consideração. Trata-se da importação, pelo Banco do Brasil, através da CAOEX, de todo o trigo estrangeiro, desde 1952, e a ele atribuída pela Comissão Consultiva do Trigo.

Se o Banco do Brasil adquirir 70% do trigo consumido pelo país, porque não adquirir os outros 30%? Se a justificativa para aquela providência foi a necessidade de evitar a hipótese de fraude cambial, com muito mais razão deve o mesmo exercer-se para a providência sugerida, pois também aqui existe uma grande fraude, a do trigo-papel.

Além disso, existem prejuízos que aparentemente não fazem ação de presença, mas que representam grave perda de substância para a economia nacional, qual seja, em especial, o das colheitas que se deterioram nos países dos produtores, por se apresentarem tarde demais ou nunca se apresentarem, os respectivos compradores, como está ocorrendo neste momento.

Outro prejuízo digno de conta é de ordem financeira e se refere aos financiamentos bancários que não podem ser liquidados pelo produtor, por ter assim perdido sua produção em conseqüência do retardo ou da ausência do comprador.

Acontece, ademais, que isso só ocorre com os pequenos produtores, confinados em regiões distantes ou de acesso difícil, precisamente os que mais precisam, por princípio, de assistência e proteção, primeiro por serem pequenos produtores, cuja proteção é pacífica e, segundo, porque muito interessa à economia nacional a recuperação das zonas mais inhóspitas, encravadas em regiões de boa produtividade.

Vejamos agora as perspectivas que se apresentariam, instituída a providência preconizada.

Em primeiro lugar, é o Banco do Brasil, em último análise, o financiador da produção tritícola. Nenhuma outra entidade, portanto, mais familiarizada com a produção e mais ligada ao produtor.

Biohumus

também excita e apressa o curtimento do esterco de curral, aumentando-lhe o teor de nitrogênio.

Pergunte ao seu vizinho se ele já conhece este produto...

inapelável, do contrário sobrevém o caos.

A nosso ver, a origem de toda confusão está mais no sistema de comercialização do que propriamente nos transportes. Os transportes terão de ser resolvidos de seu lado, mais pela regularização dos embarques, através da armaragem e da silagem, do que por eles mesmos. De nada valem muitos navios, se os portos não tem capacidade para atendê-los. É uma questão de tempo, uma solução de profundidade, e embora premente.

O sistema de quotas, a sua vez, não está errado, dentro das circunstâncias. Cada moinho do país terá de beneficiar determinada quantidade de trigo estrangeiro. Não é aí que se encontra a distorção. A distorção, cujos pontos de maior deterioração são os chamados trigo-papel e trigo-

vos produtores vêm incorporar-se à grande corte dos sofredores.

Por conseguinte, o ponto crucial, o grande responsável, é o sistema de comercialização predominante. É aí que tem que ser encontrada a solução. E a solução é precisamente a que já tem sido adotada para outros produtos, por meio de autorização legal, ao Banco do Brasil, para a aquisição das safras, dentro do que objetiva o Serviço de Expansão do Trigo e a lei 1.506 facultada.

A justificativa é implícita. Os precedentes, inúmeros.

Basta o exemplo do demoradíssimo Uruguai, cujo Banco de la República é o comprador exclusivo de todo o trigo produzido no território nacional. Na Argentina, é ainda um órgão federal — o IAPI — o comprador único.

E aqui mesmo entre nós

Existe um verdadeiro vínculo entre um e outro.

Ao Banco do Brasil, portanto, deverá caber a compra exclusiva do trigo produzido por todo aquele que dê receber financiamento a medida aproximada de qual valer a produção dos que a eles recorrerem.

Da mesma forma, será mais fácil ao produtor, qualquer que seja, entregar à agência ou ao representante do Banco do Brasil, que com ele tem trato, o fruto de seu trabalho, do que aguardar em sua casa a visita de um comprador às vezes hipotético, ou que regateia, muito embora existam os preços mínimos fixados.

Por outro lado não haverá para ele mais, o drama do vencimento de seus títulos devedores. Feita a colheita, val à agência ou ao representante do Banco do Brasil que o financiou e comunica o volume de de sua produção, a qual, uma vez verificada oficialmente, embora continue guardada nos seus próprios palácios, concede-lhe o direito de receber quanto necesite para os seus compromissos ou as suas despesas, com base no seu haver.

Mais ainda. Com o sistema atual, os moinhos localizados no coração das regiões produtoras têm que trabalhar em igualdade de condições com os mais distantes. Isso quer dizer que têm de industrializar trigo local e trigo estrangeiro. Daí essa barbáridade, cuja sobrevivência não se explica, de sair de uma estação um trem com trigo de produção local e chegar outro carregado de trigo estrangeiro. Só mesmo neste país poderia ocorrer uma coisa dessas!

Com a solução preconizada, pode o Banco do Brasil evitar fretes, despesas e delongas inúteis, determinando que os Estados produtores não recebam o produto estrangeiro e só exportem o saldo não industrializável localmente.

Poderíamos ir muito longe nestas digressões, mas isso seria como que malhar em ferro frio. É uma solução que se justifica sob todos os pontos de vista, não havendo nenhum argumento ponderável em contrário. A economia que isso representaria seria de ordem incalculável.

FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS EM RECURSOS NATURAIS

Abertas as inscrições para as bolsas de estudo do Centro Panamericano

Bolsas de estudo para profissionais brasileiros, de preferência graduados em Engenharia, Geologia, Geografia e Ciências Naturais, foram colocadas à disposição do Ministério da Agricultura pelo Centro Panamericano de Aperfeiçoamento para Pesquisas de Recursos Naturais, que funciona em dependências da Universidade Rural, fundada pela Organização dos Estados Americanos (O.E.A.), destinada essa instituição à formação de especialistas nos setores da Geologia, Hidrologia, Florestas e Solos, visando à avaliação, aproveitamento e conservação dos recursos naturais das Repúblicas Americanas.

Entidades oficiais ou organizações privadas idôneas poderão apresentar candidatos às bolsas de estudo do Centro, remetendo a este os pedidos de inscrição, acompanhados de títulos e qualificações. Os candidatos devem escolher um setor de especialização entre os de Hidro-

logia, Geologia, Florestas e Solos. Uma comissão de professores do Centro examinará, então, os pedidos e respectivas documentações e, a seguir, concederá as bolsas aos candidatos mais qualificados.

Afora duas bolsas gratuitas, as demais incluem apenas alojamento e ensino em qualquer das especialidades, exigindo do bolsista ou da instituição patrocinadora os gastos com refeições nos restaurantes da Universidade Rural (cerca de Cr\$ 70,00 por dia) e o transporte da cidade de origem ao Km 47.

No primeiro ano letivo do Centro, em 1954, estiveram matriculados 10 bolsistas brasileiros e 37 de outros países do Continente. No segundo ano, recém-terminado, frequentaram os cursos 36 bolsistas entre brasileiros e panamericanos.

As inscrições para as bolsas acham-se abertas, até 15 de março vindouro, na sede do Centro Panamericano de Aperfeiçoamento para Pesquisas de Recursos Naturais, na av. Churchill, 129, sala 1.003.

O convênio feito pelo Brasil com o Uruguai, em 1952, no sentido de adquirir todo o seu saldo exportável de trigo, permitiu a esse país aumentar sua produção de... 200.000 para 500.000 toneladas em apenas três anos. Estamos certos de que, não houvesse a centralização de compras e o Uruguai não teria podido realizar tão brilhante performance. E quando assim o afirmamos, estamos baseados em afirmações das próprias autoridades uruguaias.

Com efeito, a nosso entender, não existe para países de cultura anda em formação outra solução para o problema do trigo, em todos os seus aspectos, do que a do comprador único e exclusivo, como no caso nosso, o Banco do Brasil, que já é, por sinal, o importador exclusivo. E isso poderá, inclusive, resolver o problema do desnivelamento de preços entre o produto nacional e o estrangeiro,

tendo em vista o seu barateamento em benefício do consumidor e a eliminação total da especulação de diferente espécie de que é objeto a farinha, com argumento nas cotinções do trigo nacional e suas misteriosas viagens cruzadas com o trigo estrangeiro.

Sendo o Banco do Brasil o comprador, como já é o importador, poderá ele criar um fundo de equilíbrio, de sorte que, da extraordinária diferença de preços entre um e outro produto, possa extrair do estrangeiro margem suficiente para cobrir o preço do nacional, pago ao respectivo produtor, sem com isso sobrecarregar o já de si sobrecarregadíssimo consumidor brasileiro, especialmente o das próprias zonas produtoras, que no regime atual é como que castigado pelo fato de viver ao lado das lavouras destinadas a abastecer o país.

BENJAMIM CABELLO

Estacas de folhas e de raízes

Respondendo ao Snr. D. S., nosso consócio no Paraná, temos a informar:

a) realmente, certas plantas se multiplicam por estacas de folhas, como acontece com a begônia

b) em outras plantas é possível a estaquia por meio de raízes, como por exemplo na fruta-pão.

Maracujá peroba

Esclarecendo ao Snr. J. V., do Distrito Federal, informamos que:

a) o maracujá-peroba pode ser cultivado em quase todas as regiões do país

b) a multiplicação é feita por meio de sementes retiradas de frutos bem maduros.

Importância do girasol

Respondendo à consulta do Snr. U. C., do Estado do Espírito Santo, informamos que,

CONSULTAS

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor Técnico da S. N. A.

entre outras, podem ser citadas as seguintes utilidades do girasol:

a) as sementes fornecem óleo;

b) a torta (resíduo da extração do óleo) é utilizado na alimentação do gado;

c) as sementes são empregadas na alimentação das aves;

d) a cinza proveniente da queima das hastes é rica em potassa;

e) as folhas são utilizadas na alimentação do gado.

é Rua Tabatinguera nos. 122-124, S. Paulo.

Vitamina C

Respondendo ao nosso consócio N. B., do Distrito Federal, informamos que são ricos em vitamina C a alface, a goiaba, a chicória, o limão, o cajú, a laranja, o tomate, o agrião, o espinafre, etc..

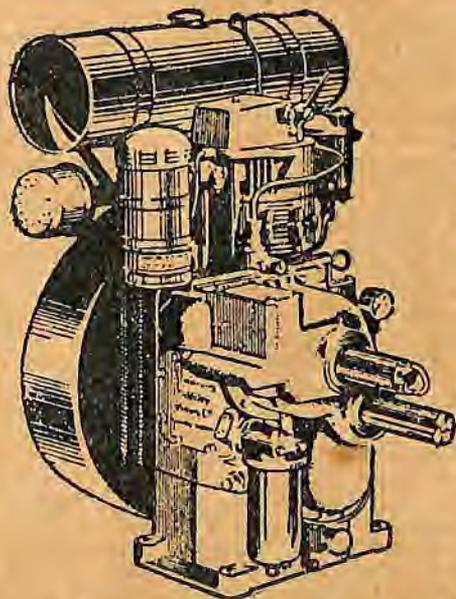
ANUNCIE EM "A LAVOURA"

Cobras venenosas

Esclarecendo ao Snr. J. C. S., do Estado da Paraíba, informamos que o folheto "Cobras Venenosas", de Eurico Santos, é uma edição da revista Chacaras e Quintais. O enedereço da referida revista

ARMSTRONG SIDDELEY

MOTOTES DIESEL



O Motor Diesel Armstrong Siddeley para todos os fins — disponível como unidade monocilíndrica (6 h.p. — 8 h.p.), ou unidade de cilindros gêmeos (14 h.p. — 20 h.p.). Esfriamento a ar, dispensa abastecimento de água. Transportável, de desenho simples, de baixo consumo de combustível, de partida fácil. O Motor Diesel Armstrong Siddeley tem inúmeras aplicações onde quer que se precise de fornecimento assegurado de energia a baixo preço. Para informações mais completas dirija-se a

Thornycroft Mecânica e Importadora S. A.

ESCRITÓRIO, ALMOXARIFADO E OFICINAS

RUA PREFEITO OLÍMPIO DE MELO N.º 1.435

Tel. 54-2084 — Rêde interna

OFICINAS E GARAGEM "ITA"

RUA MARQUÊS DE ABRANTES N.º 102

Tels. 25-3277 e 45-5662

Rio de Janeiro

FILIAL : — SÃO PAULO

RUA PEDROSO, 238 — TEL. 31-5866

Unidade de cilindros gêmeos
(14 H.P. — 20 H.P.)

FABRICADO POR ARMSTRONG SIDDELEY, COVENTRY, INGLATERRA

O Serviço Social Rural

LUIZ MARQUES POLIANO

Ao assumir o governo, pela segunda vez, o Presidente Getúlio Vargas fez constar de sua mensagem programática ao Congresso, um tópico relativo ao Serviço Social Rural. Vinha ele, ruralista que era, ao encontro de uma permanente aspiração da Agricultura Nacional, qual a de proporcionar vida melhor e mais útil aos que, como trabalhadores, assalariados, parceiros, tarefeiros e outros, faziam e fazem a grandeza agrícola do Brasil. Sabia o Presidente que, sem que contasse o homem do campo com um padrão de vida capaz de o integrar realmente na família nacional, tôdas as reformas, todos os planos ou projetos adotados em benefício da agricultura resultariam improficuos, ou de difícil execução.

Manda a verdade que se consigne aqui o trabalho de uma comissão que por inspiração do saudoso brasileiro, foi constituída na Sociedade Nacional de Agricultura, a fim de alinhar as bases de um órgão, a ser criado, com aquêlo objetivo. A comissão desincumbiu-se da tarefa e, ao cabo de algumas semanas, entregou ao então ministro da Agricultura, por intermédio do Diretor do Serviço de Economia Rural, o seu trabalho. Por êsse ante-projeto, era criada uma organização em cuja administração preponderava, como não podia deixar de ser, a representação da classe. Ainda não estava fundada a Confederação Rural Brasileira. Em virtude de fatos que não vêm a pêlo referir, êsse ante-projeto cedeu lugar a um outro, encaminhado ao Sr. Getúlio Vargas e oriundo do Ministério da Agricultura.

Sem delongas, e confirmando o seu sincero desejo de atender a êste ângulo importante dos problemas que dificultavam a vida agrícola do país, enviava o chefe do Executivo à Câmara dos Deputados mensagem pleiteando a adoção de uma lei criando o Serviço Social Rural.

Nesse meio tempo, fundouse a Confederação Rural Brasileira, como consequência da organização associativa que se implantara no país, baseada nos dispositivos do decreto-lei 8.127. Órgão máximo representativo da classe, exponents legítimo de suas as-

pirações, pôde a Confederação reunir, oito meses após sua fundação, a Primeira Conferência Rural Brasileira.

Um dos temas consignados na sua Agenda, como de capital importância, era exatamente o que se referia ao Serviço Social Rural — título que dava ao novo órgão o projeto, naquela altura, já aprovado na Câmara e remetido ao Senado, em substituição ao de Serviço Social da Agricultura, do projeto originário da Sociedade Nacional de Agricultura.

A organização dada ao S. S. de Agricultura foi transformada numa Fundação; a interferência da classe no Ser-

çela, vão financiar o Serviço numa expressiva demonstração de altruísmo, que muito recomenda a classe perante a Nação.

Nomeado o seu presidente, depende agora o Serviço Social Rural, para sua organização e implantação, do decreto presidencial que regulamenta a lei que o criou.

Dêsse regulamento, da boa orientação que fôr dada à estruturação do S. S. R., depende, em grande parte, o seu êxito. Até a constituição do Conselho Nacional, estarão atuando no caso os técnicos do Governo e o Presidente do organismo, mas necessário se torna que o Regulamento a ser criado não venha a so-

Biohumus

Agricultor...

Procure conhecer o Biohumus, que lhe facilitará a obtenção de "esterco artificial" em bases econômicas, com o aproveitamento de todos os resíduos vegetais existentes no seu proprio campo de cultura.

viço, ficou profundamente modificada pela organização dos conselhos federal, estaduais e municipais. Êstes dois pontos, como não podia deixar de acontecer, levantaram a classe, reunida e coesa na Conferência de 1952. Disto resultou a remessa ao Senado de um substitutivo, estudado e votado durante o conclave, modificando substancialmente o vitorioso no plenário da Câmara.

Venceu finalmente o ponto de vista da classe ao cabo de três longos anos de penosos trabalhos: o Serviço Social Rural passou a contar com a orientação administrativa que os lavradores e criadores inicialmente lhe desejavam. São, afinal de contas, eles que, na sua maior par-

ter influências estranhas e que a sua estrutura não deforme a intenção da lei.

Que se precavenham quanto a isto, a classe e o Governo.

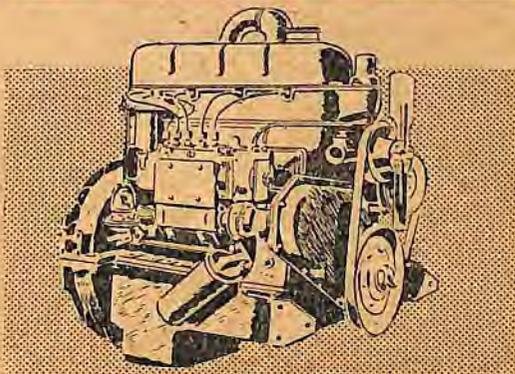
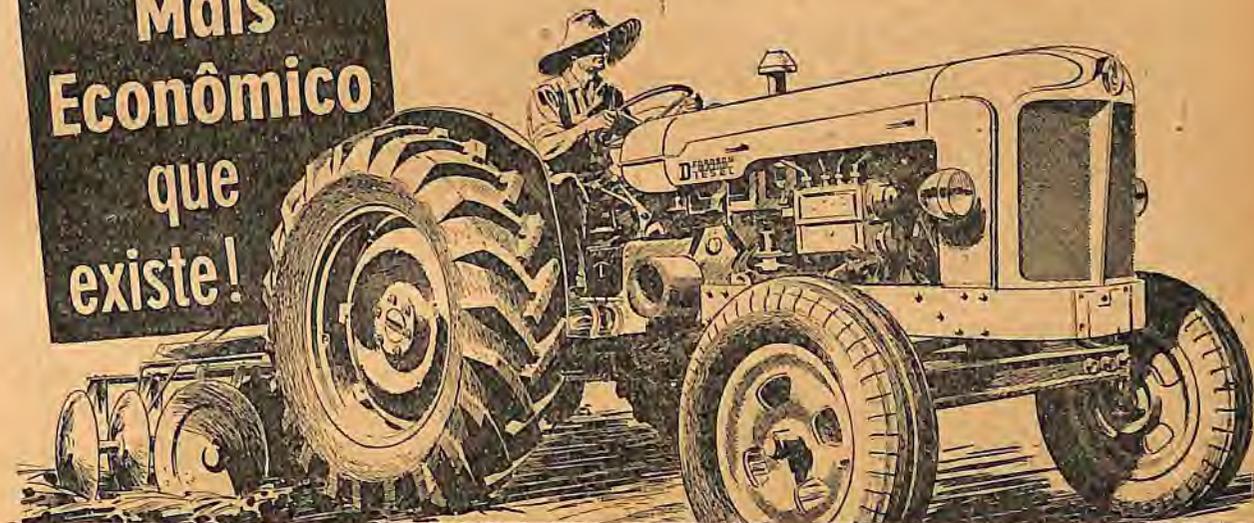
O S. S. R. é esforço de muitos anos de trabalho da classe rural. Sabe ela que o Executivo tem o maior interesse em que os serviços de assistência prometidos sejam realmente prestados ao trabalhador do campo, afim de que, pelo menos desta vez, não caia sobre o nosso rurícola a descrença e o desânimo, geradores de males sociais que a todos cumpre observar, pela sinceridade de propósitos e pela legitimidade das ações daqueles que terão o privilégio, mas também o penoso encargo de o pôr em prática.

FORDSON MAJOR

~~1940~~ (40.5HP)

Visite o seu Revendedor Ford!

O trator
Mais
Econômico
que
existe!



Motor Diesel de grande economia! — Desenho moderno, de 4 cilindros com curso reduzido, de maior rendimento e durabilidade. Trabalha facilmente com um arado de 4 discos.

Moderna transmissão com 8 velocidades (6 à frente e 2 à ré).

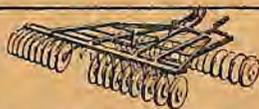
Sistema hidráulico em 3 pontos, mantém os implementos em profundidade constante.

Mais equilíbrio para trabalhar em encostas — Bitolas ajustáveis — Pneus de grande aderência — Freios de direção e estacionamento — Controlador de horas.

Completa
linha de
implementos



Arado de Discos — Rápidamente montado ao trator, proporciona maior rendimento com menor consumo.



Grado de Discos — De grande penetração, ideal para o preparo do solo, mantendo a umidade.



Pilão Terraceadora — Para fazer terraços, encher valetas e conservar estradas.

Peças Legítimas



Assistência técnica em todo o Brasil!

FORD MOTOR COMPANY, EXPORTS, INC. — SÃO PAULO



BOAS ESTRADAS
* UNEM POVOS *
TRAZEM PROGRESSO

DEFENDER O PARQUE AÇUCAREIRO DO BRASIL

“A primeira coisa que eu poderia dizer sobre o projeto que tive a honra de apresentar à Câmara dos Deputados traçando um rumo novo para a política açucareira do País — declarou à reportagem o deputado Pontes Vieira — seria para manifestar o meu desvanecimento, diante da extraordinária receptividade com que foi acolhida a proposição em todos os círculos interessados pelo problema da indústria canavieira do Brasil. Na verdade, ao lado do apoio que mereceu o projeto por parte do Instituto do Açúcar e do Alcool, tão superiormente dirigido nesta hora por um homem público da categoria do Sr. Amaro Pedrosa, sobre ele se manifestaram, em termos de inquestionável solidariedade, industriais dos de maior responsabilidade em nossa produção açucareira bem como parlamentares das mais diversas correntes especialmente aquêles vinculados a regiões afetadas pela economia do açúcar”.

TAXA ÚNICA PERCENTUAL

“Como já foi amplamente divulgado pela imprensa — salientou o deputado Pontes Vieira — a medida capital preconizada pelo meu projeto é aquela que unifica as diversas taxas e sobretaxas atualmente cobrados por saco de açúcar, numa contribuição única e percentual. Atualmente, o Instituto arrecada uma série de taxas e sobretaxas fixas que totalizam Cr\$ 24,10 por saco. O preço vigente de faturamento do saco de açúcar é de Cr\$ 348,30. Verifica-se, assim, que as taxas que estão sendo cobradas equivalem, exatamente, a 6,91,93% da unidade tributada — ou seja em números redondos, 7% foi portanto tomado por base as imposições atuais que fixei em 7%, a taxa única constante do pro-

jeto, que não é, assim, resultado de um cálculo empírico nem representa uma cifra sugerida de oitiva. Este dado, de resto, é suficiente para desfazer os temores dos que pudessem imaginar que a taxa proposta fosse excessiva. Mais alta, mesmo, foi a taxa sugerida pelo egrégio Conselho Nacional de Economia, que chegou a indicar uma contribuição de 10%.

DEFESA DA PRODUÇÃO

“O principal objetivo visado pelo projeto, com a instituição da taxa única percentual — continuou o Sr. Pontes Vieira — é a defesa da produção, pelo amparo ao instrumento assistencial que por ela deve zelar — o Instituto do Açúcar e do Alcool. Como ninguém ignora, uma indústria como a da cana de açúcar, sujeita a um parque fabril que absorve investimentos fabulosos, não se pode ser indiferente ao Governo, cuja assistência é imprescindível aos interesses da iniciativa privada. Neste sentido, não há voz discordante quanto ao papel até aqui desempenhado pela I. A. A. na defesa da produção nacional. Fortalecer o Instituto, aparelhá-lo de reservas, é o mesmo que fortalecer e aparelhar o parque usineiro do País. Entretanto, as medidas normativas vigentes, no que respeita à constituição de reservas do I. A. A., não capacitam esta entidade a acompanhar o ritmo das exigências assistenciais da indústria. O preço do açúcar é fixado em função de seu custo industrial. Se este custo permite hoje um faturamento de saco de açúcar a Cr\$ 348,30 e se a arrecadação de Cr\$ 24,10 por unidade basta para atender ao amparo de produção, estes mesmo Cr\$ 24,10 amanhã serão insuficientes para arcar

com responsabilidades que podem até duplicar o custo industrial. E é a isto que está sujeito o destino de nossa política açucareira, se não se der aos níveis da arrecadação do Instituto, uma atualização permanente e dinâmica.”

EXPORTAR AÇUCAR

“O Brasil — prosseguiu o deputado Pontes Vieira — é o terceiro produtor de açúcar do mundo sobrepujado apenas por Cuba e pela Índia. Apesar disso, porém, nossa presença no mercado internacional não tem uma expressão correspondente às nossas possibilidades. O incremento do consumo nacional não pôde ser acompanhado pelas cifras da produção. Estas estão mesmo ameaçadas de um decréscimo relativo, em virtude das dificuldades para o aparelhamento do parque produtor, cuja manutenção e reforma estão submetidas às dramáticas condições cambiais do País, uma vez que dependem da importação estrangeira. Exigindo, assim, inversões enormes, que o preço do dólar torna ainda mais proibitivas, a produção nacional precisa de ser amparada, em larga escala. Isto só será possível com o aumento dos recursos do I. A. A. — aumento que inviável com as taxas fixas vigentes”.

ALCOOL E AGUARDENTE

“Estou me referindo, com mais insistência, ao problema do açúcar — esclareceu o Sr. Pontes Vieira — por ser um item de expressão econômica mais

significativa. Entende o meu projeto, porém, que, também com relação ao álcool e à aguardente, se torna necessária a adoção de uma nova política. Assim é que a proposição pretende substituir a taxa variável para o álcool pela sobretaxa fixa de Cr\$ 1,50, a ser recolhida à Caixa de Alcool, para as seguintes finalidades: pagamento das despesas decorrentes de Execução dos Planos de Alcool, inclusive fretes entre as usinas e os centros de consumo; 70% do restante em bonificações destinadas a todo álcool produzido diretamente de cana; o saldo final, em bonificações ao álcool proveniente do mal residual.

Para a defesa da aguardente, esta prevista a taxa de Cr\$ 1,00, metade da que foi cobrada nos primeiros anos de execução do Plano que permitiu o lançamento das bases do esquema de transformação da aguardente em álcool anidro”.

SENTIDO NACIONAL

“Não poderia negar — concluiu o Sr. Pontes Vieira — que minha atenção para o assunto foi despertada sobretudo pelos interesses do meu Estado, afetada como está a economia de Pernambuco pela indústria canavieira. Tenho, porém, a convicção de que o meu projeto, defendendo os interesses da produção sem ferir o bolso do consumidor tem um inequívoco alcance nacional, não estabelecendo quaisquer medidas discriminatórias entre as diversas regiões açucareiras do País”.

“SELEÇÕES AGRÍCOLAS”

REVISTA MENSAL

Direção : **Eurico Santos — Sylvio Leal — M. Nunes**

Assinatura anual Cr\$ 50,00

Número avulso Cr\$ 5,00

Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º — Tel.: 32-6163 — Rio de Janeiro — Brasil

CULTURA DO PESSEGUEIRO

O pessegueiro é uma das plantas frutíferas cultivadas em maior escala entre nós, especialmente no sul do Brasil, onde sua produção é das mais interessantes e rendosas.

A ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS dependência do Ministério da Agricultura, sediada no Estado do Rio Grande do Sul, mantém uma série de estudos, observações, pesquisas e experimentos sobre a cultura desta valiosa rosácea frutífera.

Assim é, que naquela Estação Experimental encontra-se a maior e a melhor coleção de variedades de pessegueiro existente em nosso país, sob rigoroso e constante controle e observação técnica. Essa coleção abrange, atualmente, 149 variedades de pessegueiro e 5 de nectarina.

Dessa coleção, 35 variedades já completaram mais de 10 anos de observações fenológicas devidamente controladas; essas variedades são as seguintes: ABOBORA, ADMIRAL DEWEY, ASTENGO DE SAVOIA, COTOGNA SMITH, CRISTAL, EARLY CRAWFORD'S, EARLY ELBERTA, ELBERTA, GIGANTE AMARELO, GOLDEN ELBERTA CLING, GIGANTE AMARELO DA SICILIA, GOLDEN QUEEN, HALLES EARLY, HALL ELBERTA GIANT, J. H. HALLE, LATE CRAWFORD'S, LEADER, MAGDALENA DE COURSON, MAY FLOWER, MILORD, MAMIE ROSS, MONTEVIDEO, OLDMIXON CLING, PAVIA DE LANTHEAUME, PAVIA DE MONTEVIDEO, PRECIOSO, PRECOCE ROSADO, PULLAR'S CLING, REAL JORGE AMARELO, REGINA VITORIA, SALWAYS, SHANGAY, TOSHINA NOVEMBER, TRIUMPH E VICTOR BARRETO.

A multiplicação de variedades, destinada à produção de enxertos que, anualmente, são distribuídas aos agricultores registrados no Ministério da Agricultura é, igualmente, feita em obediência a rigoroso critério seletivo; dentre as variedades molares, de polpa amarela, a ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, multiplica e dis-

tribui enxertos das seguintes, próprias para consumo e mesa: ANDEX AMERICANO, CRISTAL, EARLY ELBERTA, ELBERTA, GOLDEN QUEEN, HALL ELBERTA, MAGDALENA DE COURSON, MILORD, MONTEVIDEO e STARK EARLY ELBERTA; entre as variedades de pêssegos duros, de polpa amarela, sem raíais vermelhas junto ao caroço, próprias para a indústria de conservas, são multiplicados e distribuídos enxertos das

ção essa mui interessante, dada a sua regularidade.

Em 1952, a ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, distribuiu, à agricultores inscritos no M. A., 10.267 enxertos de pessegueiros; em 1953, essa distribuição atingiu ao total de 4.474 enxertos e, em 1954, a 7.802 enxertos, tendo sido preparados 18.766 enxertos para a próxima distribuição.

Além dessa distribuição, aquela Estação Experimental forneceu, ao Posto de Fruticultura, sediada em São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, 1.812 enxertos de pes-



Um aspecto dos talhões de coleção de variedades de pessegueiros da Estação Experimental de Pelotas.

seguintes variedades: ABOBORA, ALDRIGHI, ASTENGO DE SAVOIA, LEADER, LEADER, MELÃO e SHAGAY.

A variedade ALDRIGHI, foi obtida de um "seedling" há vários anos já, por um fruticultor, que lhe deu o nome, estabelecido em "Monte e Bonito", no 2.º Distrito do Município de Pelotas, próximo à ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS. Trata-se de um pêssego duro, amarelo, de excelentes qualidades para industrialização, sem raíais vermelhas junto ao caroço, sendo bastante precoce, amadurecendo entre a 2.ª quinzena de dezembro e a 1.ª quinzena de janeiro; é bastante produtiva, dando, em média, mais de 30-40 quilogramas por planta, produ-

segueiro, num total de 62 variedades, para constituírem as plantas matrizes daquele estabelecimento mantido sob o regime de acôrdo entre o M. A. e a Prefeitura daquele município catarinense.

Para o Ginásio de Nova Friburgo, mantido pela Fundação Getúlio Vargas, foi enviada uma coleção de 18 variedades de pessegueiro, para ampliação da anteriormente, digo, anteriormente fornecida pela Estação Experimental de Pelotas.

Também a Escola Agro-Técnica "Visconde da Graça", o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul, as Granjas Regimentais do 6.º G. A. Cav. (Quaray) e 8.º R.

(Continua na pág. 40)

CRÉDITO AGRÍCOLA

1.ª Parte — Generalidades

Eng. Agr. ITAGIBA BARÇANTE
Membro da Diretoria do S.N.A.

Sempre lutou a agricultura brasileira com a falta de crédito. — Ao pouco que lhe era dado obter pagava juros extorsivos, escravizando o produto ao credor que, em regra acabava por tomar a propriedade daquele que lhe batia às portas para tomar dinheiro a juros ou comprar mercadorias a crédito; — quando não, o lavrador permanecia quase na miséria, trabalhando em suas fazendas no interior, para enriquecer os seus "comissários", nas cidades. — Tal situação, perdurava desde os primeiros dias da Colônia.

Alguns bancos organizados no País, inclusive o Banco do Brasil tranzacionavam, apenas com o comércio e outras atividades, que suportavam o crédito a prazos curtos e juros elevados.

Em 1853, iniciam suas atividades os Bancos Hipotecários que se propunham a conceder empréstimos à lavoura, sobre a hipoteca de bens de raiz. — Desde logo verificou-se a impraticabilidade de tal sistema, não só devido ao prazo máximo da hipoteca, 12 meses, como ainda a taxa elevada dos juros.

Um dos primeiros estabelecimentos deste gênero incorporado, foi o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, com sede na Capital do Império, e capital de Cr\$ 8.000.000,00, dividido em ações de Cr\$ 400,00. — O seu principal objetivo era emprestar dinheiro à juros sobre hipoteca de bens de raiz, urbanos e rurais, seus rendimentos e produtos, assim como receber a consignação gêneros de produção nacional.

O empréstimo sobre a propriedade rural seria da metade de seu valor e ao prazo máximo de 12 meses.

Aos gêneros do país alfandegados, o Banco daria um empréstimo correspondente a metade do seu valor no mercado, e pelo prazo de seis meses.

O Banco podia, ainda, "mandar enganjar na Europa colonos por conta dos comitentes".

Em 1854, é autorizado a funcionar, com caixas filiais e agências, no interior, o Banco Comercial e Agrícola.

Em 1859, com a lei então modificada, são organizados

diversos estabelecimentos de crédito hipotecário:

Em 2 de abril, é autorizada a incorporação do Banco Industrial e Hipotecário, com a aprovação dos seus estatutos. — O seu capital era de Cr\$ 20.000.000,00 dividido em ações de Cr\$ 200,00. — Entre as suas finalidades, dispunha-se que, logo obtivesse o Banco, "os favores convenientes para o emprego dos capitais em estabelecimentos de colonização", poderia desti-

nar um oitavo dos fundos efetivos, para.

1.º — Aquisição, ou fundação de uma ou mais fazendas rurais, na Província do Rio de Janeiro, com as condições necessárias para depósito e aprendizagem de colonos, destinados a suprir a lavoura, mediante os interesses e condições que os regulamentos designarem.

2.º — Ao estabelecimento de agências na Europa, ou em outros pontos de migração

Adubos

fortificam as terras fracas

Dep. Prop. CADAL

UMA FÓRMULA PARA CADA CULTURA — SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE

CADAL

CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS
Agentes exclusivos do Salitre do Chile para o Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo

Rua México, 111-12.º and. (Sede própria)
Caixa Postal 875 — Tels. 22-2509 e 43-1965

para o engajamento, e transporte de colonos, obtenção de máquinas de lavoura e de quaisquer outras para o aperfeiçoamento de seus produtos.

3.º — Ao adiantamento, com as convenientes garantias, de dinheiros, que tenham por fim a criação e desenvolvimento de empresas e estabelecimentos de colonização de qualquer espécie.

Operaria ainda, com o crédito hipotecário sobre "propriedades e estabelecimentos rurais, de seus rendimentos e produtos, e bem assim em hipotecas de bens de raiz rústicos e urbanos". — Os juros seriam, no máximo, "de um por cento ao mês." Poderia o Banco abrir contas correntes garantidas e efetuar descontos, entre outros, de "até metade sobre o valor de gêneros, sendo estes avaliados por corretores ou peritos da escolha da Companhia."

Na mesma data, foram ainda aprovados os estatutos e autorizada a incorporação das seguintes instituições de crédito, que se propunham transacionar com a agricultura:

a) Banco Agrícola, Comercial e Hipotecário de Sergipe, com o capital de Cr\$ 2.000.000,00, dividido em ações de Cr\$ 200,00, com sede na cidade de Laranjeiras, Sergipe. — O estabelecimento se propunha a conceder empréstimo hipotecário aos lavradores e proprietários, "Contratando a solução destes empréstimos por meio de anuidades", podendo "receber em depósito ou a consignação, percebendo as comissões de estilo, produtos agrícolas, armazenados em trapiches, quer alfandegados quer debaixo da guarda de seus propostos."

b) Banco Auxiliar da Lavoura, com sede na Capital do Império e o capital de Cr\$ 25.000.000,00, dividido em ações de Cr\$ 200,00. — Realizava as seguintes operações: — "Receber a consignação todo e qualquer produto da lavoura e indústria nacional mediante a comissão de (3) três por cento". — "Adiantar por empréstimo ao fazendeiro até a metade da importância provável da sua colheita anual, mediante o juro convencional", sendo a colheita provável baseada na média

das colheitas dos dois anos anteriores. — O prazo máximo para os adiantamentos seria de um ano caso, entretanto, não fosse amortizado dentro deste período, o excesso seria pago com o produto das colheitas subsequentes que, por este fato "ficam tacitamente hipotecados ao mesmo Banco." — Quando tais adiantamentos fosse feito para emprego da importação de colonos ou de máquinas para agricultura, o prêmio nunca excederia a dez por cento".

Faria ainda o empréstimo hipotecário sobre bens rurais ou urbanos, até o valor de dois terços da propriedade ao prazo máximo de um ano, e ao juro convencional nunca excedente a mais de 2% do que aquele pelo qual o Banco fizer os seus descontos de letras da praça.

Emprestar ainda, sobre mercadorias armazenadas, ao prazo de sessenta dias e sobre dois terços de seu valor; "sobre hipoteca de escravos seguros, pelo tempo em que este seguro durar."

Os empréstimos à lavoura seriam considerados essenciais, e as demais operações do Banco só poderiam ser praticadas sem prejuízo daquelas.

c) Banco Auxiliador — com o capital de Cr\$ 16.000.000,00, divididos em ações de Cr\$ 200,00, com sede no Rio de Janeiro e cuja principal finalidade seria de — "prestar à agricultura toda a coadjuvação e auxílio, segundo a extensão dos recursos que tiver a sua disposição isto é:

1.º — Empréstimo seus capitais à lavoura por largos prazos com o mesmo juro que for estipulado pelo Banco do Brasil para o desconto das letras da terra;

2.º — Recebendo a consignação todos os produtos da lavoura que lhe forem remetidos, quer por seus devedores, quer por outros quaisquer comitantes, mediante as comissões do costume;

3.º — Abrindo contas correntes a seus mutuários, creditando-lhes juro recíproco por todas as quotas que lhe remeterem ou entregarem, quer em dinheiro, quer em gêneros, de cujos saldos poderão dispor independente de seus penhores, uma vez pagos nas épocas fixadas os ju-

ros e quotas de amortização dos mesmos empréstimos.

4.º — Incumbindo-se da encomenda, compra e remessa de quaisquer máquinas e instrumentos agrícolas, plantas, sementes, animais, fazendas e gêneros de consumo, assim como de contratar a vinda, de colonos trabalhadores, mestres e engenheiros.

5.º — Encarregar-se de ajustar administradores, feltores, médicos, enfermeiros, capelães, todo o pessoal enfim, necessário aos estabelecimentos agrícolas.

6.º — Fundando um mercado regular dos produtos da lavoura e fornecendo cotações exatas de seus preços correntes.

7.º — Oferecendo aos fazendeiros em geral um correspondente idôneo, para todos os negócios confiados a sua agência e intervenção.

O Banco para completo desenvolvimento de seu programa, promoverá a fundação e organização de associações de crédito rural nos centros agrícolas que a êle quiserem ligar-se, celebrando com elas contratos de recíproca vantagem.

Este estabelecimento, e outro nas mesmas condições, tiveram os seus estatutos modificados pelo Governo para, atendendo as exigências rígidas da lei hipotecária, excluir tôdas as vantagens que se propunham a oferecer a agricultura, para se cingir a inesperecibilidade da lei que permitia, apenas, a hipoteca de bens de raízes urbanos ou rurais, e o empréstimo sobre mercadoria impecível.

Na mesma época, foi ainda aprovado o estatuto do Banco União Comercial e Agrícola de Pernambuco, com o capital de Cr\$ 2.000.000,00 dividido em ações de Cr\$ 200,00.

Continuava a agricultura à mingua de crédito. Não dera resultado esperado a instituição do crédito territorial, nas bases em vigor.

Analisando a questão do crédito agrícola, em 1863, afirmava o Ministro da Agricultura:

"Convencido, pelo contrário, de que à vontade humana nada resiste, acredito que com mais ou menos esforço

CENTRO DE GENÉTICA VEGETAL APLICADA E INVESTIGAÇÃO AGRONÔMICA EM GERAL

O que é o que vem realizando o Instituto Fitotécnico y Semillero Nacional "La Estanzuela", do Uruguai, modelar estabelecimento que se dedica aos estudos de genética vegetal aplicada e investigação agronômica em geral

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico de A LAVOURA

Generalidades

Em recente visita que tivemos a oportunidade de fazer ao Uruguai, graças a amável convite do Dr. Alberto Boerger, nome que dispensa apresentação pela grandiosa obra que vem realizando no setor das investigações agronômicas naquele país, tivemos a oportunidade de conhecer a notável obra que realiza o Instituto Fitotécnico y Semillero Nacional "La Estanzuela", subordinado ao Ministério de Ganaderia y Agricultura do Uruguai.

Como hóspedes, durante alguns dias, de "La Estanzuela", nos foi dado observar o quanto de bom, de útil e de proveitoso vem realizando aquela dependência do Ministério de Ganaderia y de Agricultura do Uruguai, no setor das investigações agronômicas, e, em consequência, no desenvolvimento cada vez maior da agropecuária daquele país.

Os trabalhos do Instituto Fitotécnico y Semillero Nacional "La Estanzuela" de há muito ultrapassaram as fronteiras do Uruguai graças à capacidade técnica e elevados propósitos de seu reduzido mas devotado e credenciado corpo de técnicos, a cuja frente se encontra, desde a sua fundação, a figura inconfundível do Dr. Alberto Boerger.

Durante nossa curta mas proveitosa permanência naquele estabelecimento tivemos a oportunidade de acompanhar de perto o trabalho dos técnicos que lá se encontram, constatando o zelo e a dedicação com que eles se devotam aos trabalhos de investigações agronômicas, dos quais resultam conselhos e orientação segura para aqueles que no Uruguai se dedicam às atividades agropecuárias.

Não podemos deixar de consignar os nossos agradecimentos ao mestre e amigo Doutor Alberto Boerger, pela grande oportunidade que nos deu de conhecermos Estanzuela e, bem assim, pela boa acolhida que nos proporcionou, estendendo nossos agradecimentos aos técnicos do referido estabelecimento, que com tão boa vontade e atenção sempre procuravam atender aos nossos desejos de bem nos inteirmos do andamento das pesquisas e experimentações aí realizadas.

Localização

O Instituto Fitotécnico y Semillero Nacional "La Estanzuela" é uma dependência do Ministerio de Ganaderia y Agricultura do Uruguai, localizado a 25 quilômetros da cidade de Colonia, pertencente ao Departamento do mesmo nome.

Dispõe de uma área de 1.300 hectares situados a 81 metros do nível do mar.

Em sua quase totalidade a área é destinada à experimentação, estando para isso subdividida em:

- a) — pequenas áreas, que são os campos experimentais propriamente ditos;
- b) — áreas maiores, destinadas a grandes cultivos.

Ê nos campos experimentais (pequenas parcelas de experimentos) que se estuda o comportamento das plantas cultivadas durante o seu ciclo vegetativo.

Além dos estudos de genética vegetal aplicada são feitos, nessas pequenas áreas, estudos de fertilidade do solo, aplicação de herbicidas, etc.

Instalações

Embora modestas, as instalações de "La Estanzuela" preenchem suas finalidades, e

VERMES?
OPILAÇÃO?

PANVERMINA

GLOBULOS
DE
GELATINA
(LÁ PURGATIVOS)

Golpe certo

CONTRA TODOS OS VERMES

LABORATORIO PANVERMINA

RUA SAMPAIO FERRAZ, 38-RIO

permitem nela sejam realizados todos os trabalhos dentro das mais modernas técnicas de pesquisas e experimentações agrícolas.

Dispõe o referido Instituto de cerca de 60 construções entre os quais edifícios administrativos, laboratórios, depósitos, habitações para funcionários, etc.

Os gabinetes e laboratórios dos técnicos, embora modestos, são dotados de todos os elementos de trabalho para as múltiplas atividades científicas a que eles se dedicam, conforme podem verificar todos quanto visitam Estanzuela.

Nota-se que não há preocupação com suntuosidade e verifica-se que, mesmo em pequenos laboratórios, desde que eles sejam montados com o instrumental indispensável, muito se pode realizar.

Organização

A organização funcional de "La Estanzuela" apresenta dois aspectos fundamentais:

I — O Instituto Fitotécnico, cujas finalidades são, principalmente científicas, contando para isso com vários laboratórios especializados, tais como:

- a) *Laboratório Experimental de Moagem e Panificação*, cuja finalidade principal é orientar a seleção do trigo sob o ponto de vista de sua qualidade industrial;
- b) *Laboratório Químico do Solo e da Planta*, cuja finalidade é o estudo químico e físico do solo, e químico da planta;
- c) *Laboratório de Plantas Industriais e Forrageiras*, cuja finalidade é o estudo botânico e químico de plantas industriais e forrageiras;
- d) *Laboratório de Fitopatologia*, que se dedica aos estudos dos parasitos que causam doenças nas plantas;
- e) *Laboratório de Estatística*, que se incumbem das análises e interpretações dos dados estatísticos.

II — O *Semillero*, de caráter técnico agrônomo, ao qual está afeto tudo quanto se relaciona com a prática produtiva. A este setor incumbe, inclusive, experimentações sobre problemas que exigem comprovações em vasta escala, como rotações de cultura, combate à erosão, fertilização dos terrenos, combate às ervas daninhas, etc.

O Instituto conta com as seguintes Seções Especializadas:

- 1 — Seção de Cereais em Geral e Linho
- 2 — Seção de Moagem e Panificação
- 3 — Seção de Plantas Forrageiras e Industriais
- 4 — Seção de Fitopatologia
- 5 — Seção de Milho e Edafologia.

Completam a organização de "La Estanzuela", outras seções como a de documentação, a biblioteca, a de meteorologia, etc.

Nota-se que, em obediência a um plano de trabalho, há um perfeito entrosamento não só entre os laboratórios como entre as

atividades experimentais nos campos e os laboratórios.

Laboratório Experimental de Moagem e Panificação

Tendo em vista a sua finalidade principal que é orientar a seleção do trigo sob o ponto de vista de sua qualidade industrial, dispõe o referido laboratório de toda a maquinaria indispensável para a moagem e panificação em pequena escala.

Neste laboratório são feitas, entre outras, as seguintes determinações:

- a) — aptidão moageira das farinhas;
- b) — determinação do glúten;
- c) — determinação de proteínas (segundo Kjeldahl);
- d) — determinação da "força dos trigos" durante a fermentação;
- e) — determinação da produção de gás durante a fermentação;
- f) — determinação das qualidades das pastas quanto a elasticidade e resistência à ruptura.

Feitos todos os estudos parceladamente realiza-se, então, a prova de panificação, isto é, o estudo completo de todo o processo de panificação desde a moagem do grão até o preparo do pão.

Para isso dispõe o laboratório de todos os recursos, tais como moinhos, farinógrafos, fermentógrafos, alveógrafos, etc.

Laboratório de Plantas Industriais e Forrageiras

Dispõe de todo o material e instrumental indispensável ao estudo botânico e químico das plantas industriais e forrageiras.

Dispõe o laboratório de uma boa instalação refratométrica que permite a análise em série, do conteúdo em azeite de diferentes espécies cultivadas no Uruguai como o girasol, o linho, o amendoim, a sôja etc.

Laboratório de Fitopatologia

Dispõe de todo o material indispensável à sua finalidade, tais como microscópios, cultivo de microparasitos em meios artificiais de cultura, etc. O laboratório realiza também estudos de índole fisiológica, estudos sobre medidas terapêuticas, estudos sobre tratamentos de sementes, etc.

Laboratório Químico do Solo e da Planta

Como tivemos a oportunidade de observar em outros laboratórios, no de Químico do Solo e das Plantas, alguns dos aparelhos usados foram fabricados na própria oficina do Instituto.

Entre outros, realiza o laboratório, principalmente, os seguintes estudos:

- a) — mobilidade da água no solo e umidade;
- b) — riqueza em fósforo e solubilidade de seus compostos orgânicos e inorgânicos;
- c) — reação do solo;

- d) — determinação do humus;
- e) — estudos químicos de partes de plantas submetidas a ensaios experimentais;
- f) — determinações químicas em geral, de interesse para outras seções do Instituto (análises de farinhas, de sementes, etc.).

Laboratório de Estatística

Equipado com modernas tábuas estatísticas, calculadores mecânicos, etc., o Laboratório de Estatística, realiza as análises estatísticas dos elementos quantitativos obtidos nos ensaios de campo e análises de laboratórios. A este laboratório compete, também, traçar certos planos de experimentação.

Trabalhos em colaboração com lavradores

Os trabalhos do Instituto Fitotécnico y Semillero Nacional "La Estanzuela", não se limitam, apenas, à área compreendida no estabelecimento.

Muitos ensaios levados a efeito por "La Estanzuela", são realizados em colaboração com agricultores progressistas.

Entre esses ensaios podemos citar:

- a) — ensaios destinados a estudar, nas mais variadas condições ambientais, a eficácia da inoculação de leguminosas forrageiras com bactérias radicícolas;
- b) — ensaios sobre o comportamento das principais variedades de trigo nas diferentes condições de ambiente.

Tais ensaios, chamados "ensaios chacareiros" apresentam grande interesse para os estudos realizados em Estanzuela.

Finalidades

São múltiplas e variadas as finalidades desta dependência do Ministério de Ganadaria y Agricultura.

Entre outras, podemos destacar as seguintes:

- a) — estudos de genética vegetal e sua aplicação prática nas plantas cultivadas mais importantes do Uruguai, tais como cereais (trigo, cevada, aveia, milho, etc.); plantas oleaginosas (linho, girasol, amendoim, etc.), espécies industriais, espécies forrageiras, etc.;
- b) — criação e adaptação de plantas que apresentam interesse para o Uruguai;
- c) — estudo de problemas fitopatológicos relacionados com a seleção de plantas;
- d) — produção, em larga escala, de sementes selecionadas para plantio;
- e) — beneficiamento e classificação de sementes;
- f) — estudos agrotécnicos relacionados com a fitotecnia, tais como estudos de solos, prática de adubação, defesa contra a erosão, etc.;
- g) — ensaios sobre manejo experimental do pastoreio, tanto em pastagens artificiais como em pastagens naturais.

Realizações de "La Estanzuela"

São sem conta os benefícios para a agricultura e a pecuária do Uruguai advindos do

trabalho constante e profícuo levado a efeito pelo Instituto Fitotécnico y Semillero Nacional "La Estanzuela".

Mais de quarenta anos de trabalho metódico e objetivo fizeram Estanzuela altamente credenciada não só entre os técnicos uruguaios e estrangeiros, mas também acreditada entre os agricultores e criadores que têm obtido melhores rendimentos graças aos resultados de genética vegetal aplicada e investigações agronômicas levados a efeito naquele estabelecimento.

A revista "Archivo Fitotécnico del Uruguay", órgão oficial de Estanzuela, constitui uma documentação técnico-científica de mui-

SNR. AGRICULTOR,
Lavoura Abundante e Econômica terá
V. S. com a extinção completa das
formigas saúvas pelos extintores
"Z. WERNECK"



Extinção Racional dos Formigueiros

A venda nas Boas Casas de Ferragens
FABRICANTES

A gravura acima mostra a técnica perfeita do
trabalho de extinção de formigueiros

Z. WERNECK & CIA. LTDA.

R. dos Arcos, 27 — RIO DE JANEIRO

to que tem realizado as diversas seções do Instituto.

Entre as inúmeras realizações do Instituto podemos destacar:

- a) — o melhoramento da produção vegetal no Uruguai, em consequência dos trabalhos nele realizados. Relativamente ao trigo, por exemplo, podemos salientar o aumento de rendimento (as variedades Pelson 33 e Americana 44d, superaram as raças locais em 20 a 50% em rendimento em grão); formação de variedades de trigo com grande elasticidade em relação à época de semeadura (fo-

ram obtidas variedades de trigo capazes de rendimentos compensadores mesmo nos invernos chuvosos; obtenção de variedades de trigos com elevado rendimento e acentuada resistência às enfermidades mais frequentes, etc. Realizações idênticas têm sido realizadas com outros cereais, tais como cevada, aveia, etc.

b) — a rápida difusão da cultura do girassol no Uruguai é uma consequência do trabalho de Estanzuela. Os trabalhos realizados conduziram à obtenção da variedade "Estanzuela 30" que se caracteriza pelo seu alto rendimento, elevada porcentagem de óleo e porte da planta facilitando a ceifa e a debulha mecânicas.

c) — a seleção do linho, conduzindo à obtenção de boas variedades, inclusive resistentes ao *Fusarium lini*, como por exemplo as variedades Tabaré e Estanzuela H 2.

d) — os trabalhos com milho, conduzindo às "sínteses de milho", com elevados rendimentos, que levam sobre o milho híbrido a vantagem de um plantio mais barato e o plantio dos grãos colhidos pelo próprio agricultor;

e) — no setor de plantas forrageiras, que tanto interesse tem num país como o Uruguai em que a pecuária ocupa lugar de destaque, podemos citar a seleção de plantas forrageiras, entre as quais a obtenção do "Ray grass 234" resistente ao pulgão verde e com quase perfeita imunidade à *Puccinia coronata*; a adaptação do trevo roxo (*Trifolium pratense*) e do trevo subterrâneo (*Trifolium subterraneum*); a aclimação e seleção de vários sorgos forrageiros (*Sudam-grass*, *Ferita*, etc.).

As realizações citadas — apenas algumas das realizações de "La Estanzuela" —, dão bem uma idéia do que representa e do que realiza o importante estabelecimento do Ministerio da Ganaderia y Agricultura del Uruguai.

Considerações finais

Muito admiramos o que vem conseguindo realizar o Instituto Fitotecnico y Semillero Nacional "La Estanzuela", não só no campo da genética vegetal aplicada, como também no campo das investigações agrônomicas em geral.

Trata-se, realmente, de um estabelecimento com grande acervo de bons e relevantes serviços prestados ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária do Uruguai e com um não menos importante acervo de contribuições de elevado valor no campo das indagações técnico-científicas e da experimentação agrícola.

Se muito tem realizado, forçoso é reconhecer o mérito e devotamento dos técnicos que aí trabalham entre os quais podemos citar G. J. Fischer, M. Canel, A. A. Bonjour, V. Gheorghianov, E. J. Cortabarría, O. Campal de Cortabarría, E. V. Hermida e outros, tendo à frente Alberto Boerger que há mais de quarenta anos, com idealismo, alto tino administrativo e sólida cultura, vem conduzindo "La Estanzuela", por uma trilha de constante progresso e engrandecimento.

Estanzuela é uma escola que precisa e deve ser visitada por todos aqueles que dese-

jam enveredar pelo áspero e trabalhoso campo das investigações agrônomicas, pois quarenta e dois anos de trabalho neste setor lhe conferem uma autoridade sólida e segura.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.": 7257

— SÃO PAULO —

LAVRADOR

Se em teu município não existe associação agrícola, toma a iniciativa e funda uma; pede instruções à secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. **GERALDO GOULART DA SILVEIRA**
Redator Técnico d'A LAVOURA

Conselho Nacional de Estatística

Recebemos as monografias editadas pelo Conselho Nacional de Estatística sobre o VI Recenseamento Geral do Brasil, referente ao Censo Demográfico dos seguintes Estados:

- Estado do Rio Grande do Sul
- " de Santa Catarina
- " de Pernambuco
- " da Bahia

Câmara de Comércio e Indústria do Brasil

Recebemos o n.º correspondente aos meses de Novembro-Dezembro de 1955 do órgão oficial da Câmara do Comércio e Indústria do Brasil.

Informativo FARSUL

Continúa saindo regularmente o Informativo FARSUL, órgão da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.

Annali della Facoltà di Agraria Di Portici

Recebemos os volumes XIX e XX dos Annali della Facoltà di Agraria Di Portici della Università di Napoli, onde se encontram magníficos trabalhos técnicos assinados por A. De Dominicis, M. Vitagliano, L. Leggieri, G. Donno, G. Petrosini, T. Eschena, C. La Rionda, M. Materi, F. Mucci, G. Cotronci, C. D'Alfonso, A. Fabris, M. Formisano, E. Honsell, A. Scognamiglio, etc.

Barateamento dos alimentos e o banco rural

Eng. Agr. José Cavalcanti de Souza

O Eng. Agr. José Cavalcanti de Souza, Chefe da Divisão de Colonização e Imigração da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, acaba de publicar um interessante livro de 72 páginas subordinado ao título "Barateamento dos alimentos e o Banco Rural". O trabalho abrange XI interessantes capítulos e tem como objetivo fundamental salientar a importância do planejamento agrícola e o concurso de um banco especializado para financiamento da lavoura, no barateamento dos alimentos. O planejamento agrícola seria feito através do Departamento Autônomo de Fomento Agro-Pecuário e o financiamento através do Banco Rural. Trata-se, sem dúvida, de um trabalho interessante, escrito por técnico experiente e perfeitamente a par das dificuldades da agricultura, através de seus longos anos de atividade na Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. São os seguintes os capítulos do referido livro:

- 1 — Planejamento e Banco especializado
- 2 — O Banco Rural
- 3 — O Departamento Autônomo de Fomento Agro-Pecuário

- 4 — O preço do açúcar
- 5 — O preço do arroz
- 6 — O trigo
- 7 — O feijão e o fubá
- 8 — A produção de leite
- 9 — Reflorestamento
- 10 — Granja para técnicos
- 11 — A colônia de Patos de Minas
- 12 — Aproveitamento de grandes áreas próximas de grandes cidades
- 13 — O nordeste brasileiro.

CAÇA E PESCA

Antonio Miguel Scoiari

Rua Luís de Camões, 110
ARMAS E MUNIÇÕES
RIO



Carabinas e chumbo para ar comprimido.

Caniços e carretilhas para pesca

Cartuchos e espingardas nacionais e estrangeiras.

Memórias do Instituto Oswaldo Cruz

Tomo 52 — Fascículo 2

Trata-se de um Boletim que o Instituto Oswaldo Cruz publica quatro vezes durante o ano (meses de março, junho, Setembro e Dezembro), onde são transcritos trabalhos originais nele realizados. O presente número contém trabalhos de técnicos como Rudolf Barth, Emmanuel Dias, Genésio Pacheco, R. J. de Siqueira-Jaccoud, Alvaro Emeui Trindade, Fernando Ubatura, A. A. Jorge da Silva, H. C. de Souza Araujo, Luíza Krau.

Revista do Conselho Nacional de Economia

Ano IV — N.ºs 33 e 34

Como sempre, a revista do Conselho Nacional de Economia traz valiosas colaborações sobre assuntos econômicos. Nos números referentes aos meses de maio-junho e julho-

agosto de 1955 destacam-se os trabalhos assinados por Dênio Nogueira, P. Van Der Meisen, Luiz Dodsworth Martins, Almirante Alvaro Alberto, Renato Feio, Octavio Gouvêa de Bulhões, Robert Dorfman.

Boerenbond Belge

Trata-se do relatório do exercício de 1954 das atividades do Boerenbond Belge, com uma síntese da situação econômica da agricultura e da horticultura belgas no referido ano.

União Rural

Ano I — Num. 3

Trata-se de um órgão editado sob os auspícios da Federação das Associações Rurais de Pernambuco, com farto noticiário sobre o associativismo rural no Estado.

Exodo Rural en Venezuela

Trata-se do primeiro de uma série de trabalhos que o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da União Panamericana vai publicar sobre estudos técnicos, sobre o problema da migração interna e, especificamente da que se verifica nas áreas rurais em torno das cidades.

Exodo Rural en Venezuela foi escrito pelo Prof. Anibal Buitrón, chefe de seção de Trabalho, Migração e Segurança Social.

Hilgardia

Recebemos os seguintes números de Hilgardia, boletim da "California Agricultural Experiment Station:

- 1 — Acclamation of an alkali soil of the hacienda séries —
- 2 — Reclamation of a saline and high boron soil in the Coachella Valley of California
- 3 — The khapra beetle, *trogoderma granarium everts*.
- 4 — The effects of dates of harvest operations on yield and quality of pink beans
- 5 — Mechanical transmission of an apple mosaic virus
- 6 — Chemical weed control in rose nursery fields.

Estimación de rendimentos agrícolas

É um interessante trabalho de V. G. Pansa, assessor da Seção de Estatística da Dirección de Economía, publicado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, com uma clara exposição sobre métodos de estimativa, técnica de medição etc.

Revista Iberoamericana de Seguridad Social Setembro-Outubro de 1954

Trata-se de uma revista bimestral editado pelo Instituto Nacional de Previsão, do Ministério do Trabalho da Espanha, que publi-

ca estudos, informações, documentos, legislação, bibliografia e resumos de revistas de todo o mundo, especialmente da ibero-américa.

Estudos sobre a alfabetização da população do Brasil

O Conselho Nacional de Estatística já publicou, na sua série de estatística cultural, seis volumes sobre "Estudos sobre a alfabetização da população do Brasil", baseados no censo demográfico de 1950.

Relatório sobre as escolas de agronomia e de veterinária do Brasil

Trata-se de monografia n.º 1 publicada pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA), de autoria de George W. Vare e Lincoln Monteiro Rodrigues.

Segunda contribución al estudio de la biología floral de la vid en Mendoza

Trata-se de um trabalho dos Eng. Agrônomos Pedro A. Zuluaga e Enrique Zuluaga, que constitui o Boletim Técnico nos. 7 e 8 da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Nacional de Cuyo.

Vita

Como sempre, Vita, revista bimensal da Confédération de l'Alimentation Belga, traz interessantes trabalhos sobre a sua especialidade.

Gleba

A revista "Gleba", órgão oficial da Confederação Rural Brasileira publicou dois números especiais destinados a servir de veículo a uma parte importante do material de estudo da IV Conferência Rural, que se reuniu em Fortaleza, de 19 a 25 de Fevereiro.

Hojas y Tallos de yuca como forraje

Trata-se de um trabalho de Luiz Juarez Saliano, com os resultados das experiências realizadas na Estación Experimental Agrícola "La Molina".

Control del oidium del melon, zapallo y pepino

Trata-se de um trabalho do Eng. Agr. Victor Bevilla Morante Chefe do Departamento de Fitopatología, com o resultado das experimentações realizadas na Estación Experimental Agrícola de "La Molina", do Ministério da Agricultura do Perú.

Propriedades Agrícolas do Estado de S. Paulo

A Subdivisão de Economia Rural da Divisão de Economia Rural do Departamento de Produção Vegetal da Secretaria de Agricultura de S. Paulo acaba de publicar um interessante trabalho estatístico sobre "Propriedades Agrícolas do Estado de S. Paulo, agrupadas segundo a área, por municípios e regiões e setores agrícolas.

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CÂMARA

XXXIII

A lavoura verga, mas não quebra

Dizia o meu irmão, padrinho e compadre Cel. F. A. de Arruda Câmara, reproduzindo frase atribuída a ilustre pioneiro da cafeicultura fluminense, que "a lavoura verga, mas não quebra", isto é, embora exposta a crises, não está, em regra, sujeita aos desastrosos efeitos de falências. O cafeicultor, de sua época, acabava sempre achando jeito de não prejudicar ao comissário. É que a organização econômica das empresas e sua administração já obedeciam a certo número de regras e princípios que não podemos e nem devemos desprezar.

XXXIV

A horta, fator de fixação ao solo

Observava o meu irmão, padrinho e compadre a que nos referimos em a nota anterior, que, após a colheita, o "colono" que tencionava mudar de fazenda descuidava-se da própria horta. Ao contrário, era considerado seguro aquele que continuava tratando-a com carinho, e, sobretudo, cultivando espécies de produção tardia, como alguns "carás", por exemplo.

XXXV

Uvas pernambucanas

Ao sermos, por exigência de saúde, levados a solicitar aposentadoria, estávamos vivamente interessados em organizar, entre os produtores de uva da zona Macaparana-São Vicente, um entreposto cooperativo para distribuição do produto com uniformidade de maturação e conveniente embalagem. O entreposto, conforme planejava o Dr. Lauro Borba, seria aparelhado com instalações frigoríficas. Que a Federação das Associações Rurais do Estado de Pernambuco e a Confederação Rural Brasileira le-

vem o plano, ampliando-o, a bom termo.

Vale salientar que a produção anual é superior a 100.000 quilos de uva de mesa, e que essa, vendida, toda ela, nas feiras, é disputada, e poderá ter a sua qualidade muito melhorada pela substituição gradual das variedades (enxertia) racionalização dos processos de cultura, de colheita, armazenamento, embalagem e distribuição.

Doi ver a uva danificada, amassada, em consequência das más condições de embalagem e arrumação dos cachos nos balaços e caçuás.

XXXVI

Requisitos para o exercício da presidência

O presidente de uma associação rural e, sobretudo, o de uma federação de associações rurais, deve satisfazer a uma série de requisitos. Dentre os negativos, figura, em primeiro plano, a tendência ao desprezo pelos direitos dos associados e interesses da classe.

XXXVII

Prados de jaraguá.

Do nosso trabalho INVESTIGAÇÕES AGRONÔMICAS extrairmos:

— É o capim jaraguá muito apreciado pela sua rusticidade, resistência ao pisoteio, composição e valor como planta forrageira que aguenta o maior peso de gado solto por unidade de superfície. Afirma o Prof. Irom da Rocha Lima, engenheiro agrônomo com largo conhecimento da vida rural, goiana: "O jaraguá, quanto mais pastado, melhor. Quando nada resta senão as raízes, com oito dias de descanso já é um prado verdejante. As suas raízes, quase horizontais, são tão entrelaçadas que o tornam o melhor resguardador do solo contra a erosão. Mesmo nas encostas mais íngremes, nos grandes aguaceiros, não se formam

enxurradas, e a água toda é absorvida pela esponja formada pelas suas raízes. A ação dessa gramínea sobre a infiltração das águas é tão intensa que, desmatada uma região e transformada em pasto, dentro de pouco tempo, as suas grotas secas são córregos. Isto tem dado lugar a várias demandas, quando as divisas das antigas escrituras fazem menção a grotas, e que hoje são córregos. Conhecemos, nas cercanias de Goiás, pastos velhos, de quase duzentos anos e que mantêm os animais com o mesmo vigor e produzindo leite e trabalho o ano todo, e em terreno granítico." Expendendo outras considerações, informa o mesmo técnico: "Ultimamente, devido à alta dos gêneros alimentícios, os fazendeiros estão sendo obrigados a lavar mecanicamente os pastos e, graças à excelência do clima e ao poder de antierosão do jaraguá, esses solos estão produzindo bom rendimento." Embora a sua principal utilização seja em pastagens permanentes, constituindo, a maioria delas, excelentes invernações, presta-se bem o jaraguá para ser cortado e fenado ou ensilado. Crescendo livremente forma touceiras com tendência a macega, mas, pastado repetidamente, forma denso gramado revestido da feição de prado. Análises divulgadas pelo Instituto de Biologia Animal, do Ministério da Agricultura, indicam o capim jaraguá para a alimentação dos animais de engorda e de trabalho e a conveniência de ser cortado antes da floração. "quando êle é mais tenro, mais apetecido pelo gado, e de maior valor."

Uma visita aos arredores de Goiás, antiga Capital, será proveitosa aos criadores interessados.

XXXVIII

O maior inimigo da associação rural

Vários são os fatores que concorrem para retardar o desenvolvimento de uma associação rural. O maior inimigo conhecido, e que a pre-

judica em maior escala, é a indiferença do associado e, conseqüentemente, a falta de interesse e de vitalidade nas assembléias gerais.

XXXIX

Substituição da "casa de negócio", nas empresas rurais, pela cooperativa de consumo.

Investigações que tivemos oportunidade de realizar em todas as regiões geo-econômicas do país, em diferentes épocas, no decurso de quase oito lustros, revelam, com impressionante unanimidade, generalizada a convicção de serem as vendas, armazens, barracões ou casas de negócio nos estabelecimentos rurais, sobretudo quando explorados pelo proprietário ou administrador da empresa, responsáveis pelas dificuldades da vida dos trabalhadores rurais.

A queixa, procedente ou não, reveste-se de caráter geral. Merece, portanto, ser considerada. De entre as providências aconselháveis, apontamos, confiantes, o estímulo à constituição de uma rede de cooperativas de consumo no meio rural, podendo essas, em função das distâncias, reunir moradores de uma, duas ou mais empresas, — chácaras, sítios, engenhos, fazendas, seringais, etc.

Ao fazermos a sugestão esclarecemos, reproduzindo trechos de nota de propaganda de uma Cooperativa fluminense, aprovada pelo Serviço de Economia Rural:

a) — a cooperativa de consumo é uma sociedade de pessoas, que se unem com o fim de formar um capital comum, para adquirirem diretamente, tanto quanto possível nas fontes de produção, tudo de que necessitam para a satisfação de suas necessidades econômicas;

b) — uma das vantagens desta aquisição direta das mercadorias, com a conseqüente eliminação do lucro, será a baixa dos preços;

c) — o capital da Cooperativa é formado mediante subscrição, pelos associados, das quotas-partes em que o mesmo é dividido, todas do mesmo valor, podendo cada pessoa subscrever várias quotas. Desta manei-

ra cada consumidor tornar-se-á sócio do estabelecimento onde compra;

d) — a cooperativa pagará um juro sobre o valor das quotas-partes subscritas, e distribuirá aos associados as sobras havidas durante o ano, na proporção das compras feitas pelos mesmos; destas serão, previamente, deduzidas percentagens destinadas ao fundo de desenvolvimento para ampliação das instalações, e ao pagamento do juro referido. Estas percentagens serão fixadas pela maioria dos associados quando aprovarem os estatutos;

e) — se assim o preferirem os associados, o retorno poderá ser suprimido, convertendo-se o mesmo em u'a maior baixa dos preços das mercadorias;

f) — a distribuição das sobras havidas durante o ano aos associados tem o nome de retorno. As palavras lucros, ação e dividendo são mais apropriadas a outras sociedades de comércio, as anônimas;

g) — a cooperativa é dirigida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, composta de presidente, diretor comercial e diretor secretário, eleitos pela Assembléia Geral dos Associados, órgão administrativo e de poder soberano da Cooperativa. Um Conselho Fiscal, composto de três membros, eleito por esta Assembléia, é o órgão fiscalizador das atividades da Cooperativa;

h) — o cooperativismo é fator de progresso comum e de bem-estar de todos. É elemento de igualdade entre os homens, procurando fazer com que todos possam participar das conquistas da civilização. Evita o enriquecimento demasiado de alguns em detrimento da maioria. O antagonismo entre consumidor e fornecedor é eliminado e substituído pelo espírito de solidariedade cristã, de união e de cooperação;

i) — o cooperativismo educa o povo para a democracia. Todos os associados têm iguais direitos e deveres e podem intervir no funcionamento da Cooperativa. Os dirigentes são selecionados por todos os ca-

pazes. Cada associado tem direito a um voto, independente de sua participação no capital;

j) — podem fazer parte da Cooperativa todas as pessoas de boa vontade, que possuam boa conduta moral e social, e queiram colaborar pelo progresso e bem-estar comuns, dentro dos princípios da moral cristã, de respeito à ordem jurídica e acatamento às autoridades e ao regime democrático.

(Conclusão da pág. 30)

C (Uruguaiana) e a Granja da Academia Militar das "Aglhas Negras", além de 11 estabelecimentos rurais de ensino municipal de Pelotas, receberam grandes quantidades de enxertos de pêssegos, fornecidos pela ESTACÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, para ampliação de seus pomares.

Ainda em relação à cultura do pessegueiro, a ESTACÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, mantém uma série de interessantes experimentos de campo.

Um desses experimentos estuda tipos de cobertura de solo de pomar e nele competem os seguintes tratamentos: parcelas permanentemente gramadas, sendo a relva periodicamente ceifada; parcelas permanentemente capinadas e o terreno escarificado; parcelas capinadas no inverno e no verão cobertas por uma leguminosa; parcelas capinadas no verão e no inverno cobertas por uma leguminosa; parcelas cobertas por "mulch" durante todo o ano; êsse experimento é executado em blocos ao acaso, com quatro replicações, sendo nele empregada a variedade de pessegueiro LEADER como planta indicadora dos efeitos dos diferentes tratamentos.

Num outro experimento, executado também em blocos ao acaso, com três replicações, são submetidas à competição, dez (10) variedades de pessegueiro, sendo cinco (5) molares: ANDEX AMERICANO, EARLY CRAWFORD'S, EARLY ELBERTA e PRECOCE ROSADO e cinco (5) duros: ABÓBORA, ALDRIGHI, ASTENGO DE SAVOIA, LEADER E MELÃO.

SUGESTÕES PARA A CAMPANHA DO TRIGO DE 1956-1957

RELATÓRIO APRESENTADO PELA COMISSÃO TÉCNICA DO TRIGO AO MINISTRO DA AGRICULTURA, GENERAL ERNESTO DORNELLES

A Comissão Técnica do Trigo, constituída pelos representantes dos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura e das Secretarias da Agricultura dos Estados Tricolares e bem assim pelos representantes da lavoura, indústria e do comércio do trigo no país, convocada por Vossa Excelência, realizou, no período de 19 a 24 de março de 1956, a sua décima reunião.

Conseqüentemente, a Comissão tem a honra de apresentar a Vossa Excelência as sugestões que lograram aprovação em plenário, compreendendo assuntos de ordem geral, econômica e agrônômica.

A — ASSUNTOS GERAIS

1 — A produção nacional do trigo, da safra de 1955, ainda não totalmente conhecida, superará a estimativa devido ao pequeno aumento da área e principalmente as condições climáticas favoráveis, cumprindo salientar que haverá uma safra comercial "record" que já ultrapassa a casa das 520.000 toneladas.

2 — Devem merecer destaque as medidas governamentais abaixo mencionadas, responsáveis pelo aumento da produção tritícola:

I — a continuidade da política vigente para a campanha do trigo;

II — a fixação do preço mínimo em tempo hábil e compra obrigatória do trigo nacional;

III — a instalação de silos e armazéns;

IV — a intensificação dos trabalhos experimentais e generalização da utilização de adubos, de inseticidas e das variedades criadas em estabelecimentos oficiais;

V — a distribuição e financiamento de maquinária agrícola;

VI — a unificação dos esforços, em geral, da Campanha do Trigo, através das

reuniões da Comissão Técnica do Trigo;

VII — a política de financiamento do BANCO DO BRASIL.

3 — Fixar o período de 24 a 30 de março de 1957 para a realização da 11.ª Reunião da Comissão Técnica do Trigo, na sede do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro.

Recomendar que a apresentação, discussão e votação de todos assuntos se faça na seguinte ordem: agrônômica, econômica e financeira e resoluções.

4 — Recomendar aos participantes da próxima reunião que apresentem um resumo datilografado de suas exposições, do qual constem observações sobre clima, dados dos experimentos de variedades, adubações, etc. e, nos relatórios de fomento, relacionar as sementes produzidas e distribuídas, discriminadamente por variedade e quantidade, dados de

produção, comércio e outras informações.

5 — Recomendar que a apresentação das teses e trabalhos seja feita em reunião preparatória a realizar-se nos dias 22 e 23 de março de 1957, para permitir um minucioso estudo por parte dos relatores.

6 — Convidar para as próximas reuniões desta Comissão representantes do Ministério da Viação (Técnicos de transportes ferroviário, rodoviário e marítimo), bem como da Comissão Consultiva de Trigo, da Comissão Executiva Nacional de Silos e Armazéns, da Companhia de Seguro Agrícola e do Banco do Brasil.

B — ASSUNTOS ECONÔMICOS

Tendo em vista as discussões e pronunciamentos do plenário, sobre teses e proposições apresentadas, a Comissão recomenda que:

1 — seja fixado urgentemente, pelos órgãos competentes, um preço único para todo o trigo a ser moído no país, passando à competência do Governo Federal também a aquisição do trigo nacional;

2 — seja estabelecido o preço mínimo de compra de tri-

LIVRARIA FREITAS BASTOS

(A MAIOR DO BRASIL)

Apresenta

O LIVRO DE GRANDE INTERESSE

MORATÓRIAS E REAJUSTAMENTOS

(PECUARISTAS E AGRICULTORES)

Pelo DR. EDUARDO CORREIA. Contendo as Leis Moratórias e Reajustamentos dos Pecuáristas antecederam das Leis Bancárias que as precederam.

1 volume enc. com 524 páginas Cr\$ 240,00. Temos em estoque as mais recentes novidades nacionais e estrangeiras sobre Agricultura, Pecuária, Veterinária, Zootecnia e Zoologia.

LIVRARIA FREITAS BASTOS S. A.

LARGO DA CARIÓCA, ESQUINA DE
BETENCOURT DA SILVA

— PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL —

RIO DE JANEIRO

go nacional, antes da época de plantio no Sul do Brasil.

3 — seja solicitado ao Banco do Brasil o financiamento, à base de 100%, para a aquisição do trigo nacional desde o início da safra.

4 — seja incluído na Comissão Consultiva do Trigo (decreto n.º 29.916-51) um representante da Confederação Rural Brasileira, órgão máximo dos produtores.

5 — seja feito uniformemente, em cada um dos Estados produtores, a distribuição de sementes de trigo a cargo dos órgãos oficiais.

6 — sejam distribuídas aos tricultores, em larga escala, as informações sobre as possibilidades de crédito que existem para o custeio das lavouras de trigo e compra de máquinas agrícolas.

7 — seja solicitado ao Banco do Brasil que só conceda permissão para a importação de máquinas agrícolas às firmas que fornecerem instruções de manejo e listas de peças em português, acompanhando, obrigatoriamente, cada máquina.

8 — seja o trigo nacional mantido nos Estados produtores, a título experimental e a critério do SET enquanto essa produção for inferior a sua participação na distribuição do trigo nacional e estrangeiro.

9 — seja instituído o FUNDO DE PROTEÇÃO À TRICULTURA NACIONAL, cuja organização e regulamentação ficará a cargo de uma comissão subordinada ao Ministério da Agricultura, composta de um representante de cada um dos seguintes órgãos: Serviço de Expansão do Trigo, Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, Divisão de Fomento da Produção Vegetal, Confederação Rural Brasileira, Confederação Nacional da Indústria.

C — ASSUNTOS AGRONÔMICOS

1 — Iniciar ou intensificar nas Estações Experimentais:

I — as atividades de melhoramento do trigo;

II — os trabalhos experimentais de competição de variedades, épocas de plantio, adubação, rotação, conservação do solo, irrigação e conservação d'água;

III — as culturas de multiplicação de sementes selecionadas para fornecimento aos órgãos de fomento, devendo cada estabelecimento multiplicar apenas variedades indicadas para a respectiva região e aquelas recomendadas pela experimentação para futura multiplicação;

2 — Prosseguir e ampliar a cooperação que o Serviço de Expansão do Trigo vem dando aos demais órgãos de fomento e pesquisas interessadas na Campanha do Trigo.

3 — Continuar a incentivar a execução dos ensaios em rédes regionais de experimentação, entre os órgãos federais e destes com os estaduais, a fim de melhor orientar a recomendação futura de variedades e demais práticas agrícolas.

4 — Intensificar os trabalhos de fomento da tricultura, observando-se, quanto à distribuição de variedades, as seguintes indicações:

No Rio Grande do Sul:

Para todo o Estado: *Colônias, Frontana e Trintani* na Campanha e Serra do Sudeste: *Bagé*

No Estado de Santa Catarina:

Trintecino, Frontana, Rio Negro, Petiblanco, Colônias, Patriarca e Combate.

No Estado do Paraná:

Na Zona Sul: *Trintecino, Frontana, Colônias, Alegrete, Trintani, Patriarca e Combate.*

Na Zona Norte: *Bandeirantes e Frontana*

No Estado de São Paulo: Na faixa do trigo: *Frontana e Bagé*

No Estado de Minas Gerais:

Nas regiões mais indicadas: *Kenia 155, Frontana BH 1146.*

No Estado de Goiás:

Bandeirante, Frontana, Floreana e Kenia 155.

(No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sul do Paraná aconselha-se sejam plantadas as variedades tardias no início e as precoces no fim das épocas de plantio.

Variedades tardias: *Colônias, Trintani, Alegrete, Trintecino, Patriarca e Combate.* Variedades precoces: *Frontana, Bagé e Petiblanco).*

5 — Recomendar aos órgãos de fomento estrita observância das variedades especificadas no item 4, devendo serem tomadas as medidas necessárias para que as mesmas sejam multiplicadas, em órgãos oficiais, em campos de cooperação ou de culturas fiscalizadas.

6 — Promover-se a distribuição oficial de sementes nas quantidades necessárias e em tempo oportuno e proceder-se a imediata comunicação aos interessados de qualquer anormalidade, de forma a permitir sua procura em outras fontes.

7 — Sugerir aos estabelecimentos experimentais publicar e divulgar comunicados aos agricultores de sua região, informando-os dos resultados experimentais sobre variedades, épocas de plantio, adubação e práticas culturais.

8 — Recomendar aos estabelecimentos experimentais o estudo do uso de "variedades compostas", constituídas de misturas de variedades ou linhagens puras.

9 — Recomendar e chamar atenção aos órgãos de fomento para os seguintes pontos, quanto ao uso dos adubos e corretivos, tendo em vista a grande importância desta prática para o incremento da cultura:

I — Intensificar o envio de amostras de solo aos laboratórios de análise para fim de recomendação da adubação e correção a usar. São indicados os laboratórios oficiais de Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Pelotas.

II — Intensificar o uso de calcário moído, de acordo com indicações fornecidas pelos laboratórios de análise de solos.

III — Intensificar o uso de adubos fosfatados, na base de 60 kg de P205 por hectare.

IV — Têm sido obtidos resultados satisfatórios com o emprego de adubos nitrogenados, tanto com salitre de Chile como sulfato de amônio, à base de 30 a 50 kg de N por hectare, na presença de adubos fosfatados.

(Continua na pág. 47)

Boletim Informativo da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro

A Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro edita um Boletim Informativo, com farto noticiário sobre a vida rural fluminense.

Associação Rural dos Fruticultores Fluminenses

Foi fundada, no Estado do Rio, a Associação Rural dos Fruticultores Fluminenses, sendo eleito, para presidí-la, a Snra. Maria do Carmo do Amaral Pinto.

Associação Rural do Vale do Rio Grande

Foi eleita, no dia 15 de janeiro, a seguinte diretoria que dirigirá os destinos da Associação Rural do Vale do Rio Grande em 1956.

Presidente — Carlos Meinelberg.

Vice-Presidente — Lourival Ribeiro de Mendonça

1.º Secretário — Roberto Santos Andrade

2.º Secretário — Lucio Carvalho Costa

1.º Tesoureiro — Nilo Felton Santos

2.º Tesoureiro — Lauro Ribeiro de Rezende

Conselho Fiscal — Dr. Raymundo de Castro Diniz, Chuyosogono Rosa da Cruz e Rubens de Andrade Carvalho

Suplentes — Dr. Rubens Paulo de Andrade, Jorge Wilson Franco e Alli Mussi.

Associação Brasileira de Criadores de Devon

Foi eleita e eampossada a seguinte diretoria que dirigirá os destinos da Associação Brasileira de Criadores de Devon no período de Novembro de 1955 a Novembro de 1957.

Presidente — Dr. Abelardo José Nacul

1.º Vice-Presidente — José Gomes Filho

2.º Vice-Presidente — Clovis Kroeff

1.º Secretário — Francisco T. Gonçalves

2.º Secretário — Antonio Jacques

1.º Tesoureiro — Mario Centeno Crespo

2.º Tesoureiro — Dr. Jaime M. Barreto Fischtnr

ASSOCIATIVISMO RURAL

Diretores — D. Joaquina de Assis Brasil, Reinaldo Cherubini, Dr. Fernando Kroeff, Raphael Gonçalves, João Alfredo da Silva Tavares, Hilio Marcantônio e Felipe Benicio de Freitas Noronha.

Associação Agro-Pecuária de Guaratinguetá

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria que dirigirá os destinos da Associação Agro-Pecuária de Guaratinguetá em 1956:

Presidente de honra — Prof. João Rodrigues de Alckmim

Presidente — José Augusto Vieira

Vice-Presidente — Sebastião Vieira Fortes

1.º Secretário — Antonio Coelho Guimarães

2.º Secretário — Benedito Salles

1.º Tesoureiro — Manoel Soares de Azevedo

2.º Tesoureiro — Benedito de Oliveira Castro.

Associação Rural do Vale do Rio Grande

A Associação Rural do Vale do Rio Grande, Barretos, S. Paulo, publica um Boletim com interessantes dados de interesse para seus associados.

Associação Rural de União da Vitória

A referida Associação Rural publica um boletim intitulado "O Ruralista", com farta documentação de interesse para a classe rural do Município.

Boletim do Ruricola

Trata-se do Boletim publicado pela Associação Rural de Acú, do Estado do Rio Grande do Norte.

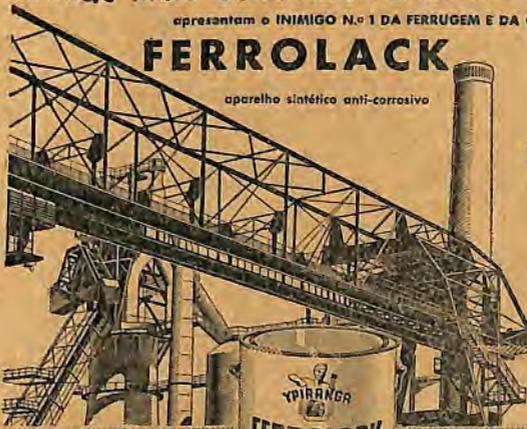
TINTAS YPIRANGA

as mais vendidas no Brasil

apresentam o INÍMIGO N.º 1 DA FERRUGEM E DA CORROSÃO

FERROLACK

aparelho sintético anti-corrosivo



protege as superfícies metálicas



Completa aderência, grande resistência e durabilidade, estende-se por igual sobre as partes aplicadas, permitindo perfeito acabamento. Seca rapidamente. Resistente às soluções ácidas, alcalinas e à água salgada.

Em seu uso, conserva grades, parafusos, buchas, parafusos, fôrmas, etc. Nas fábricas, usinas, refinarias, pontas e superfícies metálicas, em geral, evita a ação destruidora do tempo.

TINTAS YPIRANGA
UMA TINTA PARA CADA FIM

POSSIBILIDADES DA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA SERINGUEIRA EM SÃO PAULO

PLANTAÇÕES EXPERIMENTAIS DE SERINGUEIRAS EM SÃO PAULO

1. As primeiras plantações experimentais de seringueiras (*Hevea brasiliensis*) feitas pelo Instituto Agrônomico datam de 1941/1942, isto é, 10 anos antes de ser constatado o desequilíbrio entre a produção e o consumo da borracha nacional.

O material plantado nessa ocasião foi registrado como sendo de quatro origens diferentes, inclusive progênies de árvores já existentes no Estado.

As sementes e mudas plantadas nas Estações Experimentais de Campinas, Ribeirão Preto e Pindorama, tiveram desenvolvimento regular, cresceram sadias e atingiram as dimensões convencionadas para ser iniciada a exploração de latex quando completaram, em geral, a idade de 10 anos.

II. A segunda fase de trabalhos com a seringueira teve início quando, em 1951, foi feita a primeira importação de borracha natural, do extremo oriente. Foi apresentado em Abril desse mesmo ano, um plano de trabalho com essa planta visando ampliar estudos e promover plantações experimentais para que fosse possível aquilatar sobre a viabilidade da exploração da seringueira neste Estado.

Assim é que foram feitos os seguintes trabalhos:

a) Observação de toda a região litorânea por via aérea a fim de colher impressões sobre as zonas que, pelas boas condições topográficas e extensão de área, se apresentam com maiores possibilidades de aproveitamento para o plantio da *Hevea*.

b) Obtenção e cálculos dos dados meteorológicos colhidos nos diferentes postos existentes na região litorânea.

c) Levantamento agro-geológico das áreas consideradas mais prováveis para a cultura em toda a faixa litorânea.

d) Inspeções pormenorizadas de 10 glebas de terras situadas nos municípios de Santos, Cubatão, Guarujá e São Vicente, a fim de escolher o local destinado à instalação de uma futura estação experimental, onde seriam processados os trabalhos de experimentação, e pesquisas, relativas à cultura da seringueira e outras plantas tropicais. A estação foi localizada em uma área de 362 alqueires no vale do Rio Quilombo, Município de Cubatão.

e) Providências para o levantamento aéreo fotográfico da área escolhida para a futura Estação Experimental de Cubatão.

f) Estudo agro-geológico das terras da referida Estação.

g) Levantamento do perímetro e demarcação das divisas da área da Estação.

h) Inspeções detalhadas a várias áreas na zona de Registro e Pariquera Açu, a fim de localizar terrenos mais adequados para a criação de uma Estação Experimental. A escolha das terras preferidas foi localizada em

Pariquera Açu, abrangendo a área de 550 alqueires.

i) Viagens de técnicos deste Instituto aos Estados que cultivam seringueiras, e os estabelecimentos que se dedicam ao estudo dessa planta, a fim de fazerem observações e de se poderem colocar a par dos trabalhos experimentais em andamento.

j) Plantação de 922.480 sementes de *Hevea brasiliensis*, das quais 354.743 sementes de alto rendimento de latex, policlonais, importadas, para plantio direto e 567.737 de colheita local destinadas à formação de porta-enxertos.

k) Importação e introdução na região amazônica, com os devidos cuidados fitossanitários, de 72 valiosas clones de alta produção de latex e copa resistente às moléstias das folhas. Com as gemas desses clones foram feitos 8.678 enxertos.

l) Enxertia, em Ubatuba, de 18.000 plantas com gemas de alto rendimento, já produzidas em São Paulo e oriundas do material importado.

m) Plantação de duas coleções de clones.

n) Instalação de um campo de aumento para produção de gemas destinadas à enxertia dos melhores clones.

o) Plantação de um ensaio comparativo de clones.

p) Plantação de um ensaio das culturas de café e bananeiras intercaladas e da seringueira, objetivando estudar o custo de formação econômica do seringal.

q) Plantação de 8.600 mudas nos lugares definitivos, nas Estações Experimentais de Ubatuba, Pindamonhangaba e Campinas.

r) Fornecimento de mudas para plantação em campos de colaboração em propriedades particulares, sob contrato, totalizando atualmente 35.065 plantas nos lugares definitivos.

s) Proporcionou o fornecimento de material que se acha enviveirado em Estações Experimentais e fazendas, em um total de 149.800 mudas que deverão ser plantadas em 1956/57.

As plantações no litoral foram feitas em uma rede que abrange a maioria dos municípios, principalmente naqueles onde parece que as condições são mais favoráveis.

Dessa forma, os seringais plantados a partir de 1952, foram feitos com os mais reputados clones mundialmente conhecidos como os maiores produtores de latex, de seleção mais recente, os quais ainda estão em pleno período de crescimento. Os lotes mais antigos dessas plantações têm atualmente apenas 3 anos e 3 meses de idade, a contar da colocação das sementes no solo.

O desenvolvimento que se vem observando nas plantações especialmente, as que se acham situadas na região litorânea, ostentam vigoroso crescimento que demonstra a

adaptação dessa planta às condições ecológicas do litoral paulista, sobretudo nos lugares onde ela tem sido devidamente cuidada.

A opinião geral de técnicos nacionais e estrangeiros, que têm visitado as plantações, é do que as culturas aqui existentes têm desenvolvimento mais rápido do que na própria região amazônica.

III. Os cortes (sangrias) controlados das árvores para a exportação do latex com o fim de determinar o rendimento das plantas de diferentes origens, teve início em Maio de 1952.

Desde essa época que em Campinas se vem sangrando regularmente as seringueiras, anotando as produções.

Verificamos que, dentre os grupos de plantas de 4, origens diferentes, um deles tem destacada produção sobre os demais. Essas árvores, embora sejam, 1 ano mais novas do que as dos outros grupos, mantém uma produção que atinge 4 a 5 vezes mais que as outras.

O quadro seguinte mostra a produção média, anual, por árvore:

PRODUÇÃO POR ÁRVORE (10 ANOS AO INICIAR A SANGRIA)

Produção de latex natural em centímetros cúbicos	3.300	7.950	9.908	10.350
Latex concentrado com 60% de borracha em seu conteúdo	1.980	4.778	5.940	6.210
Valor do latex concentrado ao preço atual de Cr\$ 55,00	108,90	262,35	326,70	341,00
Cálculo da produção por hectare contendo cerca de 400 árvores. Cr\$	43.560,00	104.940,00	130.680,00	136.400,00

OBSERVAÇÃO: A mudança de sangria para painéis novos, troca de operário encarregado da sangria e a geada tiveram influência depressiva sobre a produção de 1955. Os dados desse ano foram computados até Novembro, inclusive.

O material cujos dados foram apresentados, está, pela sua idade enquadrado entre os clones julgados atualmente como obsoletos. A despeito de não ser de seleção recente, e, meio ambiente em que as plantas se encontram não ter os requisitos apropriados às exigências da seringueira, verifica-se que, a produção obtida em Campinas apresenta dados bastante interessantes para conclusões.

Considerando que as condições ecológicas do litoral paulista são mais favoráveis para a cultura de Hevea, conforme se vem constatando pela diferença de desenvolvimento entre plantas do mesmo clone e da mesma idade, cultivadas no planalto e naquela região; considerando que os clones mais modernos plantados, em meio adequado, devem produzir mais do que os antigos em ambientes menos favoráveis, pode-se admitir "a priori" que, as seringueiras de alta produção já plantadas no litoral deverão proporcionar, quantidade de latex que provavelmente superará as produções das plantas existentes em Campinas.

FORMAÇÃO DE SERINGAL

Os dados existentes no momento revelam que o dispêndio exclusivo com a mão de obra para o plantio de 1 hectare com seringueira, feito em terras cobertas de matas, incluindo os gastos com os tratos culturais, até, ser iniciado o período de exploração, atinge a Cr\$ 20.000,00, mais ou menos.

Torna-se necessário observar que não estão incluídas as seguintes despesas: preço da terra, benfeitorias, estradas, administração, preço das mudas ou sementes e juros.

Plantando-se ao compasso de 7 metros, entre as linhas de 2,5 metros, nas linhas, 1 hectare comporta 372 plantas.

QUALIDADE DA BORRACHA PRODUZIDA EM SÃO PAULO

Amostras de latex e borracha recolhidas das seringueiras existentes em Campinas e Ubatuba, têm sido analisadas nos Laboratórios do Instituto Agrônomo de Campinas,

da Companhia Firestone e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

Os resultados dessas análises revelaram que o latex procedente das duas localidades são de boa qualidade e encerram percentagens normais de borracha seca em seu conteúdo.

Sobre as amostras enviadas à Companhia Firestone, foi emitido parecer de que o latex quando concentrado a 62% pode ser usado para a fabricação de artigos esponjosos, assim como na solução para imersão de cordões destinados à fabricação de lonas para a confecção de pneumáticos. A borracha poderá ser aplicada na fabricação de artefatos vários.

As amostras de borracha enviadas ao I. P. T. foram analisadas e comparadas com a do tipo fina Acre, ou seja, a melhor qualidade de borracha produzida no país. O relatório determinado enviado por esse conceituado Instituto, apresenta a conclusão final de que, a borracha colhida em São Paulo tem características de vulcanização e trabalhabilidade semelhan-



ELDORADO, um dos raçadores da Fazenda S. Geraldo, de propriedade do Dr. Mário de Almeida Franco. Uberaba — Minas Gerais.

per o comportamento e a produção econômicas aos da borracha à qual foi comparada, sendo apenas inferior quanto à resistência à oxidação.

CONCLUSÃO

1 — O Instituto Agrônomo tem feito plantações experimentais de seringueiras em várias regiões do Estado objetivando conhe-

ca dessa planta nas condições ecológicas de São Paulo.

2 — Os dados de produção colhidos em Campinas revelam ser bastante interessantes, embora essa zona não seja dotada do clima adequado à cultura da seringueira. Produções mais elevadas poderão ser conseguidas em Campinas com clones de maior rendimento do latex, de seleções mais recentes.

3 — As condições ecológicas do litoral são mais favoráveis para a seringueira. As plantações experimentais de clones modernos, nessa região, ainda são muito novas, razão pela qual não podem ser apresentadas informações sobre dados de produção.

4 — O desenvolvimento das plantas têm sido em geral, muito bom. Presume-se que o início de exploração das plantas no litoral seja muito antecipado em relação ao planalto.

5 — A qualidade de borracha produzida em São Paulo, é praticamente, tão boa quanto a melhor borracha produzida no país, podendo, ser, aplicada para fins semelhantes e vendida a preços equivalentes às de outras procedências.

6 — O programa de trabalho com seringueira que vem sendo realizado pela Seção de Plantas Tropicais do Instituto Agrônomo, necessita de recursos especiais para esse plano em desenvolvimento, assim como de Engenheiros Agrônomos auxiliares, a fim de que seja possível atender aos problemas de alto importante cultura.

Campinas, 28 de Dezembro de 1955.

(a) Eng. Agr. **JOÃO FERREIRA DA CUNHA**
Resp. pela Seção de Plantas Tropicais
Instituto Agrônomo

RELATÓRIO CONSTANTE DO PROCESSO N. 396.146/55 DA SECRETARIA DA AGRICULTURA. UNANIMEMENTE APROVADO N 38.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE POLÍTICA DA AGRICULTURA. REALIZADA EM DATA DE 9 DE JANEIRO DE 1956 EM RESPOSTA A UM "PEDIDO DE INFORMAÇÕES" FORMULADO PELO C. P. A. EM 30-11-1955.

POPULAÇÃO DO BRASIL EM 1955

Prevê-se que no início do ano de 1955 a população do Brasil terá alcançado 57,8 milhões de habitantes, segundo as estimativas do Laboratório de Estatística do I.B.G.E.. Mantém-se, assim, o nosso país como o mais populoso entre todos os de cultura latina. Já em 1953 os 55,8 milhões de habitantes do Brasil superavam a população da Itália (47 milhões), e da França (42,9 milhões) e a da Espanha (28,5 milhões).

Desde 1850 — ano em que no território nacional se contavam apenas 7,2 milhões de almas — até nossos dias, o aumento excedeu de 50 mi-

lhões. Este rápido crescimento tornou-se possível graças ao nível excepcionalmente elevado da natalidade, a qual há aproximadamente 100 anos devia atingir taxas anuais de 48 a 50 por 1.000 habitantes e ainda hoje apresenta taxas de 42 a 44 por 1.000. A mortalidade, nesse intervalo, desceu de 32 a 34 para 18 a 20 por 1.000 habitantes, embora ainda seja das mais altas do mundo, sobretudo na infância. No primeiro ano de idade, morrem aqui 160 por 1.000 nascidos vivos, em comparação com 30 nos Estados Unidos, 40 no Canadá, 70 na Argentina e 100 no México.

O forte excedente dos nascimentos sobre os óbitos constitui o fator primordial do desenvolvimento da população do Brasil, cabendo à imigração exterior um papel insignificante. De 1850 a 1950 o incremento demográfico foi de 618% no Brasil, enquanto nos Estados Unidos, apesar da contribuição relativamente grande das correntes imigratórias, foi de 552%. No decorrer de um século, do aumento de 44,8 milhões de habitantes verificado em nosso país, apenas 3,4 milhões foram devidos ao excedente das imigrações sobre as emigrações, enquanto 41,4 milhões ou sejam mais de nove décimos, corresponderam ao crescimento vegetativo (Flagrantes Brasileiros — I.B.G.E.).

SERVIÇOS SOCIAIS NA AGRICULTURA

BEN-HUR RAPOSO

Diretor Técnico do S. N. A.

O Brasil vai agora, afinal, dedicar-se às atividades referentes aos serviços sociais na agricultura. Após prolongadas e árduas campanhas, os poderes públicos, através da Lei n.º 2.613, de 23-9-1955, compenetraram-se das graves responsabilidades que lhes cabem na atualidade, porque, sem dúvida possível, a missão de elevar os níveis de vida das populações rurais constitui um dos mais fortes imperativos da política estatal no mundo moderno.

É chegada, portanto, a hora da convergência de todos esses esforços para se levar às massas agro-pastoris a assistência há tanto reclamada pelos mais altos interesses nacionais e, ao ensejo dessa renovação política, torna-se oportuno o conhecimento e o estudo de campanhas semelhantes já efetuadas em outras nações, principalmente nas que possuam, sob certos aspectos, semelhanças com o nosso país.

É esse o caso da Índia, que, embora sem dispôr de nossos recursos e à mingua do potencial econômico que já conquistamos, oferece pontos de semelhança, nos setores rurais, com as nossas atuais condições, no que se refere aos problemas do levantamento dos padrões de vida ou de trabalho ainda predominantes em diversas regiões do país.

Merece, por isso, a melhor atenção o PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO COMUNAL DA ÍNDIA RURAL, parte integrante do Plano Quinquenal de Nehru, destinado precipuamente a solver alguns dos mais angustiosos problemas daquele país: baixos padrões de vida, analfabetismo e endêmias.

Segundo os últimos comunicados, um dos objetivos imediatos do Programa de Desenvolvimento Comunal foi o de melhorar a produção de colheitas dos fazendeiros que compreendem perto de 80% da população da Índia e que estão distribuídos em 600.000 aldeias. Desde que os recursos da Índia estão limitados em relação à sua sempre crescente população, o plano do governo visa concentrar-se nestas áreas que prometem mais elevada produção ou que necessitam de auxílio mais imediato. Outros objetivos do

esquema de desenvolvimento agrícola são: reivindicação de terras disponíveis ainda por serem trabalhadas, construção de poços e canais de irrigação, distribuição de fertilizantes comerciais e sementes, introdução de melhores métodos e aperfeiçoamentos, melhoria de vendas na praça e facilidades de crédito, exames do solo, assistência veterinária adequada.

Torna-se útil observar que, através do Programa de Desenvolvimento Comunal o Governo também constrói escolas, hospitais, centros de educação social e estradas nas aldeias. Quarenta escolas de sala única foram construídas no Distrito de Karjat em Bombaim, e perto de 40% das despesas com esta construção coletou-se entre os aldeões locais. Uma maternidade no mesmo distrito foi concluída a um custo total de 7.300 dólares, dos quais 20% foram voluntariamente cedidos pelos aldeões.

Durante o ano que finalizou em setembro de 1953 os aldeões em todas as áreas onde os projetos comunais foram iniciados prestaram trabalhos avaliados em perto de 1.500.000 dólares e quase em igual quantidade em dinheiro, terras e materiais.

(Conclusão da pág. 42)

V — Os resultados alcançados com adubos potássicos não permitem a sua recomendação, a não ser em casos especiais, dependentes de indicação específica dos laboratórios de análise.

10 — Recomendar o estudo de um sistema de coordenação dos trabalhos de pesquisa e melhoramento do trigo através de centros especializados.

11 — Recomendar a todos os órgãos de fomento e experimentação que apresentem nas próximas reuniões da Comissão Técnica do Trigo informes sobre incidência de pragas, doenças e ervas dan-

inhas que ocorram nas lavouras do trigo, avaliando, se possível, os prejuízos causados devidos a cada um desses fatores.

12 — Promover o fornecimento de calcário moído, a preço acessível, nas zonas de produção tritícola.

13 — Recomendar a organização da previsão da safra comercial do trigo em grão, antes da colheita.

14 — Recomendar um entendimento de técnicos que trabalhar em forrageiras e com trigo no Sul do país a fim de que estas duas formas de exploração agrícola se desenvolvam harmonicamente, e produzam melhores resultados.

Não se pense, porém, que tal programa foi idealizado aprioristicamente, sem base em experiências e pesquisas. Ao contrário, segundo o relatório oficial, o padrão para o desenvolvimento dos projetos futuros foi estabelecido por três experiências sucessivas. No Distrito de Etawah, situado entre o Ganges e Jumna (rios) na seção centro-sul do Estado de Uttar Pradesh, 97 aldeias com uma população de perto de 80.000 habitantes organizaram 52 conselhos de aldeia e 7 cooperativas, 30 aldeias organizaram as suas próprias bibliotecas, salões de leitura, campos de treinamento e um centro de informação. Um jornal de publicação quinzenal organizado em bases cooperativistas e em idioma Hindi abrange a 1.500 aldeões que o lêem. Através deste jornal, os fazendeiros obtêm informações sobre colheitas e assuntos de interesse local.

AINDA O PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE COOPERATIVA

FABIO LUZ FILHO

Presidente do C. N. E. C.

Prosseguindo na defesa do princípio universal da neutralidade política, racial e religiosa, quero começar acentuando bem o papel do magistrado na interpretação das leis.

CARLOS MAXIMILIANO acentua que o magistrado não procede como insensível e frio aplicador mecânico de dispositivos mas, como órgão de aperfeiçoamento destes, intermediário entre a letra morta dos códigos e a vida real, apto a plasmar, com a matéria prima da lei, uma obra de elegância moral e útil à sociedade. Não o consideram autômato, e, sim, árbitro da adaptação dos textos às espécies ocorrentes, mediador esclarecido entre o direito individual e o social.

É através deste prisma que desejo sejam examinados os casos que estão surgindo no campo cooperativo brasileiro, para que não fiquemos "impotentes contra as resistências brutais da realidade das coisas", abrindo caminho, pela tolerância, omissão ou não-aplicação da lei, ao completo desvirtuamento do cooperativismo no Brasil, como está acontecendo, sem que isto envolva qualquer desrespeito ou importe em desconhecer as boas intenções dos fundadores dessas cooperativas aberrantes dos sadios princípios doutrinários. Mas é que o sectarismo religioso a discriminação racial e o vírus político sofrem do mal da intolerância e do particularismo, elementos dissolventes.

O COOPERATIVISMO NO BRASIL E OS PODERES PÚBLICOS

Como todos sabemos, o movimento cooperativo brasileiro ainda está em seus começos. É da obrigação moral, pois, dos poderes públicos, que o incentivaram no Brasil, e têm responsabilidade, por lei, de seu controle público, sua assistência e fiscalização, a ressalva dos princípios que o embasam, paten-

tes em toda a lei 22.239. Já esbarra esse movimento com óbices de todos conhecidos com origem em fatores diversos.

A ATITUDE E A COLABORAÇÃO DA IGREJA

Aceitar a colaboração esclarecida e culta da Igreja, qualquer que seja sua cor confessional, é uma coisa, e permitir organizações estanques em um sistema econômico que é e devem ser universalista, dentro da concepção democrática que é a essência desse sistema, é outra coisa. Foge isto à atual concepção das Igrejas em face do que consideram perigo comum, o comunismo, para cujo combate já esboçam até uma "frente única" ou uma "entente cordiale". Como querem atingir essa suposta comunhão se, no campo econômico, que é fundamental, dividem pela discriminação religiosa?

A atitude e a ação da Igreja Católica no momento, em relação ao problema agrário, só lhe recomenda os elevados propósitos, tirando-a da posição realista de nossos problemas de base. A atuação, dentre outros ilustres preladados, do atual arcebispo de S. Luis, Dom Medeiros Delgado, que continua, nesse Estado, paupérrimo apesar de suas virtualidades econômicas, a

mesma campanha de benemerência que manteve no Rio Grande do Norte, isso confirma. Sendo um cooperativista sincero e eloquente, tem dado, sem preocupações sectaristas, sua culta contribuição ao movimento cooperativo brasileiro. Está no momento lançando as bases de uma cooperativa rural de crédito no Maranhão, tendo acaatado com entusiasmo a idéia, que teve o prazer de lhe dar, da colonização nuclear.

Por que, pois, em organizações que nasceram sob o signo da tolerância política e religiosa, protestantes encantados aqui, católicos lá, adeptos do judaísmo e do molinismo, etc., acolá, como se não houvesse um campo neutro para convivência digna e entendimentos e trabalho construtivos de autodefesa econômica contra inimigos comuns? Lembrem-se daquela nobilitante da Igreja medieval quando se rebelava contra a usura e a exploração da burguesia nascente, e o princípio, que defendia, da satisfação de necessidades que não o lucro no domínio econômico...

Essa questão de neutralidade política, religiosa e racial é fundamental, pois alguém já acentuou, com justeza:

- 1.º — As barricadas políticas fazem feridas no adversário, mas também ferem. Assim, as cooperativas devem servir generosamente a gregos e troianos, sem distinção de raças, credo e cor política.
- 2.º — Entanto, não quer dizer isto que os associados de uma cooperativa não possam ter idéias políticas ou religiosas.

Biohumus

Fabricado por:

INDUSTRIAS QUÍMICAS BASIPA BRASIL S.A.

Matriz: Av. Rio Branco, 151 - 5.º and. - tel.: 30-6708
RIO DE JANEIRO

Filial em São Paulo: Rua Guaianazes, 236 - tel.: 37-8216

Distribuidores para todo o resto do Brasil

KIAN GWAN S.A. (INDÚSTRIA E COMÉRCIO)
Av. Presidente Vargas, 534 - 14 and. - tel.: 23-2030
RIO DE JANEIRO

3.º — Todo cooperador é livre de genuflectir diante de Jesus Cristo ou do Buda; pertencer à extrema esquerda ou à extrema direita, segundo os seus gostos e crenças, mas converter os postos de responsabilidade em baluarte políticos ou religiosos, é levar qualquer instituição à anarquia e à bancarrota.

4.º — Os dinheiros de uma cooperativa não são dinheiros públicos, e, sim, fruto de um esforço realizado, quase sempre, a base de privações e desvelos.

5.º — A mística cooperativa deve primar sobre a febre política e religiosa. No se pode servir a dois senhores.

Friso que, para *Hans Müller*, as cooperativas de consumo consideram o associado como consumidor e não como membro de uma corporação, de uma classe ou de uma nação, pelo que revestem um caráter geral e internacional mesmo, representando "economias coletivas públicas", enquanto as cooperativas por empresa ou as cooperativas rurais são "organizações econômicas privadas".

Na cooperativa reaprende-se "o sentido da liberdade, que é o reconhecimento de idêntica dignidade espiritual de todas as pessoas humanas".

Colombian frisou que o cooperativismo encontrou o homem completo sob as abstrações dos economistas e que nele perdemos o hábito de considerar o homem o lóbo do homem, e achamos novamente a noção da fraternidade humana.

O PARECER DO CONSULTOR JURÍDICO

Repito: não fôssem bem clara a 22.239 e a Constituição, estaria tacitamente proibido o caráter confessional, racial ou político, implícito ou explícito, de vez que se inspira essa lei nos princípios rehdalianos. Ninguém melhor que o *Dr. Luciano Pereira* para esclarecê-lo, antigo e sincero batalhador e coautor da lei 22.239, ex-consultor geral da República, e não frio espectador.

Restabelecido o princípio salutar que seu parecer firmou, e agora subvertido, salvaremos o movimento coope-

rativo brasileiro de uma desintegração certa, trabalhando que já é por vários fatores adversos, como disse.

São, além do mais, inconstitucionais essas restrições, como o assinalou o próprio *Dr. Luciano Pereira*, cujo brilhante parecer permanece de pé, de vez que está dentro da letra e do espírito do decreto 22.239. Nêle este ilustre consultor jurídico do Ministério da Agricultura fulminou essas discriminações anticoooperativas e ruinosas para o movimento, firmando o princípio da neutralidade política, racial e religiosa que decorre da letra l do artigo 7.º daquele decreto, e da doutrina e da prática cooperativas universais nos países livres.

Imaginem esse princípio de sideração, que discriminações e hiperdúlias envolvem, levado aos centros rurais, como já acontecia em algumas colônias do Sul, nas quais houve cooperativas que permaneciam nas mãos de católicos e outras nas de protestantes, e os cemitérios (até a morte os dividia...) eram também separados: o mesmo no Norte, em que os bispos podiam dissolver assembleias de cooperativas de responsabilidade ilimitada, e a administração de certa caixa rural de uma capital só aceitava católicos, embora, por exigência do S. E. R., seus estatutos não estabelecessem nenhuma discriminação. E essa intransigência ia até ao ponto de o presidente da mesma levar essa discriminação ao selo de um estabelecimento de ensino!

O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL EM PONTES DE MIRANDA

Vejamos o princípio constitucional, que se sobrepõe a tudo.

PONTES DE MIRANDA, em "Comentários à Constituição de 1946" (vol. 3.º fls. 240), diz que a Constituição de Vaimar considerava as instituições religiosas como corporações de direito público interno.

"Propôs-se o mesmo" (continua esse ilustre comentarista) em Espanha, quanto à Igreja católica e outras confissões. Foi repelida a inovação. Também no Brasil não se introduziu isso.

"No direito constitucional

brasileiro, antes e depois da Constituição de 1946 e desde que se procedeu à separação entre a Igreja católica e o Estado, a Santa Sé é pessoa de direito das gentes, portanto do direito público supraestatal, e as associações religiosas simples pessoas jurídicas de direito privado.

"Nenhuma pessoa de direito público interno, constitucional ou simplesmente administrativo, pode ser de caráter religioso, porque infringiria o princípio de separação entre a Igreja e o Estado.

"O princípio que veda à União, aos Estados-membros e aos Municípios estabelecerem, subvencionarem ou embaraçarem o exercício dos cultos religiosos, exclui não só qualquer personificação no terreno do direito público (e.g. uma Universidade católica ou protestante só particular pode ser), como qualquer outro laço que implique aliança ou dependência ainda que menos intenso que o da personificação".

Quanto ao artigo 141 § 8.º da Constituição de 1946, que é o que mais interessa ao caso que está em tela neste artigo, diz *Pontes de Miranda* que ele contém direitos que não podem ser condicionados ou limitados pelo gozo ou pelo exercício (prática) de convicções filosóficas ou religiosas.

Acrescenta ele que o § 7.º assegura a inviolabilidade de consciência e de crença.

O art. 184 faz acessíveis a todos os brasileiros, sem distinção de sexo ou estado civil, os cargos públicos, sem aludir a convicções ou crenças filosóficas.

Diz ainda (pego toda a atenção para isto) que a proibição de restringir-se o direito de alguém por motivos de convicções religiosas dirige-se ao Estado e a qualquer pessoa ou entidade infra-estatal ou de direito público ou privado.

Assim, é contra o § 8.º a ordem que veda, em determinada indústria, pessoas estranhas a um credo político ou religioso, como se uma fábrica só admite empregados de certa religião.

Parece-me que estes últimos tópicos de *Pontes de Miranda* são decisivos, notadamente em relação ao argu-

(Continua na pág. 52)

O COMPOSTO BIOHUMUS

O composto Biohumus está na ordem do dia e isso porque ele permanece na mente de todos os agricultores progressistas; e muito já se tem escrito sobre esse produto, principalmente quando se fala na Recuperação do Solo.

Sempre que se fala em composto não se pode deixar também de pensar em HUMUS, pois é com o intuito de obtê-lo que nos propomos preparar o composto. Tal importância tem o HUMUS que, no latim original, de onde se deriva a palavra, HUMUS, significa o próprio solo integral. Na vida atual, a palavra HUMUS serve para designar especificamente uma substância de coloração escura, terrosa, produzida em fase característica da decomposição da matéria orgânica do solo.

O problema do HUMUS tem preocupado os cientistas e os agricultores há muitos séculos, embora não se tenha ainda uma resposta completa com relação à sua composição química, extraordinariamente complexa. Além disso, esta constantemente sofrendo uma decomposição qualquer que seja a fase em que se encontra. Como relação à sua origem, o HUMUS é formado por resíduos de origem vegetal e animal, bem como por microorganismos tanto vivos como mortos, incluindo fungos, algas e inúmeras espécies de bactérias.

Os vermes são também excelentes elementos para a formação do HUMUS. Durante o processo de decomposição química complexa, tais como hidratos de carbono, encontrados na matéria orgânica, são transformados em substâncias mais simples. Um fato de considerável importância prática é que a decomposição pode ter lugar de vários modos, isto é:

a) — por fermentação *aeróbica*, cujos produtos resultantes, apesar de ainda complexos, podem ser assimilados pelas plantas;

b) — putrefação *anaeróbica*, conduzindo à formação de substâncias simples, como amônia, gás sulfúrico, azoto e água, que são pontos de

partidas para a formação de outras substâncias nutritivas.

Alguns produtos *anaeróbicos*, tais como o hidrogênio sulfurado, são os causadores de aroma desagradável.

A boa prática na obtenção de composto procura imitar os processos naturais, promovendo condições biológicas convenientes para a realização dos dois processos de decomposição, isto é, a fermentação nas fases iniciais, seguida mais tarde pela putrefação. A cooperação de vários microorganismos é decisiva para a boa realização dos dois processos. Ora, é justamente essa cooperação a fornecida pelo BIOHUMUS.

COMPOSIÇÃO DO HUMUS

É sabido que vários fatores determinam as propriedades e a qualidade do HUMUS, tais como:

a) — a riqueza do material empregado, especialmente no que se refere às proteínas e às substâncias minerais, tanto de origem vegetal como de origem animal;

b) — o processo de decomposição que predominou, aeróbio ou anaeróbio, devido às condições de temperatura, arejamento, umidade e à presença ou ausência de agentes ativadores: microorganismos e substâncias químicas convenientes. Importante é que não tenham sido perdidos dois elementos de grande valor e que são o azoto e a amônia;

c) — o grau de decomposição existente, pois quanto mais "maturado" mais assimiláveis serão os nutrientes que ele encerra.

IMPORTANCIA E FUNÇÃO DO HUMUS

Pode-se avaliar a importância do HUMUS, sabendo-se que:

a) — ele é o componente do solo no qual muitos processos químicos e biológicos tem lugar;

b) — apesar de ser uma fonte direta de alimentos para as plantas, o HUMUS não é apenas um material inerte e de acumulação de tais nu-

trimentos; ele regula também sua distribuição para as condições e as ocasiões necessárias. Além disso, ele impede, em grande parte, que os elementos nutritivos sejam arrastados pelas chuvas;

c) — de acordo com certas pesquisas de data recente, o HUMUS, não somente está ligado com a nutrição azotada da planta, mas também que influencia a assimilação do fósforo, do enxofre, do potássio e do ferro, levando-os a uma condição que ainda não foi apreciada em toda a sua extensão;

d) — os nutrientes minerais em presença do HUMUS não se comportam como na sua ausência, isto é, as plantas que em face de nutrição mineral deficiente apresentam sinais de fraqueza, podem crescer muito bem após a adição de uma pequena quantidade de HUMUS, apesar dele não conter apreciáveis quantidades das substâncias minerais faltosas;

e) — a associação de certos microorganismos com a planta, denominada simbiose, e que influencia certas propriedades do solo, tais como a capacidade reprodutiva, a resistência a determinadas moléstias, a coloração e o aroma das plantas, está dependente de certas proporções de HUMUS no solo;

f) — o HUMUS é o responsável pela boa textura ou condição granulométrica mais conveniente para o solo. Os complexos coloidais que ele encerra, em presença de uma base, com a cal, por exemplo, são poderosos para reduzir a capacidade e a plasticidade da argila e dêsse modo melhorar o arejamento e a drenagem. Por outro lado, a fraca coesão dos solos arenosos e leves e a sua fraca capacidade de retenção de água e de nutrientes podem ser aumentados pela presença de HUMUS.

g) — o HUMUS também influencia o fenômeno da absorção de calor pelo solo, pois faz com que os solos de coloração mais clara se tornem mais escuros e dêsse modo possam absorver com mais facilidade os raios do sol;

e) — o HUMUS é, provavelmente, a mais poderosa salvaguarda que existe contra a ameaça, cada vez maior para a agricultura em todo o mun-

do, da erosão. Seja em terras cultivadas, florestas ou outra qualquer região o HUMUS, em virtude de sua capacidade, semelhante à de uma esponja, de absorver a água das chuvas e distribuí-la convenientemente, é de inestimável valor para prevenir contra as inundações e empocamentos de água e que são tão perigosos como ameaçadores de erosão. Nas mesmas condições, é de evitar que o solo superficial seja levado pelo vento, o que pode ser uma calamidade. Estas propriedades que, a rigor, não constituem ainda todas as extraordinárias propriedades do HUMUS, servem para demonstrar a importância capital que o mesmo pode ter para a verdadeira fertilidade do solo.

O COMPOSTO BIOHUMUS NA PRESERVAÇÃO DO HUMUS NO SOLO

O composto Biohumus, como produtor de HUMUS, concorre para a preservação do estoque dessa substância no solo, constantemente consumida. No clima tropical como o nosso, com a agravante do pouco zelo de grande número de agricultores, que não tratam de proteger devidamente o solo nesse particular, a destruição do HUMUS faz-se com rapidez extraordinária, semelhante em muitos casos a uma verdadeira combustão, principalmente se feita por um confronto com o que acontece em países de clima temperado. Segundo alguns autores, essa velocidade pode ser cinco vezes maior do que nos climas temperados. Acresce ainda que em muitos desses países, como na França, por exemplo, a adubação orgânica é feita com frequência e muita regularidade, o que não acontece entre nós, onde somente de muito poucos anos para cá é que se começa a dar atenção a esse importante problema.

O calor úmido que predomina nos climas tropicalizados e as más práticas agrícolas — geralmente feitas — aceleram, de modo notável, a decomposição da matéria orgânica do solo, por promover uma maior atividade dos microorganismos. De modo que, em igualdade de condições, quanto mais quente for o clima mais rapidamente se dará o desaparecimento do HU-

MUS. A desintegração da matéria orgânica se dará também mais rapidamente se o solo estiver descoberto e o céu não estiver nublado.

Quando tais condições se apresentarem nos trópicos, um agricultor poderá naturalmente dizer, sem muito exagero, que a matéria orgânica é queimada pelo calor solar. Se as condições inverçadas ou, pelo menos, atenuadas, haverá tendência para o HUMUS se acumular. Tal é o que acontece nos solos compactos não cultivados ou mantidos permanentemente cobertos de florestas, capins ou grammas, especialmente nos climas frios, úmidos ou nebulosos. Entrando, para um cultivo intensivo, tais quantidades de HUMUS acumuladas não chegam para satisfazer as necessidades, devendo o solo ser abastecido por vários métodos, entre os quais podemos citar:

a) — aplicação de "composto" que, por vários motivos, é um excelente método e que tem sido relegado ao esquecimento pela maioria dos agricultores brasileiros;

b) — aplicação de esterco de curral, que é, sem dúvida, o mais poderoso, mas que, no caso das fazendas brasileiras, nem sempre pode ser aplicado como deve ser, principalmente em consequência de defeitos nos métodos de exploração agrícola e desperdício ou mau aproveitamento do estrume produzido nas fazendas. Além desses métodos, poderíamos naturalmente citar a adubação verde, o enterramento dos resíduos das colheitas, a rotação das culturas e o cultivo de plantas produtoras de grande quantidade de massa verde, e que podem crescer mesmo em solos de pouca fertilidade, como o capim elefante, por exemplo, que pode fornecer até 300 toneladas de massa verde por hectare por ano e que pode também ser usado como forragem.

Com a palha resultante de tal cultivo, pode ser obtido, com o auxílio do BIOHUMUS, um excelente "composto". Apesar da ciência de fazer "composto" ser relativamente nova entre nós, ocidentais, a arte de ser preparado e o seu uso vem de data muito remota. Assim, por exemplo, a manutenção da fertilidade

do solo na China e no Japão durante milhares de anos de cultivo intensivo de seu solo é atribuída em grande parte ao uso extensivo e inteligente do "composto". Os escritores gregos e romanos das antigas eras, antes mesmo de Cristo, já descreviam o "composto" e enalteciam o seu valor como adubo. É o que se pode ver lendo alguns trechos das "Geóricas" de Virgílio, bem como alguns opúsculos escritos por Columela e por Varrão.

As pesquisas modernas feitas sobre as causas marcantes do declínio das antigas civilizações mostraram que em muitos casos o motivo principal foi o empobrecimento progressivo do solo em consequência da destruição progressiva do HUMUS.

Em consequência desse empobrecimento progressivo do solo a quantidade e a qualidade dos alimentos declinaram, tendo como consequência uma decadência física e mental dos habitantes dessas regiões, populações essas que foram depois suplantadas por povos de outras regiões, onde eles eram melhor alimentados e, portanto, mais eficientes.

(Conclusão da pág. 32)

se poderão criar sólidamente tais instituições.

E nem para se conseguir semelhante resultado será indispensável alterar completamente o atual sistema hipotecário, que pelos graves defeitos que encerra, há muito devia ter sido substituído; bastará que, abundando na índole e idéias do mesmo sistema, se estabeleça um novo privilégio gosando dos mesmos direitos dos que competem à fazenda nacional, em favor dos estabelecimentos bancários da agricultura.

Porventura não será também exequível a criação de uma instituição de crédito mútuo, organizada pelos lavradores entre si, mediante a associação de seus valores agrícolas, que servisse de garantia ao banco hipotecário que se organizasse?

Mais tarde em 67, advogava o Ministério da Agricultura a criação do "Banco de Crédito Real", para solução do problema.

(Conclusão da pág. 4)
tradicional Exposição Nacional de Animais.

Lembretes Dierberger

Dierberger Agro-Comercial Ltda., Avenida Anhangabaú 392-394, em S. Paulo, publica, mensalmente, os "Lembretes Dierberger", com calendário agrícola referente à hortaliças, jardins, grandes culturas e silvicultura.

Noticiário Econômico

O Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Governo Brasileiro edita em Madrid, Espanha, um Noticiário Econômico, com informações espanholas. Acusamos o recebimento do número correspondente a Setembro/Outubro de 1955.

FUMEX

A "Brasimed" Comércio e Indústria S. A., é representante exclusivo no Brasil da firma Gebi Borchers A. G. Alemanha, fabricantes de FUMEX.

Instituto de Cacau da Bahia
O Departamento Técnico Agrícola do Instituto de Cacau da Bahia publica, mensalmente um Boletim Climatológico.

(Conclusão da pág. 16)

se colocar na linha de vôo estabelecida pelas abelhas virá com isso perturbá-las irritando-as e tornando-as agressivas; assim não se deve lidar com as abelhas colocando-se na sua linha de vôo;

6) o esmagamento de uma abelha faz desprender do corpo esmagado um cheiro característico que irrita as abelhas guardiãs, devendo-se portanto, evitar o esmagamento de qualquer delas;

7) quando uma abelha fere a apicultor num determinado ponto do corpo, deixa ali o ferrão com a bolsa de veneno; este veneno tem cheiro característico que irrita e atrai outras abelhas para a agressão à mesma parte do corpo; assim sempre que possível, quando o apicultor for picado (na mão por exemplo), deverá, quanto antes, retirar o agulhão,

com a unha, sem comprimir a bolsa de veneno; e

8) o fumigador e o vêu devem estar sempre prontos para serem usados; mas as luvas nunca devem ser usadas.

(Instrução Técnica n.º 20, do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. Agosto de 1955).

(Conclusão da pág. 18)

com os atacadistas para que fiquem com estoques além do que necessitem, para pagamento a prazos convenientes.

São estas medidas que nos parecem adequadas, face a uma produção excepcional. A verdade é que não se trata somente de dar escoamento a uma safra excepcional. Trata-se não apenas de defender os produtores do Norte do Paraná, mas de proporcionar a eles a oportunidade de se ressarcirem dos funestos prejuízos que tiveram com a perda de seus cafeais e que, por isso exatamente, se jogaram na produção de cereais.

É preciso que sejam eles os beneficiários maiores do que plantaram e vão colher em breve. Em outros tempos, podiam eles vender seus cereais a preços vis. O café compensava. Hoje não. Não existe café. Só lhes restam os cereais que produziram entre os cafeais assassinados pela inclemência da Natureza.

É a eles, pois, que deverão as autoridades e os demais setores das atividades econômicas defenderem a qualquer preço, mesmo com medidas heróicas e algum sacrifício, desde que necessários.

Em tempo: — É bem possível que entre os pontos críticos aqui assinalados, alguns deles já tenham sido superados. Fazem quatro anos que, pessoalmente, pouco contato tenho tido com o gravíssimo problema que eles constituem, e que, infelizmente, sobrevivem e se fazem sentir com as suas malélicas consequências. Nesse caso, peço a devida tolerância para as propostas falhas que houver oferecido à sua solução. Não me foi possível dis-

por de mais tempo para um trabalho mais profundo ou, pelo menos, mais atualizado.

(Conclusão da pág. 49)

mento dos que apelam para o § 8.º do artigo 6.º do Decreto 22.239, e para os que acham que este mesmo decreto na letra l do artigo 7.º só cogita de manifestações ou propaganda políticas ou religiosas, fingindo ignorar ou ignorando que elas estão implícitas nas denominações de colorido político ou religioso e na obrigatoriedade estatutária do ingresso prévio em associação de cunho religioso, racial ou político, como o fez sentir a Argentina, ferindo, assim, a nossa Constituição, como o frisa *Pontes de Miranda*, na sua incontestante autoridade.

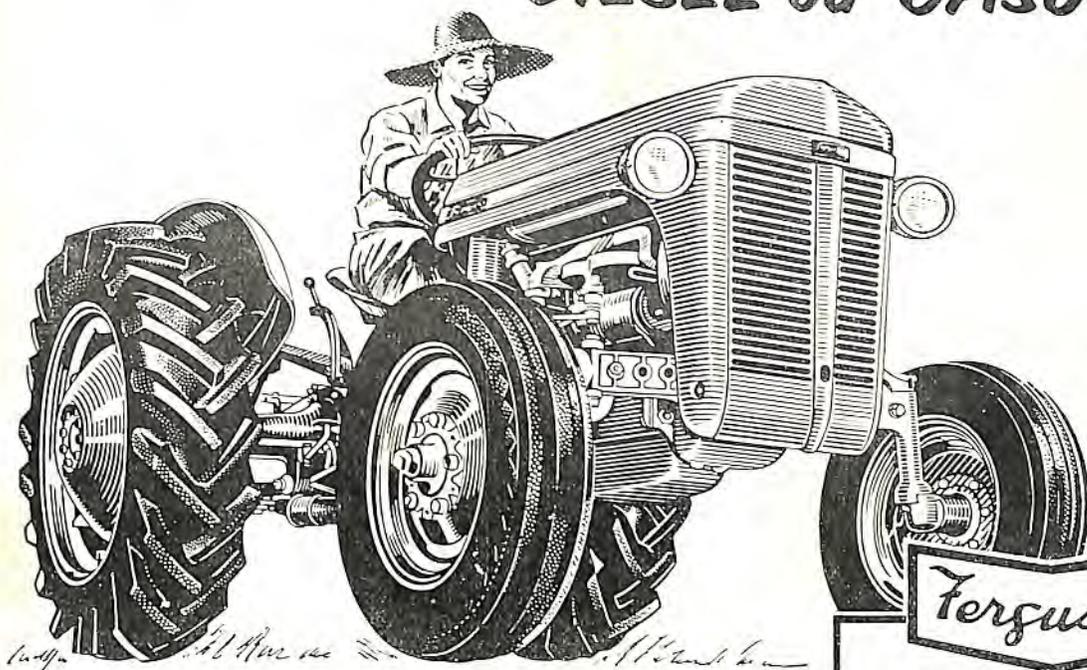
Um dos pioneiros e precursores brasileiros, *Teixeira Duarte* disse muito bem que a política e a religião não devem entrar como pensamento inspirador na formação e funcionamento de nenhuma cooperativa. "A cooperação, mesmo em si, num sentido amplo e filosófico é uma religião, mais isenta de sectarismos dispersivos, porque uma religião pelo dever, pelo amor, pelo trabalho comum e para todos". *Luzzatti* mais de uma vez afirmou que o cooperativismo não deve nem poder ser o monopólio de nenhuma seita, de nenhum partido político; mas, como a luz fecundante do sol, na sua esplendorosa, deve banhar a cabeça de todos os mortais.



ERECHIM, município líder da produção tritícola gaúcha, teve no ano corrente uma das suas maiores colheitas, tanto, na região das granjas, como na da zona colonial. O "Frontana" continua a ser a variedade de trigo preferida por todos, pela resistência que oferece a todas as pragas.

(Foto S. I. A. em Erechim)

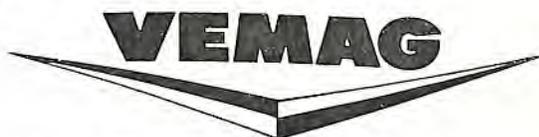
DIFERENTE! o sistema FERGUSON DIESEL ou GASOLINA



... é único e completo
por isso rende um trabalho eficiente e econômico

O famoso sistema Ferguson oferece controle hidráulico integral, moderno acoplamento mecânico, e novos dispositivos de segurança. O controle a "toque de dedo", além de simplificar o levantamento dos implementos, regula automaticamente a sua tração e a profundidade dos sulcos. EXCLUSIVO: Característica importante e exclusiva é o dispositivo hidráulico que desliga automaticamente o implemento quando este encontra um obstáculo. FERGUSON - Um só conjunto motorizado para todas as tarefas de sua lavoura. Mais potente - mais resistente - mais econômico - maior rendimento - maior facilidade de manejo.

O DMA (depto. de Máquinas Agrícolas) da Vemag S. A. está ao seu dispor para qualquer consulta de mecanização agrícola, inclusive quanto à redução do custo dos transportes de sua lavoura.



Veículos e Máquinas Agrícolas

São Paulo: Matriz - R. Grota Funda 224 - Fone 63-1111 - Cx. Postal 8232 - Telegramas - "STUDEAUTO"
Territórios de distribuição. Distrito Federal, Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina.

Ferguson



Motor Diesel ou a Gasolina:
20% mais de força e melhor característica de torque.



Regulador de esferas: Regula automaticamente a uniformidade da marcha do trator em qualquer terreno.



Contrôle a Toque de Dedo:
Fácil controle de todos os implementos com um simples "Toque de dedo".

Agrada mais

a nova
embalagem

- Mais resistente
- Mais higiênica
- Mais econômica



Todos afirmam que agrada muito mais a nova embalagem do Açúcar PEROLA. Realmente, desde a dona de casa, a quem satisfaz um pacote mais resistente e mais higiênico, até o negociante, que prefere um pacote mais perfeito, e que permita melhor arrumação nas prateleiras, todos têm, agora mais um motivo para preferir o Açúcar PEROLA, o mais puro e o mais alvo, e, por isso mesmo, o melhor do mercado.



**açúcar
PEROLA**

saco azul e cinta encarnada

fabius